

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

FRANKCIONE BORGES DE ALMEIDA

**EFETIVIDADE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS RURAIS NO MUNICÍPIO
DE RIO VERDE (GO)**

GOIÂNIA
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Frankcione Borges de Almeida		
E-mail:	frankcione@brturbo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor	Servidora Público Federal - Professora IF Goiano - Campus Rio Verde (GO)		
Agência de fomento:	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás		Sigla: FAPEG
País:	Brasil	UF:	GO CNPJ: 08.156.102/0001-02
Título:	Efetividade Social do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar das Famílias Rurais no Município de Rio Verde (GO)		
Palavras-chave:	Políticas Públicas. Efetividade. Programa Bolsa Família. Segurança Alimentar e Nutricional. Famílias rurais.		
Título em outra língua:	Social Effectiveness of Bolsa Família Program for the Alimentary Safety of Rural Families in the Municipality of Rio Verde (GO)		
Palavras-chave em outra língua:	Public policies. Effectiveness. Bolsa Família Program. Nutritional and alimentary safety. Rural families.		
Área de concentração:	Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	11/06/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Agronegócio		
Orientador (a):	Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida		
E-mail:	manoel77@yahoo.com.br		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

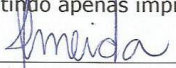
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 24, 06, 14

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

FRANKCIONE BORGES DE ALMEIDA

**EFETIVIDADE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS RURAIS NO MUNICÍPIO
DE RIO VERDE (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio – PPAGRO, da Escola de Agronomia, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

GOIÂNIA
2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

A447e Almeida, Frankcione Borges.
Efetividade social do programa bolsa família na
segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio
Verde (GO) [manuscrito]. / Frankcione Borges de Almeida
- 2014.
132 f. : il.

Orientador: Prof. Luiz Manoel de Moraes Camargo
Almeida

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Goiás, Escola de Agronomia, 2014.

Bibliografia.

Inclui lista de quadros, gráficos, figuras, abreviaturas,
siglas e tabelas.

Anexos.

1. Programa Bolsa Família 2. Famílias rurais – Aspectos
sociais 3. Bolsa família – Assistência social – Famílias
rurais 4. Políticas públicas I. Título.

CDU: 636:364.3



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO –
PPAGRO**

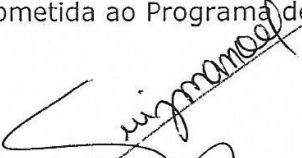
Dissertação de Mestrado

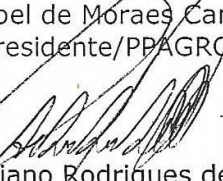
**"EFETIVIDADE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS RURAIS NO
MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO"**

FRANKCIONE BORGES DE ALMEIDA

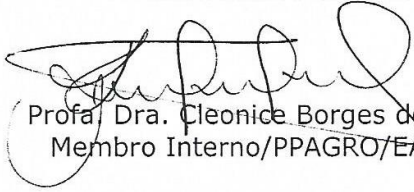
Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Agronegócio.

Aprovada por:


Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
Orientador Presidente/PPAGRO/EA/UFG


Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira
Membro Externo/IESA/UFG


Profa. Dra. Francis Lee Ribeiro
Membro Externo/EA/UFG


Profa. Dra. Cleonice Borges de Souza
Membro Interno/PPAGRO/EA/UFG

Goiânia, 11 de junho de 2014.

Vós quereis os pobres assistidos.
Eu quero abolir a miséria.
Victor Hugo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus de infinita bondade e amor que permitiu que eu pudesse caminhar e chegar até aqui. Tudo tem o momento exato de acontecer e Deus sempre iluminou meu caminho para que eu pudesse compreender, saber esperar e enxergar as oportunidades.

Agradeço todos os dias pelo período de união do grupo familiar. Minha mãe, um anjo de amor e ternura que incansavelmente, com seu amor incondicional, cuidou do meu filho com muito amor e carinho e ainda cuidava de mim com suas orações e fé quando as dores me atormentavam. Sem minha mãe seria impossível ter chegado até aqui.

Agradeço ao meu querido esposo Emival pelo apoio, dedicação e por cuidar com muito amor de nosso pequenino. Sempre com muita paciência cuidou de tudo e todos para que eu pudesse viajar com tranquilidade.

Agradecimentos também a minha irmã Raucia, meu cunhado Fábio, meu irmão Frank e aos meus sobrinhos Gabriella, João Pedro e Laura pelo apoio e pelos cuidados na minha ausência ao pequenino.

Agradeço ao meu pai pelo apoio com o Luis Otávio na minha ausência.

Ao meu avô querido que já partiu, mas que sempre nos apoiou em nossos estudos e nos deu muita inspiração. Às minhas tias e primos queridos, pelas palavras de apoio e pelas orações.

Aos amigos e em especial: Lídia Milhomem, Alécio Oliveira, Iolanda Couto, Idalci Cruvinel, Ada Bispo, Débora Ferguson, Renata Resende, que sempre estavam disponíveis para tirarem minhas dúvidas e me dar apoio necessário. À Professora e amiga Tânia Regina, pela dedicação e técnicas utilizadas para que eu pudesse aprender um pouco da língua inglesa.

Aproveito a oportunidade para agradecer os profissionais: Sandro Martins Leão, Elba Fonseca Campos e Moacir de Andrade Júnior por terem cuidado de mim com muito carinho, me proporcionando o equilíbrio do corpo e da mente.

Agradeço a Deus também pela oportunidade de ter ganhado dois irmãos queridos: Sheila Marli de Melo Rezende e Hamilcar Pereira e Costa, que me ajudaram a suportar as dores do coração, pelos bons momentos de descontração, na realização de diversos trabalhos e pela acolhida. Estes levarei para a eternidade em meu coração. Estendo também os meus agradecimentos a todos os meus colegas de mestrado.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e em especial: Professor Alcido pela sua dedicação, gentileza, e paciência; Prof. Fausto pela sua objetividade; Prof. Joel pelo seu conhecimento, gentileza e educação; Prof. Reginaldo pela sua experiência, compreensão e conhecimento e Prof.^a Rusvênia por ter me proporcionado navegar em outros mares e momentos de muita reflexão através de seu conhecimento.

Agradeço também à Coordenação do Programa na pessoa da Prof.^a Sônia Milagres e do Servidor José Vieira Visconde, pelo apoio e pelos esclarecimentos quando necessários.

Estendo meus agradecimentos aos dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano- Campus Rio Verde que possibilitaram meu afastamento através do Programa de Capacitação do Servidor.

Agradeço à Secretaria de Assistência Social de Rio Verde na pessoa da Sra. Clarice Leão Ferreira Martins e toda sua equipe pelas informações e receptividade.

Aos professores Adriano Rodrigues de Oliveira, Cleonice Borges de Souza e Francis Lee Ribeiro pelas contribuições na banca.

Agradecimento todo especial ao meu orientador Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida, que é o responsável pelos frutos que estão sendo colhidos agora de uma plantinha que foi crescendo e crescendo. É uma pessoa querida, que me ajudou e tem me ajudado a superar as dificuldades com temas, sujeitos desconhecidos e com uma palavra amiga. Levarei para sempre comigo em meu coração sua generosidade e sua dedicação. Enquanto profissional me espelharei sempre na sua humildade, respeito e conhecimento. Que Deus possa sempre iluminar seu caminho e seja recompensado por tudo.

Obrigada, obrigada e obrigada a todos que me apoiaram e me enviaram vibrações que muito me sustentaram neste período. Que o poder da luz de Deus brilhe sobre todos.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a eficácia da gestão, identificar os entraves institucionais e organizacionais e a efetividade do Programa Bolsa Família na segurança alimentar de famílias rurais assistidas no município de Rio Verde (GO). Para atender aos objetivos propostos, o estudo sustenta-se em revisão bibliográfica e análise quantitativa e qualitativa dos dados provenientes da pesquisa de campo. O trabalho está estruturado em cinco capítulos incluindo a introdução. No segundo capítulo, apresentam-se os contornos teórico metodológicos, seguido de uma abordagem sobre políticas públicas, políticas de transferência de renda, avaliação de políticas públicas e finaliza com segurança alimentar e ruralidade. No terceiro capítulo apresentam-se os aspectos gerais do Programa Bolsa Família e dados secundários obtidos em órgãos oficiais do programa no universo empírico estudado. No quarto capítulo, são apresentadas a análise e discussão dos dados da segurança alimentar e o programa bolsa família no universo pesquisado e no quinto as considerações finais. Foram entrevistadas 94 famílias rurais beneficiárias do Programa com aplicação de questionário semiestruturado. Também foram realizadas entrevistas com os gestores locais da assistência social, educação e saúde com o objetivo de avaliar a gestão. A coleta e análise de dados provenientes da pesquisa permitiram apresentar o perfil da situação socioeconômica e sociodemográfica dos sujeitos e de suas percepções em relação ao programa e às entidades responsáveis. Há prevalência de Insegurança Alimentar leve em 54,25% das famílias pesquisadas, medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Os resultados permitiram a avaliação da eficácia e identificação dos entraves da Gestão Municipal nos eixos de atuação do Programa Bolsa Família, além de propor condicionalidades específicas do programa para o rural.

Palavras-chave: Políticas públicas. Efetividade. Programa Bolsa Família. Segurança alimentar e nutricional. Famílias rurais.

ABSTRACT

This research had the objective to evaluate management efficacy, to identify institutional and organizational obstacles and the effectiveness of Bolsa Família Program for the alimentary safety of rural families assisted in the municipality of Rio Verde (GO). In order to achieve the proposed goals, the study is supported by literature review and quantitative and qualitative analysis of the data collected in the field research. The study is structured in five chapters, including the introduction. In the second chapter, the theoretical and methodological aspects are presented, followed by a discussion of public policies, transfer payment policies, evaluation of public policies, alimentary safety and rurality. In the third chapter, we present the general aspects of Bolsa Família Program and secondary data obtained from the official agencies of the program in the researched empirical universe. In the fourth chapter, we present the analysis and discussion of the data about alimentary safety and Bolsa Família Program in the researched universe and in the fifth, our conclusion. 94 rural families, all beneficiary of the program, were interviewed through the application of a semi-structured questionnaire. Besides, interviews were carried out with the local managers of social assistance, education and health with the aim of evaluating management. The data collection and analysis allowed us to present the socioeconomic and sociodemographic profile of the subjects and their perception of the program and of the agencies in charge. There is prevalence of mild alimentary insecurity in 54,25% of the researched families, measured by the Brazilian Scale of Alimentary Insecurity (EBIA). The results allowed the evaluation of the efficacy and the identification of the obstacles in the municipal management in the acting axis of Bolsa Família Program, as well as proposing specific conditionalities of the program for the rural environment.

Keywords: Public policies. Effectiveness. Bolsa Família Program. Nutritional and alimentary safety. Rural families.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Questionário - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).....	23
QUADRO 2 – Classificação dos níveis de Insegurança Alimentar (IA).....	24
QUADRO 3 – Categorias sociais e econômicas a serem confrontadas com os níveis de (in) segurança alimentar auferidos na EBIA.....	24
QUADRO 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	28
QUADRO 5 – Levantamento sistemático da produção agrícola – comparativo entre as safras 2012/2013 e 2013/2014.....	30
QUADRO 6 – Estimativa de famílias de baixa renda e pobres.....	56
QUADRO 7 – Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves da gestão do PBF em Rio Verde (GO).....	61
QUADRO 8 – Relação entre formas de acesso à alimentação das famílias residentes no distrito de Ouroana e o nível de (in) segurança alimentar.....	92
QUADRO 9 – Relação entre formas de acesso à alimentação das famílias residentes no distrito de Riverlândia e o nível de (in) segurança alimentar.....	92
QUADRO 10 – Relação entre formas de acesso à alimentação das famílias residentes no distrito de Lagoa do Bauzinho e o nível de (in) segurança alimentar.....	93
QUADRO 11 – Relação entre o valor do benefício do PBF das famílias residentes no distrito de Ouroana e o nível (in) segurança alimentar.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária.....	31
GRÁFICO 2 – Distribuição das famílias de acordo com a área de localização dos domicílios.....	64
GRÁFICO 3 – Situação domiciliar das famílias beneficiárias residentes nos distritos.....	64
GRÁFICO 4 – Situação domiciliar das famílias beneficiárias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	65
GRÁFICO 5 – Existência de banheiro no domicílio das famílias beneficiárias residentes nos distritos.....	65
GRÁFICO 6 – Existência de banheiro no domicílio das famílias beneficiárias residentes nos dos assentamentos e pequenas propriedades.....	66
GRÁFICO 7 – Proveniência da água utilizada no domicílio das famílias beneficiárias residentes nos distritos.....	66
GRÁFICO 8 – Proveniência da água utilizada no domicílio das famílias beneficiárias residentes nos assentamentos e pequenas propriedades.....	67
GRÁFICO 9 – Situação conjugal do titulares residentes nos distritos.....	68
GRÁFICO 10 – Situação conjugal do titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	68
GRÁFICO 11 – Faixa etária dos titulares residentes nos distritos.....	69
GRÁFICO 12 – Faixa etária dos titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	69
GRÁFICO 13 – Faixa etária dos chefes de família residentes nos distritos.....	70
GRÁFICO 14 – Faixa etária dos chefes de família residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	70
GRÁFICO 15 – Quantidade de filhos menores de 18 anos das famílias residentes nos distritos.....	71
GRÁFICO 16 – Quantidade de filhos menores de 18 anos das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	71
GRÁFICO 17 – Quantidade de membro das famílias residentes no imóvel dos distritos.....	72
GRÁFICO 18 – Quantidade de membros da família residentes no imóvel dos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	72
GRÁFICO 19 – Escolaridade dos chefes de família residentes nos distritos.....	73
GRÁFICO 20 – Escolaridade dos chefes de família residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	73
GRÁFICO 21 – Escolaridade dos titulares residentes nos distritos.....	74
GRÁFICO 22 – Escolaridade dos titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	74
GRÁFICO 23 – Renda mensal agrícola e não agrícola das famílias residentes nos distritos.....	75
GRÁFICO 24 – Renda mensal agrícola das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas.....	76
GRÁFICO 25 – Proteção social/auxílio recebido.....	77
GRÁFICO 26 – Participação em grupos/organizações.....	77
GRÁFICO 27 – Distribuição percentual das famílias residentes nos distritos por realização das refeições diárias.....	78
GRÁFICO 28 – Distribuição percentual das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	78
GRÁFICO 29 – Distribuição das famílias beneficiárias segundo a EBIA.....	82

GRÁFICO 30 – Comparativo entre famílias beneficiárias segundo a EBIA por região....	82
GRÁFICO 31 – Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a localização do domicílio e o nível (in) de segurança alimentar.....	83
GRÁFICO 32 – Distribuição das famílias beneficiárias residentes nos distritos e o nível (in) de segurança alimentar.....	84
GRÁFICO 33 – Distribuição das famílias beneficiárias residentes em assentamentos rurais e pequenas propriedades e o nível (in) de segurança alimentar.....	84
GRÁFICO 34 – Relação entre renda mensal das famílias beneficiárias residentes nos distritos e o nível de (in) segurança alimentar.....	85
GRÁFICO 35 – Relação entre renda mensal das famílias beneficiárias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades e o nível de (in) segurança alimentar.....	85
GRÁFICO 36 – Relação entre a escolaridade dos chefes de família residentes nos distrito e o nível de (in) segurança alimentar.....	86
GRÁFICO 37 – Relação entre a escolaridade dos titulares residentes nos distritos e o nível de (in) segurança alimentar.....	87
GRÁFICO 38 – Relação entre a escolaridade dos chefes de família residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades e o nível de (in) segurança alimentar.....	87
GRÁFICO 39 – Relação entre escolaridade dos titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades e o nível de (in) segurança alimentar.....	88
GRÁFICO 40 – Relação entre a dedicação às atividades da propriedade e o nível de (in) segurança alimentar das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	89
GRÁFICO 41 – Relação entre o perfil produtivo e o nível de (in) segurança alimentar das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades.....	89
GRÁFICO 42 – Produtos consumidos vindos da propriedade.....	90
GRÁFICO 43 – Tipos de produtos consumidos vindos da propriedade.....	91
GRÁFICO 44 – Classificação das famílias beneficiárias de acordo com produção alimentos para autoconsumo e o nível de (in) segurança alimentar.....	91

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de localização da pesquisa de campo.....	21
FIGURA 2 – Mapa do município de Rio Verde (GO).....	26
FIGURA 3 – Mapa dos municípios de destaque no PIB 2011.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSP	Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BVCE	Benefício Variável de Caráter Extraordinário
BVJ	Benefício Vinculado ao Jovem
BVN	Benefício Variável Nutriz
BVG	Benefício Variável à Gestante
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
IA	Insegurança Alimentar
IAG	Insegurança Alimentar Grave
IAL	Insegurança Alimentar Leve
IAM	Insegurança Alimentar Moderada
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
ICS	Instância de Controle Social
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MPS	Ministério da Previdência Social
NIS	Número de Identificação Social
PA	Projeto de Assentamento
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SISOB	Sistema Informatizado de Controle de Óbitos
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UF	Unidade Federal
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNB	Universidade de Brasília
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	20
2.1	MÉTODOS E CAMINHOS DA PESQUISA.....	20
2.1.1	Instrumentos de coleta de dados.....	21
2.1.2	Avaliação da efetividade e gestão do programa Bolsa Família.....	24
2.2	CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO: RIO VERDE (GO).....	25
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	32
2.4	POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	35
2.5	AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	36
2.6	SEGURANÇA ALIMENTAR E RURALIDADES.....	39
3	O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA.....	44
3.1	BREVE HISTÓRICO E REPERCUSSÕES.....	44
3.2	O PROGRAMA: EIXOS, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, BENEFÍCIOS, CONDICIONALIDADES E FUNCIONALIDADES.....	49
3.3	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RIO VERDE (GO).....	56
3.3.1	Gestão local do programa.....	58
4	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SOCIECONÔMICA E SOCIODEMOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS RURAIS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RIO VERDE (GO).....	61
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	63
4.1.1	Caracterização domiciliar.....	63
4.1.2	Caracterização dos titulares e membros das famílias.....	67
4.1.2.1	Perfil dos titulares e membros das famílias.....	67
4.1.2.2	Escolaridade e renda.....	72
4.1.2.3	Alimentação, apoio e proteção social.....	76
4.1.2.4	Saúde e trabalho.....	79
4.2	ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) X CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	81
4.2.1	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar x renda.....	84
4.2.2	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar x escolaridade.....	86
4.2.3	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar x trabalho.....	88
4.2.4	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar X perfil produtivo.....	89
4.2.5	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar X autoconsumo.....	90
4.2.6	Valor do benefício do PBF x EBIA.....	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	101
	ANEXOS.....	107
	ANEXO A – Autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Verde (GO).....	108
	ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	109
	ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	112
	ANEXO D – Formulário socioeconômico e sociodemográfico das famílias rurais beneficiárias do Programa Bolsa Família em Rio Verde...	115
	ANEXO E – Roteiros das entrevistas semiestruturadas à gestão local do Bolsa Família em Rio Verde.....	129

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios do governo é conciliar o crescimento econômico com a erradicação da pobreza, principalmente no meio rural, pela necessidade de diminuir a desigualdade social e setorial.

Segundo Menezes (1998), o Brasil segue uma tendência mundial em que se identifica uma maior pobreza e a maior carência nutricional no meio rural, mesmo com os significativos avanços obtidos nos últimos anos na gestão do governo federal em termos de formulação de política pública, mudanças na legislação, ampliação do crédito produtivo e aumento da produção. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, cujos resultados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2010a), a prevalência de Insegurança Alimentar (IA) moderada¹ ou grave² foi maior nos domicílios das áreas rurais do que nos das áreas urbanas.

A pesquisa também revelou que enquanto 6,2% e 4,6% dos domicílios da área urbana tinham moradores em situação de IA moderada e grave, respectivamente, na área rural, as proporções foram de 8,6% e 7,0%. Nos domicílios particulares urbanos em IA grave, viviam 5,3% da população urbana, enquanto nos rurais viviam 8,4% da população rural. Para os domicílios em IA moderada, os índices de prevalência da população foram de 6,9% na área urbana e 10,1% na rural.

Em relação a 2004, houve uma queda na proporção de domicílios em situação de IA grave e moderada, tanto na área urbana quanto na rural. Entre 2004 e 2009 a redução da proporção de domicílios com moradores em situação de IA caiu na área urbana (de 33,3% para 29,4%) e na rural (de 43,6% para 35,1%), contudo, ao desagregar por intensidade de IA, verificou-se que na área rural ocorreu redução da prevalência de domicílios em IA leve³, o que não foi encontrado na área urbana.

Este estudo apresenta a discussão sobre a eficácia da gestão, entraves e efetividade do Programa Bolsa Família na segurança alimentar de famílias rurais. O Programa Bolsa Família (PBF) tem por objetivo combater a fome e promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. Integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM),

¹ Insegurança Alimentar Moderada: quando há restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas.

² Insegurança Alimentar Grave: quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, a adultos quanto às crianças.

³ Insegurança Alimentar Leve: quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, ou seja, risco para a sustentabilidade e comprometimento da qualidade da dieta.

que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais e está baseado: na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2013a).

O BSM tem ações nacionais e regionais, baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. No campo, onde se encontram 47% dos beneficiários do programa, o objetivo central do plano é aumentar a produção por meio de orientação e acompanhamento técnico, oferta de insumos e água. As principais estratégias do BSM no meio rural são: assistência técnica diferenciada; apoio à produção de alimentos e à comercialização da produção; acesso à água para consumo e produção; ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BRASIL, 2014b).

Segundo Traldi (2011), os limites e desafios das políticas públicas de ordem emergencial, chamadas também de políticas compensatórias, na qual se insere o PBF, e das políticas de caráter mais estrutural, mais específicas de combate à fome, são temas constantes de discussão.

Para a população, a discussão entre segurança alimentar e o combate à fome, o segundo prevalece no entendimento. Um dos fatores que contribui para a dificuldade da compreensão é que o conceito de SAN ainda não foi assimilado no país, por ser um tema mais ligado às organizações não governamentais da área, embora a segurança alimentar e a fome sejam partes complementares (TAKAGI; BELIK, 2007).

A pobreza é um problema complexo, portanto não é fácil de ser resolvido. “Nos estudos sobre extrema pobreza, as realizações e capacidades centrais são básicas, relacionadas com nutrição, abrigo, em como evitar mortalidade prematura ou doenças.” (KAGEYAMA 2008, p. 55). A autora afirma ainda que essa abordagem advoga a ideia de pobreza como privação das necessidades básicas, e que a falta de renda pode ser a causa principal, mas não a única. A pobreza “real” pode ser muito maior do que aquela medida unicamente pela renda.

O problema não pode ser resolvido apenas por meio de um programa de transferência de renda como o PBF. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (BRASIL, 2008), na perspectiva de Amartya Sen, deve-se privilegiar as habilidades e as capacidades das pessoas e não apenas a renda e a posse de bens.

Segundo (BRASIL, 2008), a compreensão do perfil de pobreza e de segurança alimentar e nutricional das famílias, bem como as modificações provenientes da ampliação de acesso aos alimentos e aos demais bens públicos, é uma tarefa que exige a abordagem de múltiplas dimensões. O presente estudo irá tratar também das múltiplas dimensões, como: do acesso, do consumo, da produção, do direito, das condições de vida e saúde.

De acordo com Traldi (2011), com base na pesquisa do IBASE (BRASIL, 2008), a articulação de programas de SAN com o PBF fornece subsídios importantes para uma reflexão profunda sobre os programas e a proposição de políticas públicas voltadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada e emancipação das famílias brasileiras mais vulneráveis à fome como: reforço aos programas de segurança alimentar; articulação e ampliação das ações de fortalecimento da agricultura familiar; implementação de programas direcionados para a educação alimentar dos beneficiários; ampliação da alimentação escolar para o ensino médio e intensificação das políticas de assistência social entre as famílias beneficiadas, buscando sua integração com ações complementares capazes de melhorar suas condições de saúde e educação.

No Brasil, após a década de 1990, a agenda das políticas públicas de proteção social, combate à pobreza e promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional tem incorporado o debate sobre os programas de transferência condicionada de renda. Alguns dos maiores problemas na dimensão dessas políticas públicas são a eficiência, a eficácia e a continuidade. Outro aspecto apontado por (ALMEIDA, 2008) é se estes programas representam casos concretos, se terão duração apenas por um determinado período ou ainda apenas instrumentos sem políticas e políticas com instrumentos ineficazes.

O Programa Bolsa Família nasceu da unificação de outros programas de transferência de renda ligados a diferentes setores como saúde, educação e assistência social com o propósito de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional. Esse efeito pode se estabelecer pelos possíveis impactos da renda na alimentação familiar ou pelas ações de saúde que integram as condicionalidades do programa (BRASIL, 2008).

Para avaliação do PBF e atender os objetivos do estudo foi realizada uma pesquisa com famílias rurais beneficiárias do PBF no município de Rio Verde (GO). O município está localizado na microrregião sudoeste do estado de Goiás. A escolha desse universo empírico ocorreu pela representatividade do município em questão no cenário nacional, uma vez que é conhecido e reconhecido como a capital do agronegócio. Atualmente é um dos maiores produtores de grãos e maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas do estado. É destaque também como um dos maiores no Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário para o processamento industrial de carnes de aves e suínos. Tendo instalado o segundo maior complexo agroindustrial da América Latina, indústrias no segmento de embalagens metálica, plástica e celulose, bem como também de implementos rodoviários.

Rio Verde é um dos municípios que mais cresce no estado de Goiás. No entanto, enfrenta os mesmos problemas das principais cidades brasileiras.

Na problematização do estudo, foram levantados os seguintes questionamentos: Quais são as efetividades do Programa Bolsa Família para os elementos de Segurança Alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde (GO)? Existe diferença na efetividade do Programa Bolsa Família entre as famílias residentes nos distritos e assentamentos rurais?

Estes questionamentos levantam as seguintes hipóteses: a) o PBF traz resultados relevantes no que diz respeito à exclusão de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza⁴ e tem efeitos significativos em elementos de segurança alimentar; b) as famílias residentes em assentamentos rurais possuem prioridades e modo de vida diferenciado, com isso a efetividade do programa é diferente.

O objetivo geral é avaliar a eficácia da gestão, identificar os entraves institucionais e organizacionais e a efetividade social do Programa Bolsa Família na segurança alimentar tratada de maneira ampla⁵, dando enfoque à realidade das famílias rurais do município de Rio Verde (GO). Já os objetivos específicos são: a) caracterizar a situação socioeconômica e o nível de (in) segurança alimentar das famílias rurais beneficiárias do Programa Bolsa Família; b) correlacionar o nível de (In) Segurança Alimentar das famílias com as variáveis socioeconômicas; c) avaliar a eficácia e identificar os entraves da Gestão Municipal nos eixos de atuação do Programa Bolsa Família; d) apontar as diferenciações entre as famílias residentes nos distritos e assentamentos rurais; e) propor condicionalidades específicas do Programa Bolsa Família para o rural.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo a introdução. No segundo capítulo, apresentam-se os contornos teórico-metodológicos compostos pelos métodos e caminhos da pesquisa, caracterização do universo empírico seguido de uma abordagem sobre políticas públicas, políticas de transferência de renda, avaliação de políticas públicas e finalizando com segurança alimentar e ruralidade. No terceiro capítulo, foram focalizados os aspectos gerais do Programa Bolsa Família e dados secundários obtidos em órgãos oficiais do programa no universo empírico estudado. No quarto capítulo, são apresentadas a análise e a discussão dos dados da segurança alimentar e o programa bolsa família no universo pesquisado e no quinto as considerações finais.

⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), famílias na condição de pobreza são aquelas com renda mensal por pessoa entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 e extrema pobreza são aquelas com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00 (BRASIL, 2013b).

⁵ Elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais como: nível de segurança alimentar, saúde, escolaridade, redes de cooperação, trabalho, renda, pluriatividade, formação de redes de proteção social, autoconsumo, condições da moradia, práticas ambientais mais sustentáveis, bens duráveis, acesso ao crédito, dentre outros (ALMEIDA, 2008).

2 CONTORNOS TEÓRICO–METODOLÓGICOS

2.1 MÉTODOS E CAMINHOS DA PESQUISA

O trabalho foi desenvolvido com apoio na revisão bibliográfica e na análise quantitativa e qualitativa dos dados provenientes da pesquisa de campo. Foi aplicado questionário semiestruturado aos beneficiários do PBF conforme ANEXO D e foram realizadas entrevistas abertas a gestão local do PBF conforme ANEXO E. Ambos os instrumentos foram adaptados de Traldi (2011) e de Santos (2011). Também foram utilizados dados estatísticos organizados e publicados por órgãos públicos.

O projeto de pesquisa foi protocolado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Goiás (UFG), para análise e emissão de parecer ético sob o número 047/13. Após análise o CEP/UFG emitiu parecer aprovando o mesmo, conforme ANEXO B.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, em setembro de 2012, Rio Verde tinha aproximadamente 6.208 famílias beneficiárias do PBF. O sistema atual não permite a separação entre as famílias rurais e urbanas e no último levantamento realizado com base nas fichas, o número de famílias rurais beneficiárias do PBF era de aproximadamente 800 famílias.

A partir dos dados fornecidos com base na estimativa da proporção populacional (recorte apenas nos beneficiários da área rural), com nível de confiança de 90% e erro amostral de 5%, obteve-se uma amostra de 100 famílias.

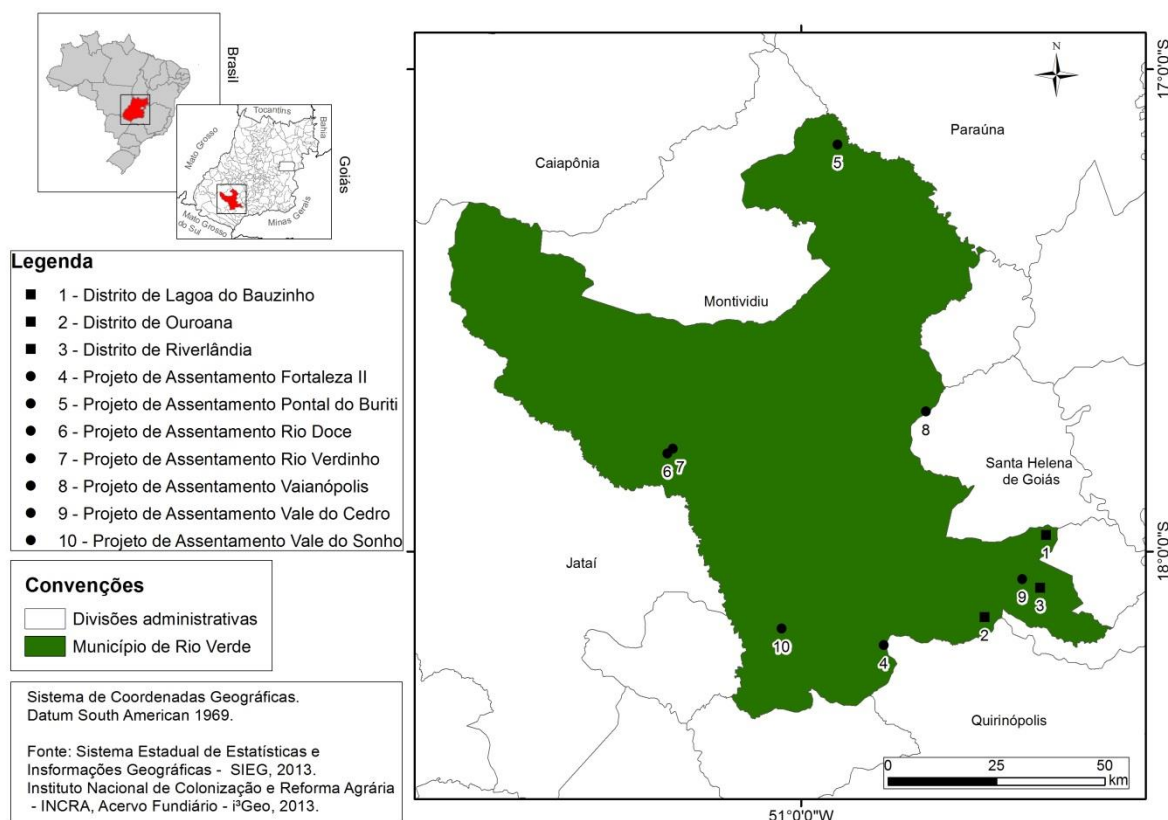
As 100 (cem) famílias da amostra foram escolhidas aleatoriamente. Os dados necessários para localização das mesmas foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Rio Verde (GO) conforme autorização no ANEXO A e com o apoio dos coordenadores, gestores e agentes de saúde de cada localidade. O apoio dos agentes de saúde foi fundamental no processo de localização das famílias, tendo em vista que a maioria recebe visita dos agentes mensalmente. Algumas famílias assentadas estavam sem cobertura dos agentes de saúde e nestes casos a localização foi auxiliada pelos presidentes das associações dos assentamentos.

As famílias entrevistadas residem em: assentamentos rurais, distritos do Município de Rio Verde e pequenas propriedades rurais conforme pode ser visto na FIGURA 1. Cabe ressaltar que o PBF considera as famílias dos distritos como rurais.

As entrevistas foram realizadas nas residências das famílias. Na abordagem inicial, as mesmas recebiam esclarecimentos e informações sobre a pesquisa e eram indagadas se

aceitariam fazer parte do estudo. Diante da afirmativa do entrevistado, foi colhida assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado pelo pesquisador em duas vias conforme ANEXO C.

FIGURA 1 - Mapa de localização da pesquisa de campo



Fonte: Organizado por Queiroz Junior (2013).

No decorrer da pesquisa foi realizada entrevista com o gestor da área da saúde e obteve-se a informação de que o número de famílias rurais beneficiárias atendidas era de apenas 375 famílias, sendo 44 residentes em assentamentos rurais, 109 em pequenas propriedades e acampamentos e 222 nos distritos. Foi feito novo cálculo e obteve-se uma amostra de 45 famílias. Como já haviam sido feitas 94 entrevistas (54 nos distritos e 40 em assentamentos rurais e pequenas propriedades), decidiu-se por encerrar as mesmas. No final da pesquisa, o cálculo da margem de erro foi refeito e obteve-se um resultado de 3,18%.

2.1.1 Instrumento de coleta de dados

Entre os métodos de análise comumente empregados para medir a situação da SAN,

destacam-se as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, por exemplo, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual foi utilizada no estudo proposto. As escalas de medida direta da insegurança alimentar, como a EBIA, fornecem informações estratégicas para a gestão de políticas e programas sociais, porque permitem tanto identificar e quantificar os grupos sociais em risco de Insegurança Alimentar (IA) quanto os seus determinantes e consequências.

De acordo com Alves Filho (2006), a EBIA foi colocada à disposição de pesquisadores, gestores e representantes institucionais de políticas públicas. A interação destes resultou na criação de uma rede interdisciplinar de estudo e pesquisa em segurança alimentar e nutricional, a Rede Alimenta, estruturada para prover suporte descentralizado aos gestores de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A Rede Alimenta é coordenada pela professora doutora Ana Maria Segall-Corrêa, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade de Campinas (UNICAMP), e é composta por pesquisadores da mesma instituição e da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da UNICAMP, além de pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Mato Grosso (UFMT) e de Brasília (UnB), do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), e do Departamento de Ciências da Nutrição da Universidade de Connecticut (EUA). Outros intercâmbios são mantidos junto a pesquisadores das Universidades Federais do Paraná (UFPR), de Minas Gerais (UFMG) e do Mato Grosso do Sul (UFMS) e ainda da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó).

De acordo com Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008 *apud* GUERRERO, 2009), a EBIA é um método de mensuração da situação alimentar domiciliar, que objetiva captar distintas dimensões da IA, desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido.

A EBIA é aplicada diretamente a uma pessoa da família, que seja responsável pela alimentação do domicílio, por meio de um questionário com questões fechadas composto por 15 (quinze) perguntas que possibilitam estimar a prevalência de segurança alimentar, que classifica as famílias pesquisadas em quatro níveis⁶ (QUADRO 1).

⁶ (1) Segurança alimentar: quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; (2) Insegurança Alimentar Leve: quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, ou seja, risco para a sustentabilidade e comprometimento da qualidade da dieta; (3) Insegurança Alimentar Moderada: quando há restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas e; (4) Insegurança Alimentar Grave: quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto aos adultos quanto às crianças.

Trata-se de uma ferramenta com excelente relação custo-efetividade que vem sendo usada desde a década de 1990, em vários países.

QUADRO 1 – Questionário Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

01	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) teve preocupação que a comida acabasse antes que pudesse comprar mais comida?
02	Nos últimos 03 meses, a comida acabou antes que o Sr. (a) tivesse dinheiro para comprar mais?
03	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
04	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para sua (s) criança (s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque o dinheiro acabou?
05	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescentes(s), menores de 18 anos, uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
06	Nos últimos 03 meses, a(s) criança(s)/adolescentes menores de 18 anos, não comeu(comeram) quantidade suficientes porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
07	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
08	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
09	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) sentiu fome mas não comeu porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
10	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
11	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
12	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) alguma (s) vez (es) diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s) menores de 18 anos, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos 03 meses, alguma vez(es) o Sr.(a) teve que deixar de fazer uma refeição da sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos 03 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, teve (tiveram) fome mas o Sr.(a) simplesmente não podia comprar mais comida?
15	Nos últimos 03 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, ficou (ficaram) sem comer um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Segall-Corrêa e Leon (2009 *apud* SANTOS, 2011, p. 19).

A pontuação para a classificação dos níveis de segurança ou insegurança alimentar (categorias descritas acima) das famílias entrevistadas dá-se pela somatória de valor 1 para cada resposta afirmativa/positiva. A seguir, os pontos de corte que definem os diferentes estratos, como mostra o QUADRO 2.

QUADRO 2 - Classificação dos níveis de Insegurança Alimentar (IA)

Classificação	Nº de respostas afirmativas/positivas	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias com pessoas adultas
S A	0	0
IAL	1 a 5	1 a 3
IAM	6 a 10	4 a 6
IAG	11 a 15	7 a 8

Fonte: Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008).

2.1.2 Avaliação da efetividade e gestão do programa Bolsa Família

O QUADRO 3 apresenta a segunda etapa da pesquisa, em que foram definidas categorias de análise confrontadas com o nível de (in) segurança alimentar das famílias auferido no EBIA. Esta etapa teve como objetivo de avaliar a efetividade do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias. São indicadores baseados em pesquisas já realizadas (BRASIL, 2008; TRALDI, 2011; SANTOS, 2011). As categorias de análise 6 e 7 não foram confrontadas e serviram como ferramentas auxiliares da análise.

QUADRO 3 – Categorias sociais e econômicas a serem confrontadas com os níveis de (in) segurança alimentar auferidos na EBIA

INDICADOR A SER CONFRONTADO COM AS VARIÁVEIS DE ANÁLISE	CATEGORIAS DE ANÁLISE	VARIÁVEIS DE ANÁLISE
EBIA - Nível de (In) Segurança Alimentar	Renda	Renda agrícola e não agrícola
EBIA - Nível de (In) Segurança Alimentar	Escolaridade	Nível de escolaridade do chefe de família e do beneficiário
EBIA - Nível de (In) Segurança Alimentar	Trabalho	Período de dedicação à propriedade (pluriatividade)
EBIA - Nível de (In) Segurança Alimentar	Perfil produtivo	Nível de diversificação da produção
EBIA - Nível de (In) Segurança Alimentar	Autoconsumo	Nível de autoconsumo
	Perfil alimentar	Discriminação das famílias por realização das refeições diárias
	Proteção social	Auxílios recebidos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Almeida (2008), Traldi (2011) e Santos (2011).

Segundo Almeida (2008), a definição de um indicador ou de seu conjunto objetiva identificar as características essenciais de uma determinada realidade e expressá-las na forma de valores quantificáveis e/ou qualificáveis. No entanto, nenhum sistema de indicadores, por mais complexo e sofisticado que seja, será capaz de representar a realidade exatamente como ela é.

A avaliação da eficácia da gestão do PBF em Rio Verde (GO) foi a última etapa realizada. Foram feitas entrevistas com os gestores da saúde, educação e assistência social que integram a gestão local do programa com o objetivo de analisar a gestão do programa, infraestrutura, recursos humanos e financeiros, comunicação, cadastramento, condicionalidades, controle social, intersectorialidade, gestão compartilhada e segurança alimentar. O roteiro das entrevistas pode ser melhor visualizado no ANEXO E.

Hoffmann e Kageyama (2008 *apud* KAGEYAMA, 2008) mostram que quando são feitos simples cruzamentos entre algumas variáveis e a condição de segurança alimentar do domicílio, os resultados sugerem que domicílios rurais e àqueles com atividade exclusivamente agrícola têm maior chance de ter insegurança alimentar. A situação se inverte quando são controlados os efeitos de outras variáveis, e com a utilização de um modelo mais completo, em que considera outras variáveis além da renda, como educação, idade, região e raça. O estudo em questão, como pode ser visto na metodologia apresentada, não fará apenas simples cruzamentos entre certas variáveis e sim utilizará um modelo mais completo.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO: RIO VERDE (GO)

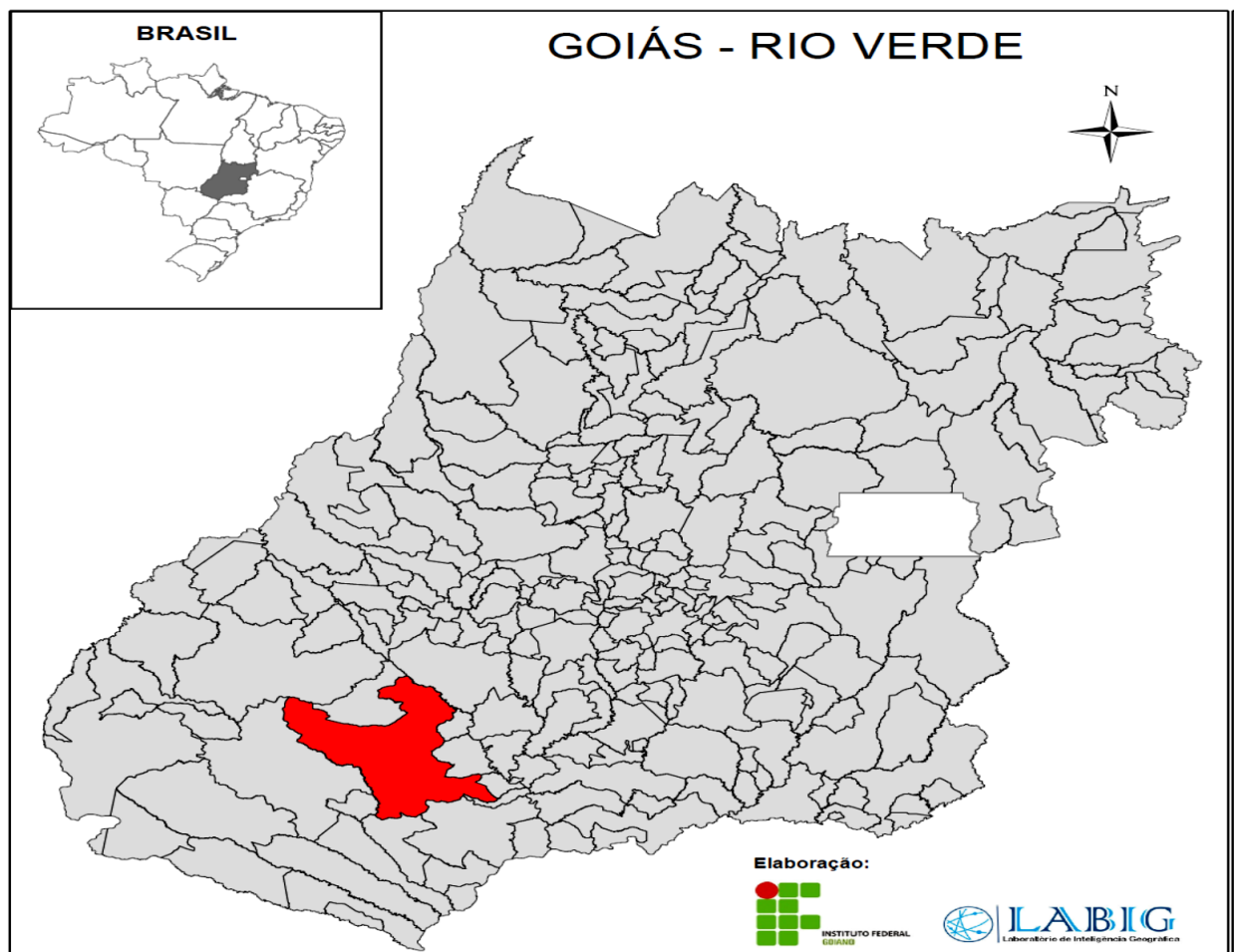
Rio Verde foi fundada em 1854, pertence à microrregião Sudoeste do estado de Goiás, como pode ser visto na FIGURA 2, e possui 8.379,661 km² de extensão territorial. No último censo, a população era de 176.424 habitantes, sendo 163.540 na área urbana e 12.884 na área rural e a estimativa em julho 2013 apontava uma população de 197.048 habitantes (BRASIL, 2010b).

Com a instalação do segundo maior complexo agroindustrial da América Latina em 1997 (na época era o maior), o município tornou-se atrativo para novas empresas e grandes indústrias, mas nunca abandonou a atividade agropecuária que deu início à sua história, cada vez mais moderna e tecnificada. O turismo local se baseia em feiras (Tecnoshow Comigo, Sudoexpo e Exposição Agropecuária), em eventos ligados ao agronegócio, ecoturismo, rodeios e recepção de turismo de negócios.

De acordo com o censo educacional de 2012 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (BRASIL, 2012a), naquele ano o município contava com mais de 76 (setenta e seis) escolas de ensino fundamental, 19 (dezenove) escolas de ensino médio e 51 (cinquenta e uma) escolas de ensino pré-escolar.

Conta ainda com 04 (quatro) instituições de ensino superior e quatro centros de ensino profissionalizante. Observa-se que mesmo com tantas escolas, cursos técnicos disponíveis e superiores, os jovens têm apresentado dificuldades de se qualificarem, devido aos horários de estudo e trabalho serem inconciliáveis pela maioria, que trabalha nas agroindústrias do segmento de carnes e processamento de grãos. A indisponibilidade de mão-de-obra qualificada é a principal queixa dos empresários locais, os quais importam essa mão-de-obra de outras regiões do país, principalmente do Sul e Nordeste.

FIGURA 2 - Mapa do município de Rio Verde (GO)



Fonte: Laboratório de Inteligência Geográfica do IF Goiano, Campus Rio Verde (2013).

De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER), no recente crescimento do agronegócio brasileiro, o município de Rio

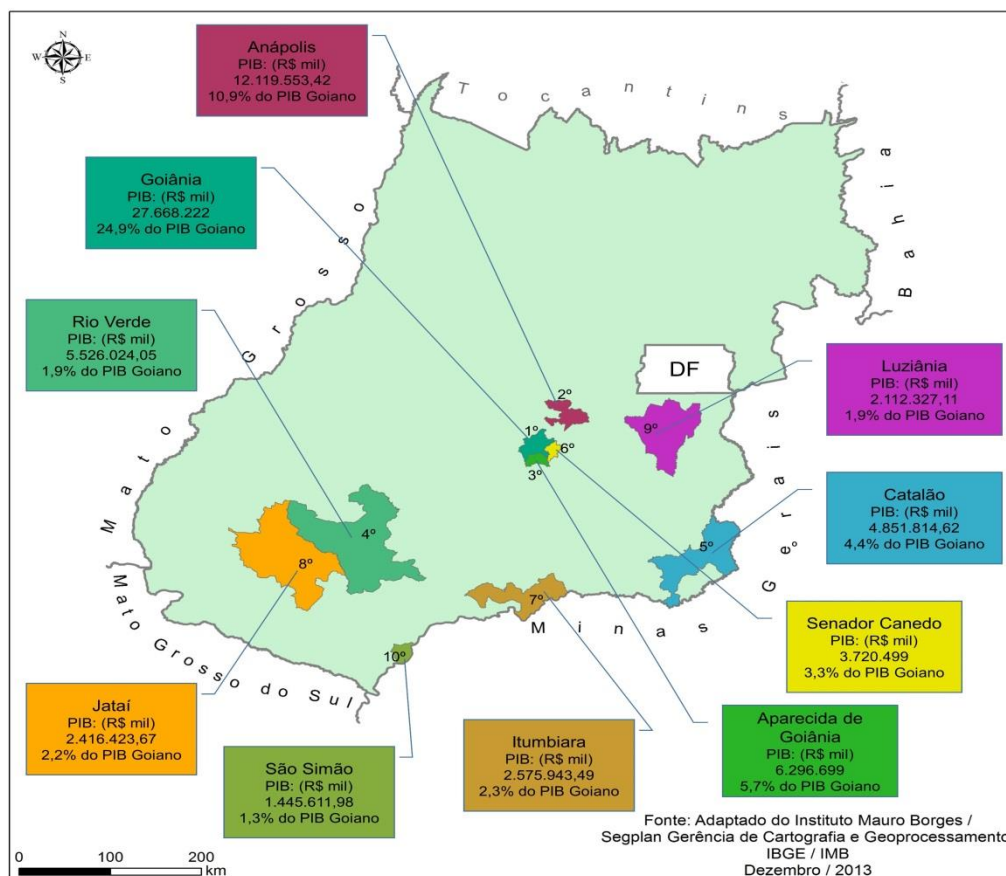
Verde (GO) tem se destacado por contar com uma importante estrutura agroindustrial e cooperativa agrícola (GOIÁS, 2013a). O município é um importante produtor de arroz, soja, milho, algodão, sorgo, feijão, girassol, conta ainda com um importante plantel bovino, avícola e suíno. Destaque também para o processamento industrial de carnes de aves e suínos, indústrias no segmento de embalagens metálica, plástica e celulose, bem como também de implementos rodoviários.

Segundo a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), através do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), com referência aos dez maiores municípios em valor adicionado da agropecuária, o município de Rio Verde liderou o setor em 2011, com 6,0% (GOIÁS, 2012). Na agricultura, o aumento decorreu principalmente do crescimento no valor adicionado da soja, milho, sorgo e café. Merece destaque o desempenho na silvicultura, atividade em que o município saltou de 6,3% da produção estadual em 2010, para 20,0% em 2011, devido à maior produção de lenha. Na pecuária, o destaque foi o crescimento no efetivo de aves e suínos.

Nos últimos anos, o município de Rio Verde vem se consolidando como um dos principais polos agroindustriais de Goiás, pela forte inter-relação entre os segmentos produtivos da agropecuária e da agroindústria, com emprego de novas tecnologias, que de certo modo têm tornado esta relação bastante competitiva.

Segundo (BRASIL, 2010b), Rio Verde apresentava um PIB de pouco mais de 4 bilhões e 160 milhões de reais – o quarto maior do estado de Goiás, o que dividido pelo seu número de habitantes lhe dá um produto por habitante de R\$ 23.571,97. Em 2011 não houve mudanças nas posições em relação ao ano de 2010. Houve ganho de participação do município de Rio Verde, que saiu de 4,3%, em 2010, para 5,0% o que se deve ao aumento de participação na indústria de transformação e na atividade de construção civil (FIGURA 3). Na indústria de transformação, o incremento resultou da maior produção, principalmente, de óleos vegetais.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Rio Verde está acima da média nacional com o índice de 0,754 no geral, como pode ser visto no QUADRO 4, sendo que em nível nacional a média é 0,727. O município possui o sexto melhor IDHM do estado, situado na faixa de desenvolvimento humano alto.

FIGURA 3 – Mapa dos municípios de destaque no PIB 2011

Fonte: Organizado por Queiroz Junior (2013).

QUADRO 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,488	0,633	0,754
IDHM – Educação	0,265	0,444	0,656
IDHM – Longevidade	0,687	0,802	0,853
IDHM – Renda	0,638	0,713	0,765
NOTA: Classificação segundo IDH: 1- Muito Alto (acima de 0,800) 2- Alto (de 0,700 a 0,799) 3- Médio (de 0,600 a 0,699) 4- Baixo (de 0,500 a 0,599) 5- Muito Baixo (de 0 a 0,500)			

Fonte: Adaptado de Goiás (2013c).

O município é conhecido como a capital do agronegócio por ser um dos maiores produtores de grãos do país. É conhecida como uma cidade rica, onde impera o modelo produtivista. No último censo agropecuário 2006, foram identificados 1.313 estabelecimentos

da agricultura familiar⁷ e 976 da agricultura não familiar no município. Estes agricultores familiares ocupavam uma área plantada de 45.304 hectares, enquanto os não familiares ocupavam uma área de 576.373 hectares (BRASIL, 2006b).

Os dados do censo apresentam uma estrutura fundiária bastante concentrada no município, apesar de apresentarem 57,36% do total dos estabelecimentos, os agricultores familiares ocupavam apenas 7,29% da área plantada, e os não familiares ocupavam 92,71%. No decorrer da pesquisa percebeu-se uma carência de dados estatísticos da Secretaria Municipal de Agricultura onde apresente um mapeamento das atividades desenvolvidas pelos agricultores do município.

Dentre as famílias entrevistadas com domicílios em assentamentos rurais, a pesquisa apontou que na safra de 2012/2013, 51% exploravam a atividade agrícola, 31% exploravam a pecuária e 18% não plantaram nesta safra. Vale ressaltar que essas famílias que não plantaram não relataram desenvolver outras atividades e estavam sobrevivendo apenas do PBF e da ajuda de familiares e amigos.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, elaborado pela agência do IBGE de Rio Verde em fevereiro de 2014, aponta que mais de 50% da área plantada foi destinado à soja, o que pode ser visualizado no QUADRO 5, que traz um comparativo entre a safra 2012/2013 e 2013/2014.

Segundo Macedo (2013), a taxa média de crescimento da população urbana do município na década de 1990 foi de 2,6%. As transformações em sua base econômica a partir do final da década de 1990 ampliaram-lhe os fluxos migratórios, o que contribuiu para o rápido crescimento demográfico da cidade e resultou em uma impressionante taxa de crescimento de sua população urbana de 4,4% nesta primeira década do século XXI, mais que o dobro da região Centro-Oeste (2,1%) e superior à do estado de Goiás (1,6%) e do Brasil (1,6%).

Esse crescimento urbano foi responsável pelo aumento das pressões sociais por infraestrutura e serviços coletivos. Apesar de ser conhecido como um município com altos índices de produtividade e crescimento econômico, essa “riqueza” não afasta do município os problemas vivenciados por outras cidades do Brasil, como a miséria e a violência.

⁷ Enquadrados de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006a).

QUADRO 5 – Levantamento sistemático da produção agrícola – comparativo entre as safras 2012/2013 e 2013/2014

CULTURAS	SAFRA 2012/2013			SAFRA 2013/2014		
	Área Plantada (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção (t)	Área Plantada (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção (t)
Algodão-1ª safra	435	4.501	1.958	200	4.500	900
Algodão-2ª safra	-	-	-	-	-	-
Arroz sequeiro	600	2.900	1.740	300	1.800	540
Feijão-1ª safra	4.000	2.480	9.920	4.200	2.700	11.340
Feijão-2ª safra	2.000	1.500	3.000	500	2.400	1.200
Feijão-3ª safra	310	3.097	960	-	-	-
Milho	3.000	9.600	28.800	1.000	9.000	9.000
Milho safrinha	210.000	4.800	1.008.000	200.000	5.500	1.100.000
Girassol	300	1.500	450	1.000	1.500	1.500
Soja	290.000	3.000	870.000	300.000	2.700	810.000
Sorgo granífero	25.000	2.800	70.000	30.000	3.000	90.000
Melancia	260	40.000	10.400	-	-	-
Trigo irrigado	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	36.950 30.400	86.000	2.614.400	38.000	85.000	3.230.000

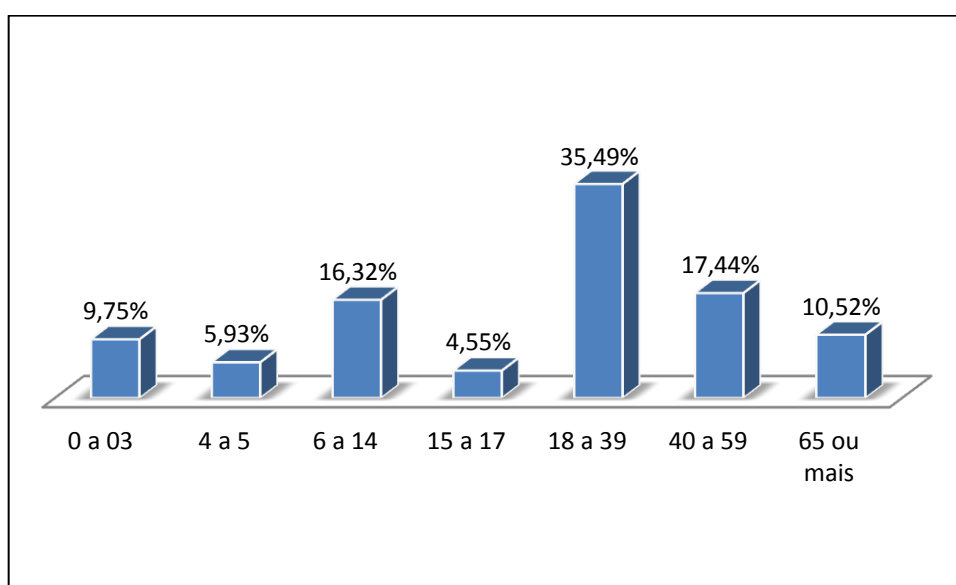
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (BRASIL, 2014a).

O crescimento econômico acelerado do município provocou elevação do custo de vida, crescimento do déficit habitacional, elevação dos índices de criminalidade. Entre estes problemas citados, observa-se também o agravamento do transporte público que é insuficiente para atender a demanda crescente e problemas de infraestrutura e mobilidade urbana. O Município apresenta também número elevado de famílias em situação de vulnerabilidade social, o que pode ser constatado segundo dados do Relatório de Informações Sociais

divulgados pelo MDS com base no banco de dados do Cadastro Único⁸ (CadÚnico). Havia 24.636 famílias registradas em dezembro de 2013 e 6.972 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (11,85% da população do município) (BRASIL, 2014c).

Conforme relatório divulgado pelo MDS baseado nos dados do censo de 2010, 7.034 das pessoas residentes no município se encontravam em situação de extrema pobreza conforme GRÁFICO 1, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00, o que representa 4,0% da população (BRASIL, 2014d). Do total de extremamente pobres, 545 (7,7%) viviam no meio rural e 6.489 (92,3%) no meio urbano. Outro dado importante que o censo revelou do município foi das crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos, 87,60% não estavam frequentando creches.

GRÁFICO 1 - Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária



Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2014d).

Segundo Kageyama (2008), o desenvolvimento não é identificado com crescimento econômico, mas sim como um processo que envolve múltiplas dimensões: a econômica, a sociocultural, a político-institucional e a ambiental.

Pode-se perceber que o município apresenta apenas um crescimento econômico que não se traduz também em desenvolvimento, mesmo tendo alguns índices favoráveis como a produtividade de grãos, arrecadação de impostos, PIB e IDHM. As múltiplas dimensões

⁸ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (*per capita*) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Suas informações podem ser utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para obter diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, para, desta forma, possibilitar a análise das suas principais necessidades (BRASIL, 2013c).

citadas que envolvem o desenvolvimento não são observadas no cenário atual, que apresenta ainda problemas como desigualdade social, desigualdade no acesso a terra e número elevado de pessoas em situação de extrema pobreza. A estatística apresentada pelos órgãos oficiais locais indica que o número de famílias em situação de vulnerabilidade social tem aumentado, o que remete à ideia de que este crescimento econômico ainda não proporcionou redução da miséria.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

O debate sobre políticas públicas envolve vários atores com interesses diversos e como resultado tem-se a política propriamente dita. Estão inseridos os cientistas políticos, com o papel de questionar a importância e validade de tais políticas públicas, o governo e a sociedade representada por grupos de interesses. Essa última é responsável pela demanda e o governo pelo debate em plenário, pela formulação, aprovação e, em uma última instância, a avaliação, para se verificar se de fato houve eficiência, eficácia e efetividade dessas políticas públicas.

Fazer política pública exige no mínimo o atendimento de demandas sociais da população, necessitando-se de apoio político para aprovação da mesma, envolvendo grupos de interesses, com reflexos em alguns setores da economia.

Segundo Bobbio (2000), o termo política ganhou evidência em função da obra de Aristóteles, também denominada Política. O termo é uma derivação do adjetivo *polis*, quer seja, tudo que se refere à cidade, aos seus cidadãos, tanto civil, quanto público e social.

Outrora, Bobbio (2000, p. 159) esclarece ainda que o termo política era utilizado apenas para designar “[...] obras dedicadas ao estudo daquela esfera da atividade humana que de algum modo faz referência às coisas de Estado [...]”. Atualmente, o termo é utilizado para designar a *polis* enquanto sujeito, que comanda ou proíbe algo, ou é utilizado como objeto, campo das ações, como “[...] conquistar, manter, defender, ampliar, reforçar, derrubar o poder estatal” (BOBBIO, 2000, p. 160).

Lowi (2004 *apud* SOUZA, 2007, p. 68) fornece uma definição clássica sobre a política pública: “[...] é uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas”.

O termo política pública deriva do inglês *public policy*. Os primeiros estudos sobre o tema surgiram na Europa e nos Estados Unidos, mas com enfoques diferentes. Souza (2007) afirma que é na Europa que a política pública surge a partir de estudos das teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo; já nos Estados Unidos não se estabelecem relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, enfatizando-se os estudos sobre a ação dos governos.

A área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Em 1936 Laswell introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar o conhecimento científico e acadêmico e estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957 *apud* SOUZA, 2007) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos. Para ele a racionalidade dos decisores é sempre limitada por problemas como informação incompleta, tempo para tomada de decisão, auto-interesse. Segundo ele, a racionalidade pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de um conjunto de regras e incentivos que enquadrem o comportamento dos atores e modelem esse comportamento na direção de resultados desejados.

Já Lindblom (1959-1979 *apud* SOUZA, 2007), questionou o racionalismo de Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. A incorporação de outros elementos à sua formulação e à sua análise além de racionalidade, como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

A contribuição para a área de Easton (1965 *apud* SOUZA, 2007) foi definir política pública como um sistema, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo ele os *inputs* recebidos dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse influenciam os resultados das políticas públicas.

De acordo com Frey (1999), o termo “política” em língua inglesa possui três dimensões de significação: uma dimensão institucional (*polity*), uma dimensão processual (*politics*) e uma dimensão material (*policy/policies*).

A abordagem utilizada no presente estudo refere-se à dimensão institucional e material, ou seja, à materialização das propostas inseridas nos programas políticos, relacionadas com os problemas técnicos e imediatos para atender as demandas da sociedade .

Nesse sentido, Easton (1970 *apud* RUA, 1998) exemplifica vários tipos de demandas da sociedade onde,

[...] as demandas podem ser, por exemplo, desde reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, etc. Podem ser, ainda, as demandas de participação no sistema político, como reconhecimento de voto dos analfabetos, acesso a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, direitos de greve, etc. Ou ainda, demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados, etc. (EASTON, 1970 *apud* RUA, 1998, p. 2).

Dessa forma, fica evidente que os gestores de políticas públicas são influenciados pela pressão e mobilização da sociedade civil no que tange ao atendimento das demandas sociais.

Pode-se então resumir política pública como, “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente).” (SOUZA, 2007, p. 69).

Não existe definição única sobre o que seja política pública. Mead (1995 *apud* SOUZA, 2007, p. 68) “[...] a define como sendo um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Segundo Souza (2007, p. 69), “[...] definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos”.

Ainda segundo Souza (2007), a política pública em geral e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, mas cada qual adota um foco diferente. Poucas vezes tem-se clareza de que existem distinções importantes nos seus focos e entre os estudos de políticas públicas e sobre políticas sociais. Enquanto estudos em políticas públicas concentram-se no processo e em responder questões como “por quê” e “como”, os estudos em políticas sociais tomam o processo apenas como “pano de fundo” e se concentram nas consequências da política, ou seja, o que a política faz ou fez.

De acordo com Souza (2007), dentro do campo da política pública, alguns modelos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que produzirá resultados ou mudanças na vida dos sujeitos. Apresentar-se-á a seguir apenas o tipo e o ciclo da política pública que estão entre os principais.

Talvez a mais conhecida tipologia sobre política pública seja a desenvolvida por Lowi (1964-1972 *apud* SOUZA, 2007), elaborada por meio de uma máxima: a política pública faz a política. A política pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, em que decisões tomadas pelo governo desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando efeitos individuais, ao privilegiar certos grupos ou regiões. O segundo é o das

políticas regulatórias, mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atingem o maior número de pessoas e impõem perdas concretas no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos para outros no futuro. E por fim, as políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição, processando-se dentro do sistema político de forma também diferente.

Souza (2007, p. 74) define que o modelo ciclo da política pública “[...] vê a política como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado”. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: agenda (quando um problema chama a atenção da política); formulação (quando o governo formula opções para um problema); decisão (escolha das opções); implementação (quando o governo coloca ação em prática) e avaliação (os resultados são monitorados pelo governo e atores sociais).

Ao completar o ciclo com o estágio de avaliação, a política pode então ser encerrada ou voltar ao seu estágio inicial. Dentro do ciclo da política pública, a avaliação destaca-se como um instrumento valioso para a gestão.

2.4 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas de transferência de renda começaram a ser desenvolvidos em vários países da Europa a partir dos anos 1930. No Brasil, a temática dos programas de transferência de renda ganha espaço e tem seu desenvolvimento a partir dos anos 1990. Na ocasião, houve a aprovação de leis importantes como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Desde então, a transferência de renda caracteriza-se como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias. No caso brasileiro e de várias experiências da América Latina, são programas focalizados em segmentos pobres da população e têm sua prestação condicionada a determinadas exigências.

No final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), foram lançadas algumas políticas voltadas para melhoria da renda e da qualidade de vida da população mais pobre: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás.

No primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que centralizou as ações dos programas sociais geridos pelo governo federal. O principal avanço foi a unificação dos programas de transferência de renda. O governo incorporou e integrou, em um único programa, as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda: o Programa Bolsa Família.

O governo Dilma lançou, em 2011, o programa Brasil Sem Miséria, cujo principal foco de atuação são os 16 milhões de brasileiros, com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais, visando sua inserção na cidadania. O mesmo tem ações nacionais e regionais, baseadas em três eixos: a) garantia de renda; b) inclusão produtiva e c) acesso a serviços públicos. Houve uma continuidade dessas políticas no governo, havendo apenas algumas alterações, como por exemplo de “Fome Zero” para “Brasil Sem Miséria”, abrangência do número de pessoas a serem atingidas e ampliação de alguns programas.

Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combater a pobreza. Eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes (SANTANA, 2007).

De acordo com Schottz (2005 *apud* TRALDI, 2011), apesar de os programas de transferência de renda terem conquistado avanços como uma estratégia de combate à fome e à pobreza, como outras políticas de intervenção no Brasil, ainda eram caracterizados pela fragmentação, pelo frágil controle social, sobre focalização de beneficiários e duplicação de recursos.

As políticas de transferência de renda podem ter papel relevante na melhoria das condições sociais das famílias rurais beneficiárias, especialmente entre aqueles em situação de extrema pobreza.

2.5 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com o UNICEF (1990 *apud* CUNHA, 2006), avaliação constitui exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos.

O objetivo da avaliação é orientar os tomadores de decisão, no que diz respeito à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

Segundo Almeida (2008), a avaliação tem sido instrumento valioso de gestão para o conhecimento e a viabilização de programas e projetos, para o redirecionamento, quando se fizer necessário, de seus objetivos, até mesmo para a reformulação de rumos e propostas, fornecendo subsídios para tomadas de decisão. A avaliação das políticas não pode ser apenas um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas, principalmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.

Conforme Silva (1999), o motivo mais imediato do interesse pela avaliação de atividades de governo seria a preocupação com a efetividade, isto é, com a aferição dos resultados esperados e não esperados alcançados pela implementação dos programas. O segundo motivo seria o de entender o processo pelo qual os programas alcançaram ou não esses resultados, analisando a dinâmica da intervenção estatal e os problemas concretos advindos da implementação. Outros motivos relevantes seriam a aprendizagem organizacional das instituições públicas sobre suas atividades, a tomada de decisão sobre a continuidade ou não dos programas e, ainda, a transparência, qualidade e *accountability* na gestão dos recursos públicos (responsabilização dos gestores por decisões e ações implementadas).

Benini *et al* (2011) destacam que:

O referencial de Análise de Política Pública surgiu nos Estados Unidos nas décadas de 1960-1970, em função do crescente interesse dos fazedores de política (*policy makers*) e dos acadêmicos em explicar o processo de elaboração das políticas públicas (BENINI *et al*, 2011, p. 334).

Para Santos (2011), avaliar política pública, além de ser um instrumento capaz de melhorar ou corrigir a gestão governamental, mostra-se uma ferramenta de incremento da transparência das ações dos governantes. Analisar tais políticas, focando apenas em suas metas e resultados quantificados, pode incorrer em apreciação parcial de sua significância. Deve-se também levar em consideração o aspecto qualitativo do resultado alcançado. Contudo, eficiência, eficácia e impacto são conceitos importantes, pois promovem a interpretação conjunta, com vistas à correlação, de etapas distintas da política pública. São elas: planejamento, desenvolvimento e execução.

Eficiência, eficácia e efetividade são conceitos comumente usados quando se fala em avaliação de políticas públicas. É necessário fazer a distinção destes conceitos, pois normalmente são tratados de forma igual.

Para Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 62), “[...] a eficiência diz respeito ao grau de aproximação e à relação entre o previsto e o realizado, no sentido de combinar os insumos e os implementos necessários à consecução dos resultados visados”. Assim, de acordo com estes autores,

A eficácia corresponde ao resultado de um processo, entretanto contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução dos objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente exposto (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2001, p. 62).

E por último, traduzem a efetividade como o conceito que revela em que medida a correspondência entre os objetivos traçados em um programa e seus resultados foram atingidos (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2001).

Conforme Santos (2011), na implementação de uma política pública, há etapas a serem percorridas, as quais se iniciam com o reconhecimento do problema, sendo este conduzido a uma agenda com especificações de objetivos e a indicação das formas adequadas de condução da ação pública. Daí, então, chega-se à etapa da implementação, de fato, da política, observando-se diretrizes e prazos previamente estabelecidos. A avaliação da política dá-se por métodos que verificam o seu impacto, se as metas estão sendo cumpridas, se há algo a ser redirecionado, sua eficácia social, isto é, sua capacidade de alterar as relações sociais e sua eficiência, ou seja, se apresenta eficácia maior em relação a outras políticas que visem aos mesmos objetivos.

Para Cavalcanti (2006), a avaliação é um instrumento de fundamental importância para a tomada de decisão dos gestores públicos, no entanto, ainda há dúvidas sobre os modelos a serem adotados, tendo em vista que os resultados, muitas vezes, são parciais e irrelevantes (devido, muitas vezes, à morosidade de sua execução). Contudo, tais dificuldades reforçam o reconhecimento de que a avaliação de políticas públicas não deve se restringir apenas a um modelo, e deve abordar os processos, resultados e impactos. Nesse sentido, o esforço de seleção de variáveis de análise e de construção de indicadores é fundamental.

Jannuzzi (2005 *apud* TRALDI, 2011) ressalta a importância dos indicadores⁹ como instrumentos que permitem “revelar” a eficácia e a efetividade social dos programas.

⁹ Um indicador consiste em um valor usado para medir ou acompanhar a evolução de algum fenômeno ou o resultado de processos sociais. Indicadores podem ser produzidos com base em resultados de pesquisas de

De acordo com Traldi (2011), para avaliação dos resultados da eficácia há um conjunto de indicadores que permite entender e avaliar o resultado concreto da política pública através de: indicadores quantitativos (objetivos) – valores quantificáveis, como cifras absolutas, taxas, proporções, médias, índices ou distribuições por classes, que permitem mensurar os efeitos (respostas) concretos da ação da política; e indicadores qualitativos (subjetivos) – que dizem respeito a uma apreciação, a um juízo de valor que um indivíduo ou um grupo de pessoas faz da ação da política.

Nos últimos anos no Brasil, a gestão pública vem utilizando os indicadores de políticas públicas como resposta ao interesse da sociedade que tem buscado acompanhar e fiscalizar o gasto público, exigindo o uso mais eficiente, eficaz e efetivo do mesmo. A legislação vigente e as novas tecnologias de informação contribuem para a disseminação da informação administrativa compilada por órgãos públicos e a informação estatística produzida pelas agências especializadas.

2.6 SEGURANÇA ALIMENTAR E RURALIDADES

O termo “segurança alimentar” começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Com a traumática experiência da guerra vivenciada na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro, controlando seu fornecimento de alimentos. A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência a um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e, suficientemente, seus alimentos. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de autossuprimento de alimentos (MALUF; MENEZES, 2000).

Há uma larga tradição no tratamento da problemática alimentar na América Latina. No Brasil, destacam-se as análises pioneiras e clássicas de Josué de Castro – um dos fundadores da Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) – sobre o fenômeno da fome, ainda na década de 1930. Mas, somente em 1986, o objetivo da segurança alimentar apareceu, pela primeira vez, entre os elementos definidores de uma proposta de

avaliação e estes também expressam certas condições relativas à estrutura, processos e resultados (indicadores de impactos e efeitos) de acordo com as dimensões do estudo a partir do qual são produzidos (DRAIBE, 2001 *apud* ALMEIDA, 2008).

política de abastecimento alimentar, sendo formulada por uma equipe de técnicos a convite do Ministério da Agricultura, tendo poucas consequências na prática.

No Brasil, em 1991, divulgou-se a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar elaborada pelo Governo Paralelo¹⁰, com um impacto inicial restrito. No início de 1993, ao ser aceita pelo Governo Itamar Franco como uma das fundamentações para a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), contribuiu para a definitiva introdução da questão agroalimentar e da fome como temas prioritários na agenda política nacional (MALUF; VALENTE, 1996).

Somente em 2010 foram estabelecidas a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)¹¹ e a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), através do Decreto nº. 7.272, de 25 de agosto de 2010, assim como a incorporação da alimentação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº. 64, de 04 de fevereiro de 2010. Com a regulamentação da LOSAN, instituiu-se a PNSAN que estabelece, entre as diretrizes que deverão nortear a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada. (BRASIL, 2010a).

A identificação e mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional possui múltiplas dimensões. De acordo com Kepple (2010 *apud* BRASIL, 2010a), disponibilidade do alimento significa a oferta de alimentos para toda a população e depende da produção, importação, sistemas de armazenamento e distribuição, o acesso físico e econômico aos alimentos, além de depender da política de preços e da renda familiar. Ainda, segundo este autor, a estabilidade é uma das dimensões que é decisiva para a definição da situação de segurança ou insegurança alimentar das famílias, que implica no grau de perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos. Esta dimensão envolve a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e demanda o planejamento de ações pelo poder público.

Segundo Almeida *et al* (2006), deve ser posto em pauta o conceito mais amplo de SAN, o qual deve estar ligado a elementos e/ou valores fundamentais da população.

De acordo com Paulillo e Pessanha (2009), esses valores pertencem a cinco eixos:

¹⁰ O Governo Paralelo foi uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores, em 1990, visando gerar propostas alternativas de governo.

¹¹ Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. Segundo esta lei, a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

- a) Eixo da saúde: com suas dimensões dietética e farmacêutica, ligadas à composição nutricional dos alimentos;
- b) Eixo da higiene e da seguridade dos alimentos: ausência de elementos tóxicos ou nocivos;
- c) Eixo ecológico ou orgânico: que corresponde à produção de alimentos sem riscos tóxicos e à reivindicação do respeito ao meio ambiente, pois a demanda alimentar concerne tanto à qualidade do alimento quanto à maneira de produzi-lo, e a ecologia é um valor crescente nos hábitos de vida da população;
- d) Eixo da autenticidade: que se refere aos valores naturais e tradicionais da produção agroalimentar, à valorização da origem dos produtos e à especificação do processo produtivo;
- e) Eixo da solidariedade: no qual os valores morais e ideológicos impulsionam a participação da população bem nutrida em ações humanitárias no processo de consumo, pela aquisição de um produto socialmente correto.

Este entendimento foi reafirmado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 15 de setembro de 2006. Segundo Paulillo e Alves (2009),

[...] a segurança alimentar vai além do acesso à renda, porque é um elemento fundamental de inclusão social. Isso significa fazer com que as camadas sociais marginalizadas tenham acesso a direitos básicos (como emprego, educação, saúde, etc.) e possam participar das decisões que afetam suas vidas. Para estes autores muitas dessas decisões podem ocorrer em nível local. Câmaras setoriais pluralistas, governos municipais com gestão participativa em áreas rurais e urbanas, condomínios de agricultores e trabalhadores rurais são alguns exemplos de formação desses novos campos de decisão (PAULILLO; ALVES, 2009, p. 9).

No Brasil, mesmo as regiões com produções agroindustriais relevantes não resolveram as questões de segurança alimentar. O universo empírico estudado destaca-se como um dos maiores produtores de grãos do país e, no entanto 4% da população em 2010 apresentava situação de extrema pobreza. Esses dados contribuem para a afirmação de Paulillo e Alves (2009) de que a presença de grandes cadeias agroalimentares em uma região não garante a redução da fome.

Paulillo e Alves (2009) defendem que certas questões acerca do bem-estar social dos lugares, como a insegurança alimentar, podem ser atenuadas por políticas públicas direcionadas a cada região. A história dos lugares abrange a cultura regional, as regras, as

convenções, fazendo com que a operação das políticas agroalimentares requeira soluções diferenciadas.

Segundo (BRASIL, 2010a), a insegurança alimentar das famílias do rural é maior do que a urbana em nível nacional. Esses dados apontam para o que foi levantado por Paulillo e Alves (2009), que defendem a criação de políticas de segurança alimentar direcionadas. Neste sentido, fortalece-se também a ideia de que as famílias rurais possuem prioridades diferenciadas, e o gasto com o benefício nem sempre é destinado à alimentação, devido à especificidade e peculiaridades do rural e a efetividade dos Programas de Segurança Alimentar, no caso o PBF, é diferente do urbano.

Em seu estudo, Wanderley (2009) aponta que as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, provocando assim, o fim das particularidades de certos espaços. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade.

Wanderley (2009) pondera ainda que,

[...] o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

Assim, de acordo com Wanderley (2009), nas sociedades modernas, reduziram-se as diferenças mais gritantes entre as condições de vida dos habitantes da zona rural e os da urbana. Assim sendo, a paridade social atingida tornou atrativa a vida no campo para muitos cidadãos que, sem renunciar às vantagens e facilidades do progresso “urbano”, procuram ao mesmo tempo beneficiar-se da qualidade de vida associada à vida rural. Esta autora ressalta que,

[...] é preciso considerar, porém, que esta paridade está longe de ter sido alcançada de forma homogênea, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado. Partes significativas do espaço rural correspondem, frequentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano pelas suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente, ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais (WANDERLEY, 2009, p. 229).

O modelo de desenvolvimento no campo teve como objetivo principal assegurar a autossuficiência em produtos agrícolas. As políticas adotadas tinham como prioridade o aumento da eficiência que se expressou na implantação do modelo produtivista da

modernização agrícola, cuja base era a adoção de sistemas intensivos de produção e a crescente integração à complexa economia de mercado (WANDERLEY, 2009).

Pode-se afirmar que este desenvolvimento é representado apenas por um crescimento econômico e tecnológico oriundo da chamada Revolução Verde “Padrão Produtivista Agrícola”, que entrou em crise a partir dos anos 1980. É inegável o sucesso da modernização do campo, mas, por outro lado, esse crescimento gerou suas próprias crises: aumento da poluição, aumento da pobreza, aumento da produção de lixo, concentração de terras e renda, devastação das florestas e esgotamento dos recursos naturais. A Revolução Verde com uma visão econômica e tecnológica provocava impactos negativos sociais e ambientais e, consequentemente, Insegurança Alimentar.

Kageyama (2008, p. 60) afirma que: “[...] a atividade agrícola em novas bases ainda pode continuar a ser a raiz do desenvolvimento rural. Quais são essas novas bases?”. A resposta a essa questão pode ser encontrada em Veiga (2001 *apud* KAGEYAMA, 2008), que propõe uma alternativa estratégica para o desenvolvimento rural brasileiro, que sintetiza suas ideias em: diversificação das economias locais, diversidade multissetorial, agricultura em sistema de policultura, salubridade do meio ambiente e pluriatividade das famílias rurais para a absorção da mão de obra. Ao contrário do modelo produtivista, o novo modelo de desenvolvimento rural apresenta uma nova configuração socioeconômica, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar, a criação de políticas públicas direcionadas, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

3.1 BREVE HISTÓRICO E REPERCUSSÕES

O Programa Bolsa Família (PBF), que integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei nº 10.836/2004. O programa unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de renda então existentes¹².

A unificação dessas ações possibilitou a emergência de um programa com desenho relativamente simples. A ênfase nas condicionalidades como forma de garantir às famílias beneficiárias o acesso a serviços básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social deu corpo à percepção de que certos determinantes da pobreza precisariam ser atacados para que as futuras gerações pudessem efetivamente ter condições de superar a pobreza. Além disso, buscou-se articular outras ações, como de capacitação profissional de forma a dar opções para que as famílias beneficiárias pudessem melhorar sua inserção no mercado de trabalho (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Os programas de transferência condicionada de renda – que emergiram primeiramente em nível local, em seguida em nível nacional e que foram consolidados no Bolsa Família – voltaram-se especificamente para a população pobre, com um definitivo viés pró-criança. O nível dos benefícios pagos deixava clara a natureza complementar – e não substitutiva – da transferência de renda, o que, praticamente, supunha algum tipo de capacidade produtiva. Pode-se dizer, assim, que o PBF, talvez ainda mais que os benefícios semi e não contributivos que emergiram ainda durante os anos 1970 e que foram significativamente expandidos no início dos anos 1990¹³ – representou uma ruptura com a trajetória do sistema de proteção social brasileiro criado nos anos 1920, fundamentalmente voltado para a concessão de benefícios (preferencialmente pela via contributiva) para aqueles que perderam a capacidade produtiva (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p. 27).

De acordo com o estudo de Paiva, Falcão e Bartholo (2013), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o período de 2003 a 2004 marca o período inicial do programa, com incrementos de cobertura baseados na migração das famílias já

¹² O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação (Bolsa Escola) foi criado pela Medida Provisória (MP) nº 2.140-1, de 14 de março de 2001, originada da MP nº 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, e convertida na Lei nº 10.219, de 11 de abril do mesmo ano. O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde (Bolsa Alimentação) foi criado pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, originada da MP nº 2.206, de 10 de agosto de 2001. O Auxílio-Gás foi criado pela Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

¹³ A configuração mais atual dos benefícios pagos aos segurados especiais (Previdência Rural) veio com a Lei nº 8.213, de julho de 1991. Os benefícios não contributivos, por sua vez, foram expandidos com a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado pela Lei Orgânica da Assistência Social, de dezembro de 1993.

beneficiárias e nas primeiras concessões de benefícios para famílias que ainda não recebiam transferência de renda. O período seguinte, de 2005 a 2006, foi marcado pela institucionalização do papel dos entes federados na gestão do programa, com a assinatura de termos de adesão por todos os municípios brasileiros e a criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), instrumento que mensura a gestão do município e ao qual está associada a transferência mensal de recursos financeiros para apoio à gestão. Também foi marcado pelos aperfeiçoamentos ocorridos no CadÚnico e pela edição de um conjunto de normas sobre a concessão e pagamento de benefícios e ao acompanhamento de condicionalidades.

Ainda de acordo com o estudo, em meados de 2006, o programa atingiu sua meta inicial de atendimento, de cerca de 11 milhões de famílias beneficiárias. No biênio seguinte, foram adotadas mudanças no desenho do programa – como a adoção da regra de permanência e a criação do benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ), pago a famílias com membros com idade entre 16 e 17 anos. Data também deste período o início dos procedimentos periódicos de averiguação de inconsistências cadastrais com base em cruzamentos do CadÚnico com outros registros administrativos do governo federal.

De acordo com Soares (2009 *apud* PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013), entre 2009 e 2010, o programa adotou uma nova perspectiva para elaboração de suas estimativas de atendimento baseada na percepção de que a renda dos segmentos mais pobres da população era não apenas baixa, mas, também volátil. O argumento era o de que o número de pessoas ou famílias que, ao longo de um determinado período de tempo, experimentaria situação de pobreza ou extrema pobreza seria naturalmente maior que o número de pessoas ou famílias que eram encontradas nestas situações em um momento específico do tempo.

A partir desta perspectiva, as estimativas de atendimento do programa deveriam ser naturalmente ampliadas. Além disso, foi utilizada a metodologia dos mapas de pobreza do Banco Mundial, para tentar aprimorar as estimativas municipais, até então baseadas nos dados do censo 2000 (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

No biênio 2009-2010 também teve início o procedimento de revisão cadastral das famílias beneficiárias cujo cadastro estava sem atualização há mais de dois anos. Outros avanços institucionais foram alcançados, como a aprovação do Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios e Serviços no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social pela Comissão Intergestores Tripartite da Assistência Social, que definiu a prioridade do acompanhamento familiar para famílias do Bolsa Família em situação de descumprimento de condicionalidades pela rede de assistência social. Ao final de 2010, o Programa Bolsa Família já havia alcançado

praticamente 13 milhões de famílias com focalização nos mais pobres (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Percebeu-se que entre 2003 e 2010, o programa passou por um processo de consolidação, especialmente na transferência de renda e no acompanhamento de condicionalidades. Segundo (BRASIL, 2013a), diversos estudos realizados evidenciam a contribuição do programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza, tendo como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar, o que deixa o programa em situação confortável.

Pesquisas realizadas sobre o programa, como a do IBASE, que entrevistou cinco mil titulares do cartão Bolsa Família, em 229 municípios de todas as regiões do país, mostram efeitos positivos do programa sobre a alimentação e inclusão social. Uma das conclusões refere-se a gastos com a alimentação. A ampla maioria dos titulares, 94%, são mulheres, sendo que 64% dos titulares são pretos e pardos e 50% vivem no Nordeste. Mais de 55% das famílias beneficiadas estão sob a condição de insegurança alimentar grave e moderada, o que faz com que a maior parte da renda proveniente do programa seja destinada a gastos com a alimentação. As relações de trabalho investigadas revelam a ausência de oportunidades de trabalho para este grupo e que o recebimento do benefício não fez com que 99,5% das famílias deixassem de exercer alguma atividade (BRASIL, 2008).

Entre 2003 e 2010 houve também uma série de avanços do ponto de vista tecnológico. Neste período, as versões do aplicativo do CadÚnico eram *off line*, isto é, dependiam de aplicativos locais, instalados e atualizados nos computadores nos quais eram feitos o cadastramento e a transmissão de dados para a base nacional, o que gerava diferenças entre as bases locais e a base nacional do cadastro. Em 2010 surgiu uma versão *on line* do aplicativo que eliminou as divergências entre a base local e nacional anteriormente apresentada na versão *off line*.

Ressalta-se, que em abril de 2013 99,7% dos municípios brasileiros haviam migrado para a nova versão. Hoje o CadÚnico conta com o registro de 25 milhões de famílias, 23 milhões com renda declarada de até meio salário mínimo *per capita*. São beneficiárias do Bolsa Família 13,8 milhões de famílias. A evolução do CadÚnico e a introdução da versão *online* foram passos importantes para a consolidação das informações das famílias de baixa renda brasileiras, da execução do PBF, do uso por um maior número de programas e ações sociais e, desta maneira, da confiança necessária para que surgisse uma estratégia como o Plano Brasil Sem Miséria (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Em 2011 foram anunciados o aumento no número máximo de benefícios variáveis por famílias e a implementação dos benefícios para gestantes e nutrizes. Estes que, mesmo previstos na legislação original do programa, por limitações operacionais, não eram efetivamente pagos. Em 2012 o programa Bolsa Família passou a ser complementado com um novo benefício, o de Superação da Extrema Pobreza, destinado às famílias que continuavam com renda familiar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00, mesmo após o recebimento dos benefícios “tradicionais” do programa.

Em 2012 foram acompanhados pelas equipes de atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS) cerca de 8,6 milhões de famílias e 18,7 milhões de beneficiários, sendo 5,1 milhões de crianças, 13,8 milhões de mulheres e aproximadamente 165 mil gestantes.

É preciso investir em estudos e pesquisas que persistam em avaliar outros impactos do programa de transferência de renda nas condições de vida, saúde e nutrição das famílias beneficiárias. A opção de implementar o programa de forma descentralizada deve ser acompanhada de permanente articulação e envolvimento dos gestores estaduais e municipais em prol do aperfeiçoamento da gestão e dos instrumentos de monitoramento e coordenação do programa. Acredita-se ser esta a oportunidade de implementação real da intersetorialidade como medida central do enfrentamento da pobreza e miséria no Brasil, a partir da compreensão de que o acompanhamento em saúde do PBF garanta efetivamente o acesso das famílias com vistas à universalidade e equidade (MAGALHÃES JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2013, p. 105).

Desde a criação e implementação do PBF, muito se tem discutido sobre o potencial do programa na redução da pobreza e da desigualdade de renda e na garantia da inclusão das famílias às ações e serviços básicos de saúde, educação e assistência social. A partir daí, foram surgindo estudos e pesquisas de avaliação do impacto do programa em condições de vida e saúde das famílias beneficiárias. Observa-se que o programa de transferência de renda contribui para a redução da desnutrição, mortalidade infantil e baixo peso ao nascer e há avanços importantes no acompanhamento das condicionalidades, em especial no conjunto de condicionalidades de saúde (MAGALHÃES JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2013).

Em relação à educação, estudos realizados recentemente têm demonstrado que o acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família tem produzido melhorias significativas nos indicadores educacionais do público acompanhado comparativamente ao público geral. Destaca-se a pesquisa: O impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças, a partir da PNAD, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2011). Alguns indicativos apontados pelo INEP também traduzem resultados positivos: a) a condicionalidade da educação contribuiu para reduzir em 36% a porcentagem de crianças de 6

a 16 anos que não frequentavam a escola, passando de 8,4% para 5,4%; b) a redução de 40% da parcela de crianças de 6 a 10 anos de idade fora da escola, e redução de 30% para as faixas etárias de 11 a 16 anos; c) a constatação de que a condicionalidade em educação foi responsável pela queda de cerca de um terço da proporção de crianças entre 11 e 16 anos de idade com até um ano de escolaridade fora da escola e d) a redução de 40% da proporção de meninos de 6 a 16 anos de idade que não frequentavam a escola. No caso das meninas, a redução foi de 30% (CRAVEIRO; XIMENES, 2013).

O Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade, condicionalidade do Programa Bolsa Família, realizado pela área de educação, tem um grande potencial de contribuição para as agendas prioritárias das políticas educacionais brasileiras. (CRAVEIRO; XIMENES, 2013, p. 123).

Ainda segundo estes mesmos autores, continuar aprimorando a gestão de condicionalidades de educação é uma complexa operação intersetorial e intergovernamental de políticas públicas. Operação esta que é responsável pela mobilização regular das famílias e do poder público para o acompanhamento da frequência à escola, sendo este um dos fatores essenciais a se considerar para o alcance de resultados positivos quanto às taxas de abandono e de aprovação nos ensinos fundamental e médio dos estudantes de famílias em situação de pobreza, acompanhados pelas condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Campello e Neri (2013) destacam que o PBF vem apresentando resultados relevantes na redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional. O programa integrou-se ao esforço de construção de uma política de segurança alimentar e nutricional, tendo proporcionado melhora efetiva no acesso dos segmentos mais vulneráveis aos alimentos. O aumento nos gastos em alimentação das famílias beneficiárias foram tanto maiores quanto maior era sua situação de insegurança alimentar.

Destacam ainda que ao longo destes dez anos, o PBF criou uma nova estrutura, aperfeiçoou mecanismos, adicionou benefícios e ampliou o alcance e o impacto distributivo das transferências. O programa se consolidou e assumiu centralidade na política social brasileira. Internacionalmente é referência em tecnologia de transferência de renda condicionada e está entre as ações mais efetivas de combate à pobreza.

Questionamentos e críticas ao modelo do PBF sempre ocorrerão. De tempos em tempos, mesmo sistemas de proteção social muito consolidados passam por questionamentos e reformas. Haverá aqueles que defenderão sua transformação em um benefício de caráter universal e aqueles que argumentarão por um benefício de caráter mais restritivo. Mesmo para os mais críticos, seria difícil imaginar o Brasil sem um instrumento que vocalizasse e

explicitasse as necessidades da parcela mais vulnerável da população, como é hoje o CadÚnico. Ou em uma situação na qual os mais pobres não tivessem acesso a uma renda modesta – tanto do ponto de vista da família beneficiária quanto, especialmente, da renda nacional –, de natureza complementar à renda do trabalho. Ou, ainda, em situação na qual as crianças continuassem apresentando taxas de extrema pobreza duas vezes mais altas que a média nacional (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

A crescente literatura acadêmica sobre o programa revela impactos positivos, entre outros, na redução da pobreza e da desigualdade e na melhoria de indicadores educacionais e de saúde. Pela pesquisa realizada, observa-se que há muito a evoluir, principalmente no que diz respeito à gestão local na articulação com outras secretarias para o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades, na identificação das famílias que estão excluídas do programa e na oferta de capacitação profissional aos beneficiários que vivem no rural.

No rural, o PBF tem um desafio ainda maior que seria a geração de condições estruturantes que permitissem inclusão dessas famílias na sociedade, garantindo uma educação no campo, qualificação através de cursos que possibilitariam o acesso ao mercado de trabalho, melhorando as condições de vida e minimizando o êxodo rural.

3.2 O PROGRAMA: EIXOS, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, BENEFÍCIOS, CONDICIONALIDADES E FUNCIONALIDADES

O programa possui três eixos principais: a) transferência de renda: alívio imediato da pobreza; b) condicionalidades: reforçam o acesso a direitos sociais básicos na área da educação, saúde, e assistência social e c) programas complementares: objetivam o desenvolvimento das famílias de modo que os benefícios consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2013a).

A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), criada em janeiro de 2004, juntamente com o MDS, é a instância responsável pela implementação e gestão do PBF e pela inclusão/seleção das famílias que devem ser beneficiadas pelos programas sociais, através do CadÚnico. Junto aos estados, municípios e sociedade, busca promover o acesso dos beneficiários aos serviços de saúde e de educação, procurando ainda articular sua participação em programas complementares voltados à geração de trabalho e renda.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único e a partir daí, o poder público pode formular e implementar

políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. Atualmente, o CadÚnico conta com mais de 21 milhões de famílias inscritas.

O CadÚnico é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Suas informações são regulamentadas pelo Decreto nº 6.135/07; pelas Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011, e nº 274, de 10 de outubro de 2011; Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011; e as Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011. Essas informações podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.

O Programa Bolsa Família dispõe de benefícios financeiros definidos pela Lei nº 10.836/04, que são transferidos mensalmente às famílias beneficiárias. As informações cadastrais das famílias são mantidas no CadÚnico e para receber o benefício são considerados a renda mensal *per capita* da família, o número de crianças e adolescentes até 17 anos e a existência de gestantes e nutrízes (BRASIL, 2013b).

Segundo (BRASIL, 2013b), existem vários tipos de benefícios:

- Benefício Básico – no valor de R\$ 70,00, concedidos apenas a famílias extremamente pobres, com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00;
- Benefício Variável – no valor de R\$ 32,00, concedidos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrízes, limitado a cinco benefícios por família;
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) – no valor de R\$ 38,00, concedidos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos, limitado a dois jovens por família;
- Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) – com valor calculado caso a caso, e concedido para famílias migradas de Programas Remanescentes ao PBF;
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) – com valor correspondente ao necessário para que a todas as famílias beneficiárias do

PBF, com crianças entre zero e seis anos, superem os R\$ 70,00 de renda mensal por pessoa.

Para ingressar no programa as famílias devem possuir renda familiar mensal de até R\$ 140,00 por pessoa e estar cadastradas no CadÚnico. A renda da família é calculada a partir da soma do rendimento de todas as pessoas da casa auferidos no mês. Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda da família por pessoa (BRASIL, 2013a).

As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 por pessoa só ingressam no programa se possuírem crianças ou adolescentes de até 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa podem participar do PBF, qualquer que seja a idade dos membros da família. Se a família se encaixa em uma das faixas de renda definidas pelo PBF, deve procurar o setor responsável pelo programa no município ou o gestor local, com posse de documentos pessoais para se cadastrar.

O PBF seleciona as famílias com base nas informações inseridas no CadÚnico. Com base nessas informações, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no programa. O critério principal é a renda familiar por pessoa. O cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício, pois leva certo tempo para os manuais chegarem até o MDS para análise e seleção. As famílias beneficiárias do PBF assumem alguns compromissos, que denominam-se condicionalidades, assim como o poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2013c).

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê (BRASIL, 2013d).

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre seis e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75% (BRASIL, 2013d).

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal (BRASIL, 2013d).

O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do PBF, procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas. As famílias que não cumprem e esgotam as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, podem ter o benefício do PBF bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado (BRASIL, 2013d).

Quanto à gestão das condicionalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome faz o acompanhamento das condicionalidades do PBF de forma articulada com os Ministérios da Educação e da Saúde. Nos municípios, o acompanhamento deve ser feito intersetorialmente entre as áreas de saúde, educação e assistência social. Os objetivos do acompanhamento das condicionalidades são:

- Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa;
- Responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis;
- Identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias.

O acompanhamento das condicionalidades acontece de acordo com calendários previamente acordados pelas áreas envolvidas. Os calendários definem os períodos em que os municípios devem realizar o acompanhamento das famílias e os registros das informações relativas a cada condicionalidade. Todas as informações devem constar em seus respectivos sistemas informatizados.

A gestão descentralizada é uma forma de gestão que permite que União, estados, Distrito Federal e municípios compartilhem entre si os processos de tomadas de decisão do PBF, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social. Essa forma de cooperação está prevista na constituição federal (BRASIL, 2013e).

Os entes federados, em conjugação de esforços, pactuam o desafio de conduzir a implementação dessa política de transferência direta de renda com condicionalidades, sendo parceiros efetivos, corresponsáveis pela implementação e controle do PBF e do cadastro único. O desafio é articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e inclusão social das famílias beneficiárias. Para isso, deve ser estabelecido um modelo de gestão compartilhada, com competências específicas para cada um dos entes federados (BRASIL, 2013e).

O MDS tem um instrumento que mede a qualidade de gestão do PBF em níveis estadual e municipal, Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Esse índice leva em conta a eficiência na gestão do Programa, e as informações são utilizadas pelo MDS para o repasse de recursos para aperfeiçoar as ações de gestão dos estados e dos municípios.

O controle social é a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública no acompanhamento das políticas, um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania. É Realizado por meio das Instâncias de Controle Social (ICS), instituídas formalmente pelo município no ato de adesão ao Programa, garantindo aos cidadãos espaço para o seu acompanhamento e buscando assegurar os interesses da sociedade. É uma parceria entre Estado e sociedade que possibilita compartilhar responsabilidades e proporciona transparência às ações do poder público, buscando garantir o acesso das famílias mais pobres à política de transferência de renda (BRASIL, 2013f).

As ICS do PBF devem atuar no acompanhamento de todos os componentes do Programa e do CadÚnico, a gestão de benefícios, as condicionalidades, a fiscalização e as oportunidades de desenvolvimento das capacidades das famílias envolvidas ou articuladas pelo município e os Programas Complementares (BRASIL, 2013f).

O MDS desenvolve documentos com informações sobre a estruturação, o funcionamento e a atuação das ICS, buscando subsidiar de ferramentas a gestão municipal (BRASIL, 2013f). Além disso, o MDS desenvolve ações de fiscalização que visam garantir eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão do PBF. Dessa forma, é assegurado que os benefícios cheguem às famílias que atendem aos critérios de elegibilidade do Programa, em conformidade com as normas vigentes. A fiscalização é realizada *in loco* e a

distância com base no cruzamento de dados do Cadastro Único. Enquanto isso, outras ações são desenvolvidas pelas Instâncias de Controle Social do PBF, que devem acompanhar as atividades desenvolvidas pelo gestor municipal (BRASIL, 2013g).

As auditorias e ações de fiscalização são realizadas também pelas instituições de controle interno e externo do Poder Executivo, que compõem a Rede Pública de Fiscalização (RPF). O trabalho conjunto dessas instituições, integrado ao do MDS, tem como objetivo fortalecer o monitoramento e o controle das ações voltadas à execução do PBF. Todo esse processo é realizado sem que cause qualquer interferência na autonomia e competência de cada uma das instituições (BRASIL, 2013g).

Em parceria com os estados e o Distrito Federal, a SENARC do MDS promove ações de capacitação e disseminação de informações para os profissionais que atuam na gestão e na implementação do PBF e do Cadastro Único.

Os principais objetivos da SENARC são: capacitar estados, municípios, Instâncias de Controle Social e parceiros, priorizando informações sobre instrumentos normativos, sistemas e procedimentos operacionais; apoiar ações de capacitação específicas dos estados, direcionadas a questões institucionais e operacionais do Bolsa Família e do Cadastro Único e planejar e executar capacitações continuadas (BRASIL, 2013h).

A estratégia de capacitação desenvolvida leva em consideração a complexidade do PBF e do CadÚnico e as necessidades de ambientar e preparar os atores envolvidos nos seus processos de gestão e operacionalização. As atividades são realizadas presencialmente e/ou a distância, e os materiais de apoio são disponibilizados pela SENARC. O atendimento da SENARC às demandas de apoio às capacitações dos municípios é feito por meio das Coordenações Estaduais do PBF. Os municípios devem encaminhar as solicitações de informações e formação a essas instâncias, que fazem análise e atendimento e enviam a esta Secretaria uma solicitação de apoio técnico às capacitações descentralizadas (BRASIL, 2013h).

Para aprimorar a qualidade das informações fornecidas pelas famílias registradas pelos municípios, o MDS avalia mensalmente os níveis de qualidade dos cadastros da base nacional, incluindo seu grau de atualização. Por meio das informações contidas no Cadastro Único para Programas Sociais são planejadas e desenvolvidas ações e políticas públicas direcionadas à população mais vulnerável. Para tanto, é fundamental que os dados cadastrais reflitam a realidade em que vivem as famílias brasileiras de baixa renda.

Os cadastros devem ser atualizados pelos municípios, no máximo, a cada dois anos contados de sua data de inclusão ou última atualização. Além disso, o MDS realiza o

cruzamento dos dados do CadÚnico com outros registros administrativos que possuem informações das pessoas. Dessa maneira, é possível identificar indícios de inconsistências nas informações constantes no cadastro das famílias, principalmente no que se refere à renda declarada, vínculo de trabalho e composição familiar.

De acordo com (BRASIL, 2013a) o cruzamento dos dados é realizado periodicamente com:

- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que contém informações sobre pessoas no mercado de trabalho formal, cujo vínculo ocorre por meio da assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou do estabelecimento de contrato de trabalho. Através do cruzamento da RAIS com o Cadastro Único, é possível identificar omissão ou subdeclaração de renda da família;
- Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) – gerido pelo Ministério da Previdência Social (MPS), possui informações a respeito das pessoas que recebem benefícios previdenciários ou contribuem com a Previdência Social. Possibilita a identificação de indícios de omissão ou subdeclaração de renda;
- Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI) – trata-se de um registro administrativo pertencente ao CNIS que possui os dados dos óbitos ocorridos no Brasil. O cruzamento dessas informações com o Cadastro Único possibilita identificar se os dados da família estão atualizados, tendo sido excluída de sua composição a pessoa falecida;
- Base do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – registro com os políticos eleitos ou suplentes de todas as eleições municipais, estaduais ou federais. Possibilita verificar se pessoas que ocupam algum cargo eletivo estão cadastradas ou recebendo algum benefício do Bolsa Família.

Além disso, é realizada anualmente pelo MDS a revisão cadastral. Neste processo, é exigido que as famílias beneficiárias do PBF tenham as informações de seu cadastro atualizadas ou revalidadas pelo menos a cada dois anos para que continuem recebendo seus benefícios.

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família se enquadram em situações de pobreza e extrema pobreza. A pobreza tem diversas dimensões e exige articulação das Políticas Públicas com olhar específico para aqueles que sempre foram excluídos do acesso a

direitos sociais básicos, de forma a garantir equidade de oportunidades no exercício da cidadania a todos.

Assim, em consonância com os eixos do Programa Bolsa Família relacionados à ruptura intergeracional da pobreza e desenvolvimento das famílias, são desenvolvidas parcerias intersetoriais consideradas estratégicas. As parcerias visam qualificar o acesso das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a direitos sociais básicos, por meio de políticas e programas relacionados às áreas de saúde, segurança alimentar e nutricional, educação e assistência social, em complementação às condicionalidades (BRASIL, 2013a).

3.3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RIO VERDE (GO)

O Programa Bolsa Família foi implantado em 2004 na cidade de Rio Verde sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, e estão relacionados também com a Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e com o Conselho Municipal de Assistência Social.

Segundo o MDS (BRASIL, 2014c), e de acordo com o censo IBGE de 2010, o município de Rio Verde (GO) tinha, naquele ano, as seguintes estimativas:

QUADRO 6 – Estimativa de famílias de baixa renda e pobres

Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único	13.909
Estimativa de famílias pobres – Perfil Bolsa Família	8.028

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2014c).

Ao fazer o levantamento de dados no Cadastro Único da Secretaria de Assistência Social de Rio Verde, pode-se constatar que o número de famílias inscritas é bastante superior ao da estimativa do IBGE 2010. Em setembro de 2012 existiam 17.238 famílias cadastradas em diversos programas sociais existentes, no entanto, em dezembro 2013 o total de famílias inscritas no Cadastro Único elevou-se para 24.636 famílias.

Pela estimativa do IBGE 2010, 8.028 famílias teriam perfil Bolsa Família. No entanto em dezembro de 2013 existiam 6.972 famílias beneficiárias – 11,85% da população do município, o que representa uma cobertura de 86,85% da estimativa de famílias pobres do município.

Em Rio Verde, as famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 122,48 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 854.834,00 em janeiro de 2014.

Em relação às condicionalidades, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional e as gestantes devem fazer o pré-natal. Segundo o relatório de informações sociais, divulgado pelo MDS (BRASIL, 2014c), o município encontrava-se assim:

- Educação: no município, 74,01 % das crianças e jovens de seis a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 85,84%. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de educação se articulem para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada. Ressalta-se que, no bimestre de novembro de 2012 este índice ficava em torno de 79,95%;
- Saúde: o acompanhamento da saúde das famílias chega a 84,7%. Na vigência de dezembro de 2012, atingiu 73,44 %. A média nacional é de 73,12%;
- Benefícios Variáveis Gestantes e Nutrizes: além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em março de 2013, 45 famílias recebiam o Benefício Variável à Gestante (BVG) e 95 famílias recebiam o Benefício Variável Nutriz (BVN) no município. Já em janeiro de 2014, 65 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 108 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

Observa-se que há uma disparidade entre o número de famílias de baixa renda estimadas pelo IBGE em 2010 e as cadastradas no CadÚnico do município. O acompanhamento destas famílias pelos assistentes sociais é fundamental para um diagnóstico preciso e da real necessidade de cobertura pelo PBF. Importante ressaltar que o número de famílias cadastradas no último trimestre de 2013 teve um aumento de 69,97%.

Os dados divulgados pela Secretaria de Assistência Social e MDS são apresentados de forma geral e não demonstram dados específicos do rural no município. A divulgação dos resultados do rural e urbano destes órgãos daria maior subsídio ao pesquisador, permitiria um comparativo com os resultados encontrados na pesquisa e traria uma maior transparência e eficácia ao PBF.

3.3.1 Gestão local do programa

A avaliação da gestão local baseou-se em entrevistas realizadas com os gestores locais da assistência social, saúde, educação e em entrevistas com os beneficiários. Foram também realizadas visitas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social para observação da estrutura física e atendimento.

Segundo a gestora da área de assistência social do PBF, a Secretaria Municipal de Assistência Social dispõe de uma estrutura física adequada para atender a demanda. Recentemente houve uma reforma no local e todo mobiliário e equipamentos foram substituídos por novos. Com a reforma, foi implantado o sistema de senha eletrônica, o que tem facilitado o atendimento das famílias. O quadro de servidores é composto por uma gestora, um assistente social e 15 atendentes. Segue um trecho da entrevista: “[..] todos os recursos necessários para implementação e atendimento do programa estão a nossa disposição. Temos profissionais suficientes, carro para visitas domiciliares e a instituições, computadores com internet de boa velocidade (utilizada somente no setor do Bolsa Família), estrutura física adequada, material de consumo e equipamentos eletrônicos suficientes”.

Verifica-se que o número de assistentes sociais é insuficiente para o acompanhamento devido ao número de famílias cadastradas e beneficiárias do programa. Nas entrevistas realizadas com as famílias rurais, detectou-se que as mesmas nunca foram visitadas pela equipe da gestão local da assistência social; o contato dá-se apenas quando do recadastramento. Diante da controvérsia entre o relatado pelos sujeitos da pesquisa e gestão da assistência social, levantou-se um questionamento à gestora local sobre o motivo da ausência de visitas às famílias rurais. Foi informado que não havia carro nem assistentes sociais suficientes para este fim. As visitas somente acontecem caso haja denúncia de irregularidades. A secretaria solicitou um cofinanciamento junto ao MDS para ser aplicado com este fim, mas o mesmo foi negado devido ao índice de pobreza do município ser considerado baixo.

Na visita aos locais do estudo, percebeu-se muitas famílias em situação de vulnerabilidade social que poderiam estar participando do PBF ou até mesmo estarem cadastradas para possível enquadramento em programas sociais destinados a famílias de baixa renda. Questionou-se uma das famílias encontradas nesta situação, o porquê não estavam cadastradas em programas sociais. A responsável pela unidade familiar disse que desconhecia

os critérios e que nunca foram visitados pela assistência social, apenas recebiam acompanhamento dos agentes de saúde.

Segundo a assistente social da Secretaria de Assistência Social, as metas de credenciamento ainda não foram cumpridas, e a principal tarefa é identificar as famílias em situação de vulnerabilidade que ainda não foram cadastradas. Faz menção ainda ao fato de que a população rural não foi cadastrada. Depois que essas metas forem alcançadas, o próximo passo será o acompanhamento dessas famílias, ajudando-as a manter os benefícios, cumprindo as condicionalidades, e oferecer meios de emancipação, visando ao desenvolvimento pessoal, social e econômico que leve à quebra do ciclo de pobreza ao qual estão expostas.

Na área da saúde, a entrevista foi realizada com uma nutricionista, que também coordena o PBF. Percebe-se que a situação se inverte, uma vez que a entrevistada relata que uma das maiores dificuldades no acompanhamento das condicionalidades seria a falta de espaço físico, estrutura, recursos humanos. Outra dificuldade é a busca ativa das famílias, o que deveria ser feito por agentes comunitários, mas infelizmente o número de agentes é insuficiente e hoje contam apenas com 17% de cobertura de Estratégia Saúde da Família (ESF) no município.

Em duas das regiões visitadas, não havia cobertura por agentes de saúde. Na entrevista com as famílias rurais, percebeu-se que apenas a Secretaria de Saúde, através dos agentes de saúde, faz um acompanhamento contínuo das famílias. Nas regiões em que há cobertura, o agente de saúde é como se fosse o canal de comunicação entre as famílias e o programa. Os agentes residem no local ou em regiões próximas. Outro problema encontrado em um dos locais visitados foi que o agente não dispunha de balança para pesagem. Neste caso, as famílias pesam em balanças próprias, até mesmo de pesar animais, e enviam o peso aos agentes que encaminham para a Secretaria de Saúde. As condições de trabalho dos agentes não são favoráveis. Existe falta de equipamentos, e transporte para realização das visitas. Em alguns assentamentos, a distância entre um domicílio e outro é grande e muitos dos agentes realizam as visitas a pé, a cavalo e alguns utilizam veículo próprio. Não recebem ajuda de custo para este fim. Apesar de todas as dificuldades encontradas, as famílias têm os agentes como facilitadores e tecem elogios a todos pelo trabalho desempenhado por eles.

Na área da educação o acompanhamento restringe-se apenas ao monitoramento da frequência escolar que é realizada bimestralmente. Os dados são levantados pelas unidades escolares que enviam ao gestor para conferência e envio ao MDS via *on-line*. O gestor da educação não informou como é feito o acompanhamento das famílias que estão em

descumprimento com a condicionalidade frequência escolar. Segundo ele, as principais dificuldades dos beneficiários são: evasão escolar, mudança de endereço (escola/cidade/estado) e falta de compromisso dos responsáveis pelas crianças. Relatou ainda que o programa Bolsa Família não consegue atingir grandes impactos no que se refere à profissionalização das famílias, a fim de que possam sair do programa e deixar o estado de pobreza extrema.

Quando perguntados sobre: como está a situação de segurança alimentar no seu município? O que já está sendo feito e o que deveria ser feito para garantir a segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família no seu município? Que políticas você identifica nesta área na secretaria da qual você faz parte? Os gestores deram a seguinte resposta: “não sei responder”.

Por diversas vezes, a Secretaria Municipal de Agricultura foi procurada para se obter informações sobre o Conselho de Segurança Alimentar do Município. A informação fornecida foi que o conselho estava sendo criado e estavam na fase de elaboração de regimento. Não foi possível entrevistar o presidente do conselho, que foi procurado por diversas vezes; a resposta era que estava sendo substituído. O secretário da Agricultura acumula também o cargo de presidente do conselho e já havia sido trocado durante o período da pesquisa por três vezes, e este foi um dos motivos relatados por um dos membros do conselho ao justificar o não funcionamento ainda do mesmo.

Em relação à Instância de Controle Social, é representada pelo Conselho de Assistência Social, não sendo exclusiva para o PBF. Segundo a assistente social, existem dificuldades em se tratar de assuntos específicos do PBF, já que o conselho precisa discutir problemas diversos relacionados à assistência social e o tempo dispendido ao programa é inferior ao necessário.

Detectou-se pouca articulação e comunicação entre as Secretarias que compõem o programa no município, embora todos os gestores afirmem que exista e seja “boa”. A gestora da área da assistência social afirma que os gestores têm um diálogo aberto e trocam informações o tempo todo. Trabalha-se na elaboração de um planejamento conjunto das ações para o ano de 2014. Não foi possível durante a pesquisa identificar nenhuma ação sendo realizada em conjunto pelas Secretarias envolvidas no rural.

No decorrer da pesquisa, estava sendo implantado Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nos distritos com o apoio das subprefeituras. Acredita-se que essa iniciativa vai melhorar o atendimento e acompanhamento das famílias que residem nestes locais e para

aquelas que residem em assentamentos próximos. Com a implantação do CRAS, poderão ocorrer também melhorias na oferta de cursos para capacitação profissional.

A gestão municipal por meio dos CRAS trabalha a questão do empoderamento das famílias por meio de palestras, conversas, oferta de cursos de geração de renda, entre outros. Segundo a assistente social do programa, é preciso desmistificar a ideia de que o benefício é vitalício e desenvolver a percepção de que ele é um apoio pontual para que as famílias saiam de uma situação de risco. Afirma ainda que é um trabalho lento, mas que vem sendo realizado e tem que ser contínuo.

O QUADRO 7, representa um resumo das principais efetividades e entraves identificados na análise qualitativa da gestão local.

QUADRO 7 - Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves da gestão do PBF em Rio Verde (GO)

Principais efetividades e entraves identificados	
Efetividades	• Esforço e comprometimento quanto às metas de cadastramento e recadastramento; • Satisfação dos beneficiários em relação ao atendimento no Cadastro Único; • Implantação do CRAS nos distritos; • Satisfação dos beneficiários quanto ao acompanhamento e atendimento pelos agentes de saúde; • Planejamento de ações que serão desenvolvidas em conjunto pelas secretarias envolvidas.
Entraves institucionais e organizacionais	• Falta de investimento em infraestrutura e em funcionários diante da grande demanda; • Espaço físico e quantidade de equipamentos inadequados para a Secretaria da Saúde; • Falta de comunicação entre gestão local e os beneficiários, em relação ao conhecimento do programa (100% das famílias desconhecem o Eixo de Programas Complementares); • Ausência de cursos de capacitação para os beneficiários; • Falta de atuação da instância de controle social, bem como a criação de conselho específico e a inclusão de beneficiários no Conselho; • Ausência do Conselho de Segurança Alimentar; • Baixa intersetorialidade entre as entidades responsáveis pelas condicionalidades e pelo controle social. • Ausência de monitoramento, avaliação para aprimoramento do programa.

Fonte: Elaboração própria.

O capítulo a seguir demonstrará características socioeconômicas, sociodemográficas, o nível de (in) segurança alimentar segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, cruzamento de variáveis e nível de (In) Segurança Alimentar, especificamente das famílias rurais beneficiárias do programa. Os dados levantados e tabulados seguidos da discussão e análise trarão subsídios para atender aos objetivos propostos no estudo.

4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E SOCIODEMOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS RURAIS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RIO VERDE (GO)

Este capítulo tem como objetivo apresentar a caracterização socioeconômica, sociodemográfica e o nível de (in) segurança alimentar das famílias entrevistadas. Será apresentado o cruzamento do nível de (in) segurança alimentar das famílias com variáveis socioeconômicas conforme QUADRO 3, apresentado na página 24.

Os dados são oriundos das entrevistas realizadas com 94 famílias rurais beneficiárias do PBF no município de Rio Verde no período de junho a outubro de 2013. Foram aplicados 54 questionários nos distritos do município de Rio Verde, 34 em assentamentos rurais e 06 em pequenas propriedades. Optou-se por apresentar os dados dos distritos separadamente dos assentamentos rurais e pequenas propriedades por terem modo de vida diferenciado. Apenas foram agrupados os dados dos assentamentos e pequenas propriedades pelas peculiaridades das famílias.

4.1 CARACTERIZAÇÕES DAS FAMÍLIAS

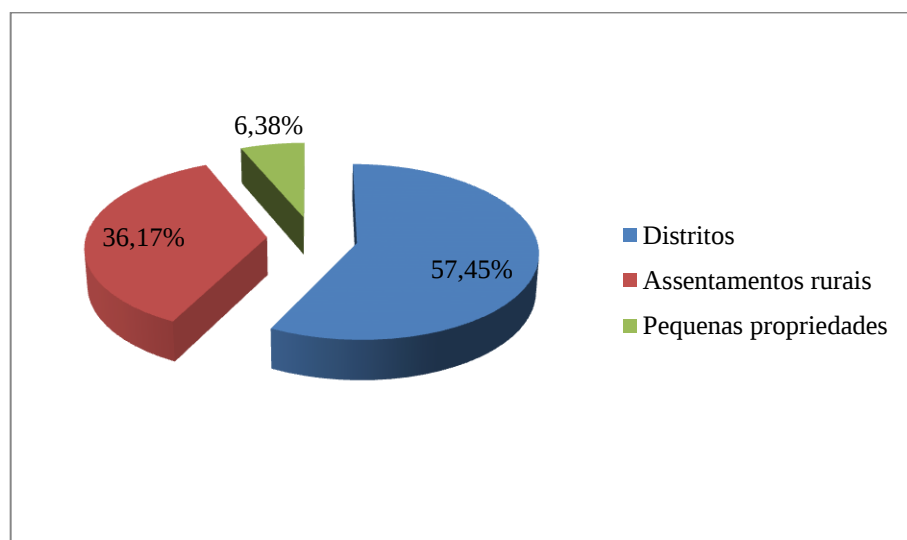
4.1.1 Caracterização domiciliar

A maioria das famílias entrevistadas reside nos distritos, como pode ser visto pelo GRÁFICO 2. Segundo dados obtidos na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, existem 380 famílias residentes nos assentamentos rurais. De acordo com dados do censo demográfico de 2010, a população era de 3.688 pessoas nos distritos.

Das 375 famílias beneficiárias do PBF residentes no rural, 44 estão localizadas em assentamentos rurais, 222 nos distritos e 109 estão em pequenas propriedades e acampamentos. Das famílias beneficiárias residentes em assentamentos, foram entrevistadas 34 famílias, o que representa 36,17% do total das famílias entrevistadas. Nos distritos, foram entrevistadas 54 famílias, representando 57,45% do total das famílias entrevistadas.

Já nas pequenas propriedades rurais foram entrevistadas apenas seis famílias, o que representa 6,38% do total das famílias entrevistadas. Em acampamentos não foi possível localizar nenhuma família, pois em todas as visitas feitas não havia ninguém.

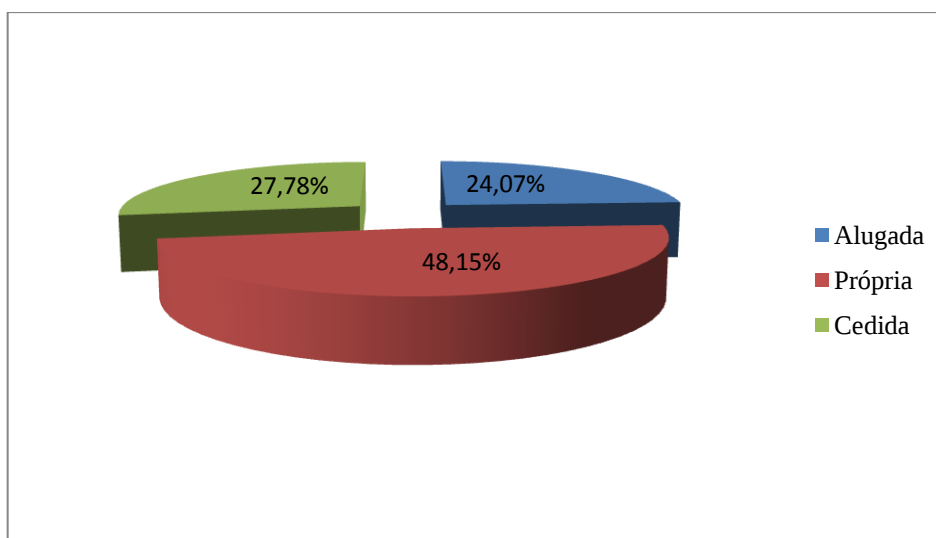
GRÁFICO 2 - Distribuição das famílias de acordo com a área de localização dos domicílios



Fonte: Elaboração própria.

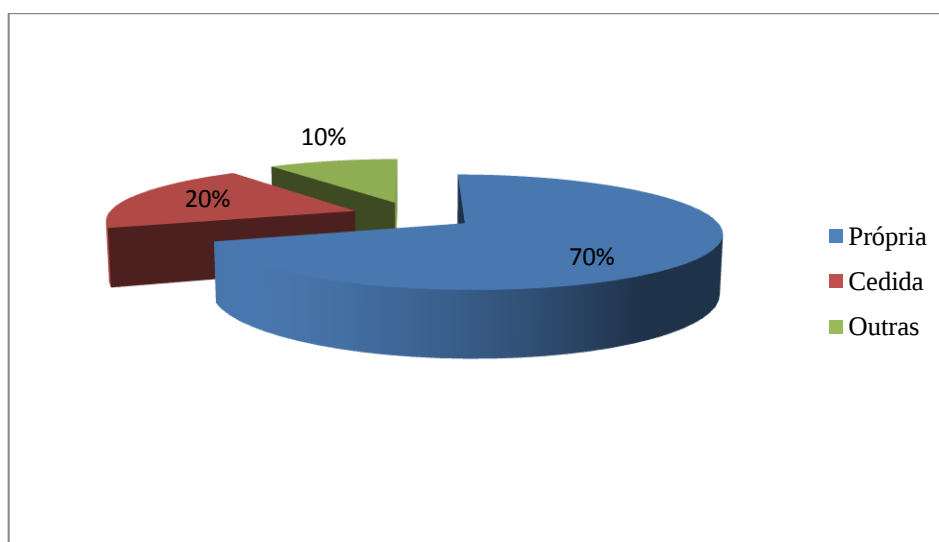
Os GRÁFICOS 3 e 4 indicam a situação domiciliar das famílias. Enquanto 48,15% das famílias residentes nos distritos possuem imóvel próprio, nos assentamentos rurais e pequenas propriedades este número é bem maior (70%). Nos distritos, aparece a situação domiciliar alugado que representa 24,07% das famílias vivem em imóvel alugado e 27,78% em imóvel cedido.

GRÁFICO 3 - Situação domiciliar das famílias beneficiárias residentes nos distritos



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 4 - Situação domiciliar das famílias beneficiárias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades

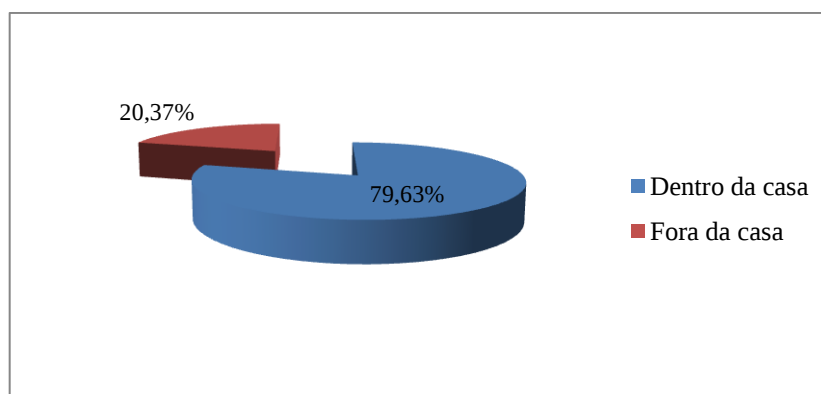


Fonte: Elaboração própria.

Nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, não aparece a situação “alugado”, até porque não é permitido por lei que os lotes sejam alugados ou arrendados. A pesquisa apontou que existem 20% das famílias em imóvel cedido e 10% em outras. Os 20% representam famílias que construíram suas casas dentro dos lotes dos parentes e os 10% representam as que estão residindo temporariamente com parentes.

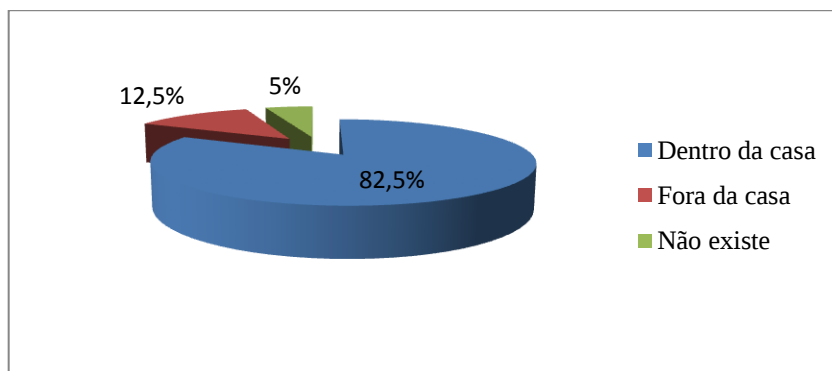
Os GRÁFICOS 5 e 6 indicam que nos distritos 79,63% possuem banheiro dentro da casa e 20,37% fora. Nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, a situação se difere um pouco: 82,5% contam com banheiro dentro das casas, 12,5% fora e 5% dos imóveis não possuem banheiro. Estes 5% representam as famílias que construíram suas casas dentro dos lotes de parentes. Nestes casos, são obrigadas a utilizarem o banheiro das casas próximas.

GRÁFICO 5 - Existência de banheiro no domicílio das famílias residentes nos distritos



Fonte: Elaboração própria.

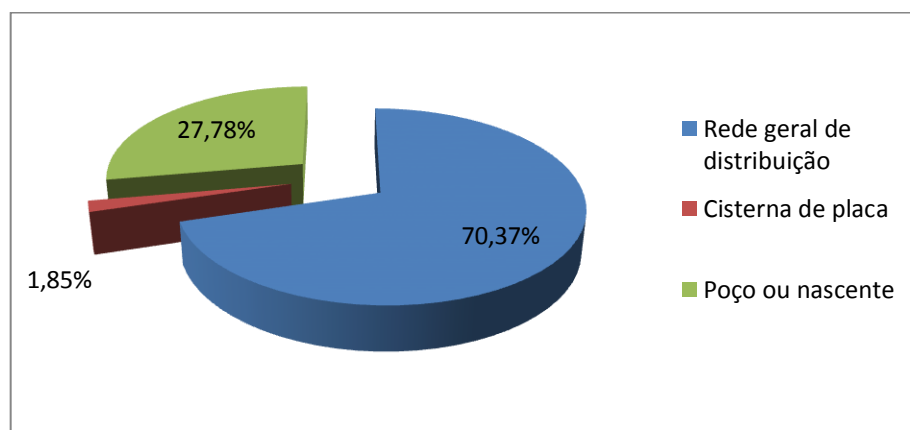
GRÁFICO 6 - Existência de banheiro no domicílio das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



Fonte: Elaboração própria.

Em relação a proveniência da água utilizada nos domicílios, apenas 1,85% das famílias residentes nos distritos recebem água oriunda de cisterna de placa. 27,78% tem acesso a água proveniente de poço ou nascente e 70,37% é da rede geral de distribuição, conforme pode ser visto no GRÁFICO 7.

GRÁFICO 7 - Proveniência da água utilizada no domicílio das famílias residentes nos distritos

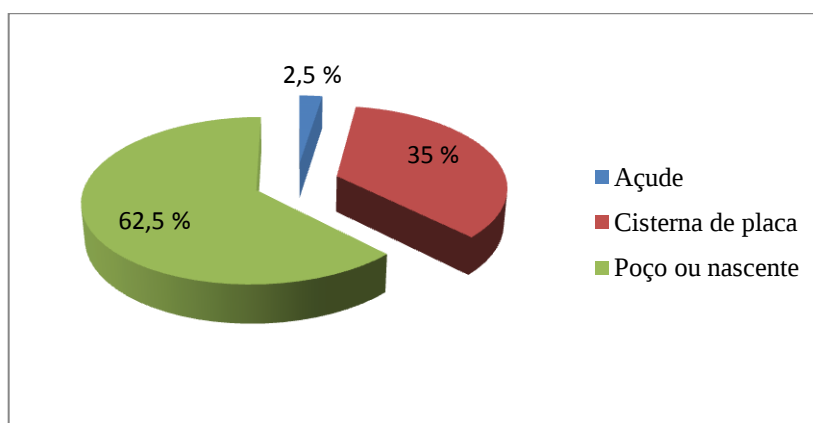


Fonte: Elaboração própria.

Importante destacar que os distritos de Ouroana e Riverlândia recebem 100% e 90%, respectivamente, de água proveniente da rede geral de distribuição. Já no distrito de Lagoa do Bauzinho, para 100% das famílias a origem da água é de poços ou nascentes.

Nos assentamentos rurais e em pequenas propriedades, a situação se inverte, pois as famílias não recebem água tratada, sendo que 62,5% a proveniência é de poço ou nascente, 35% de cisterna de placa e 2,5% de açude, conforme se pode ver no GRÁFICO 8.

GRÁFICO 8 - Proveniência da água utilizada no domicílio das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa apontou que as famílias entrevistadas não recebem água tratada e não existe tratamento do esgoto. Nos distritos 98,15%, utilizam fossa e 1,85% soltam a água consumida nos quintais. Nos assentamentos e pequenas propriedades, 85% utilizam fossa e 15%, o quintal. Em relação ao destino do lixo, nos distritos 100% é coletado pela prefeitura. Nos assentamentos e pequenas propriedades todo o lixo é queimado.

Nos distritos, 90,74% da construção domiciliar é de alvenaria, 1,8% é de madeira e 7,41% de placa de muro. Nos assentamentos, a construção é 87,5% de alvenaria, 2,5% de taipa não revestida e 10% de placa de muro.

Todas as famílias residentes nos distritos têm fornecimento de energia e possuem relógio próprio. Nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, 82,5% possuem relógio próprio e 17,5% compartilham o relógio. No distrito de Ouroana, os entrevistados reclamaram que é constante a falta de energia e ocasiona prejuízos ao comércio, aos produtores de leite e à comunidade em geral. O subprefeito do distrito informou que investimento para criação de uma nova subestação estava em estudo com as Centrais Elétricas de Goiás (CELG).

4.1.2 Caracterização dos titulares e membros das famílias

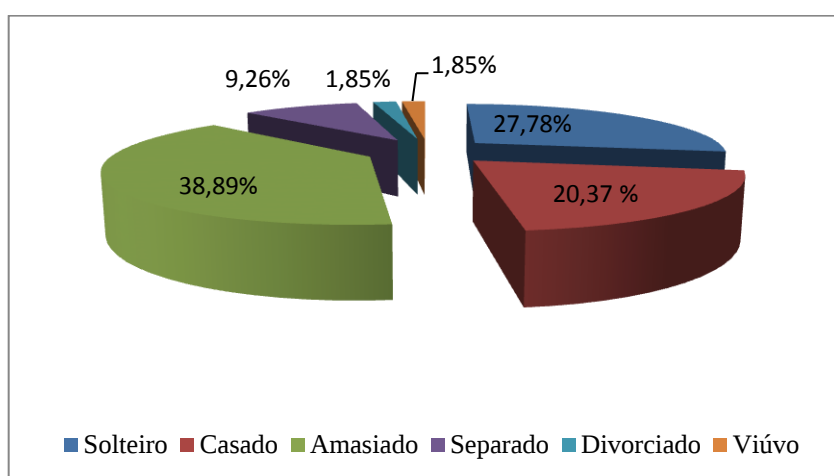
4.1.2.1 Perfil dos titulares e membros das famílias

Como ocorre em nível nacional, a maior porcentagem dos titulares do PBF é de mulheres. Existe uma tendência do próprio MDS de conceder preferencialmente às mulheres,

o que pode ser constatado pela pesquisa apontando que os titulares são em ampla maioria mulheres (98,94%).

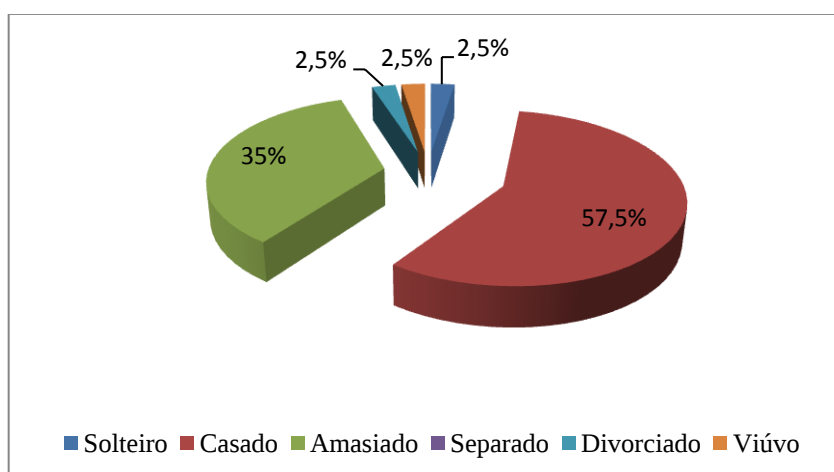
Na maioria das famílias residentes nos distritos (38,89%), a situação conjugal é de amasiados e nos assentamentos e pequenas propriedades há 57,5% de casados, conforme se vê nos GRÁFICOS 9 e 10. Pode-se observar que no caso dos distritos a renda dos companheiros é formal, mensal e acima do valor permitido pelo PBF, o que induz os beneficiários a não legalizar a união. Já no caso dos assentamentos rurais, a renda é difícil de ser mensurada e confrontada pelo CadÚnico. Outro fator também observado é que as famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades têm alguma religião bem definida, o que influencia diretamente na legalização das uniões.

GRÁFICO 9 - Situação conjugal dos titulares residentes nos distritos



Fonte: Elaboração própria.

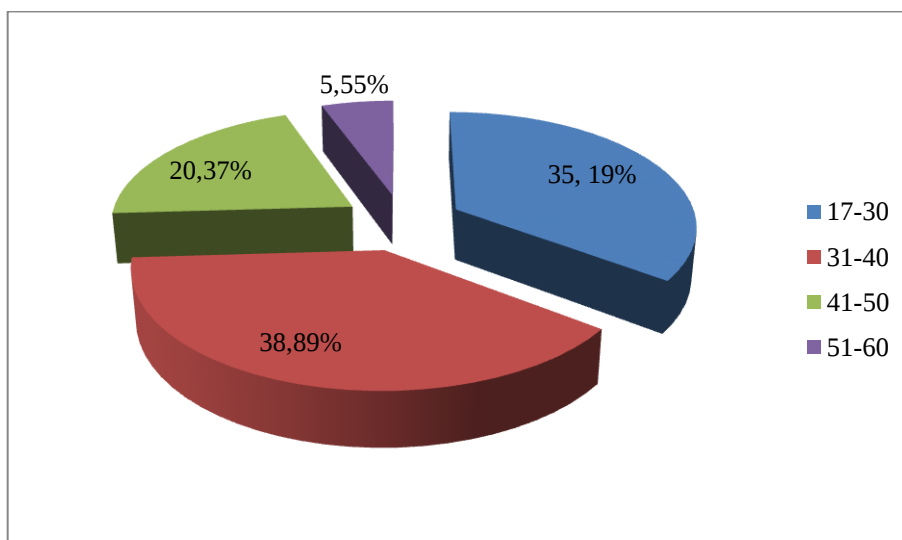
GRÁFICO 10 - Situação conjugal dos titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



Fonte: Elaboração própria.

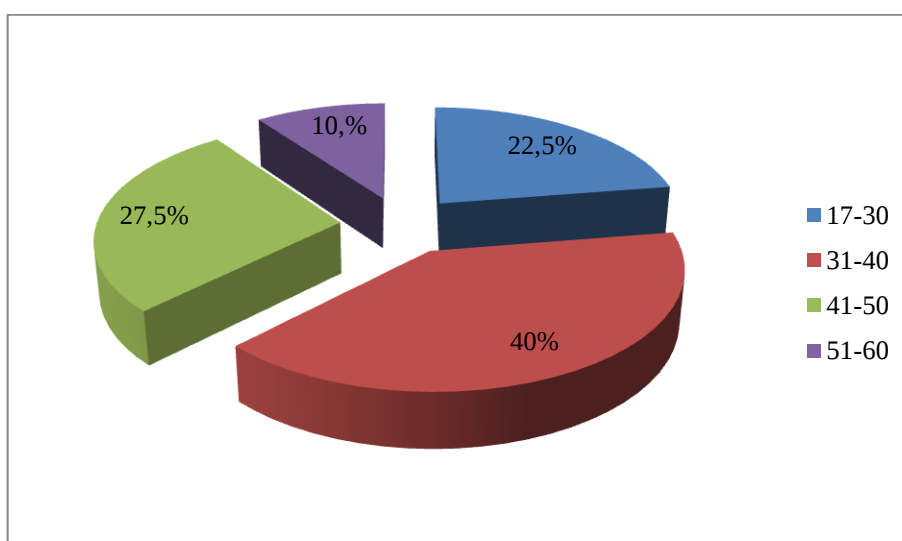
A maioria dos beneficiários entrevistados está situada na mesma faixa etária, entre 31 a 40 anos, sendo que nos distritos representam 38,89% e nos assentamentos rurais e pequenas propriedades representam 40%, como pode ser visto nos GRÁFICOS 11 e 12.

GRÁFICO 11 - Faixa etária dos titulares residentes nos distritos



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 12 - Faixa etária dos titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades

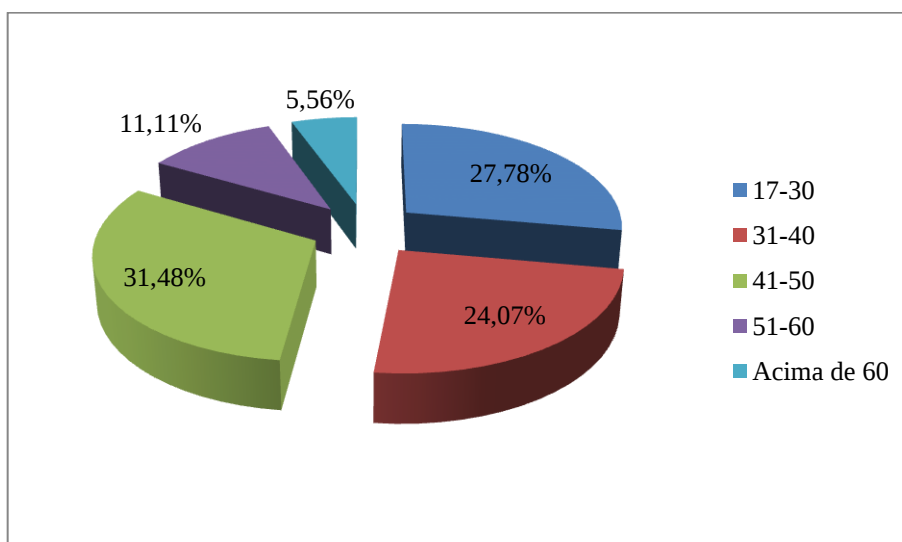


Fonte: Elaboração própria.

Os GRÁFICOS 13 e 14 demonstram a faixa etária do chefe de família, indicando que nos distritos a concentração maior está situada na faixa entre 41 a 50 anos (31,48%). Já nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, a concentração maior está na faixa entre 31 e

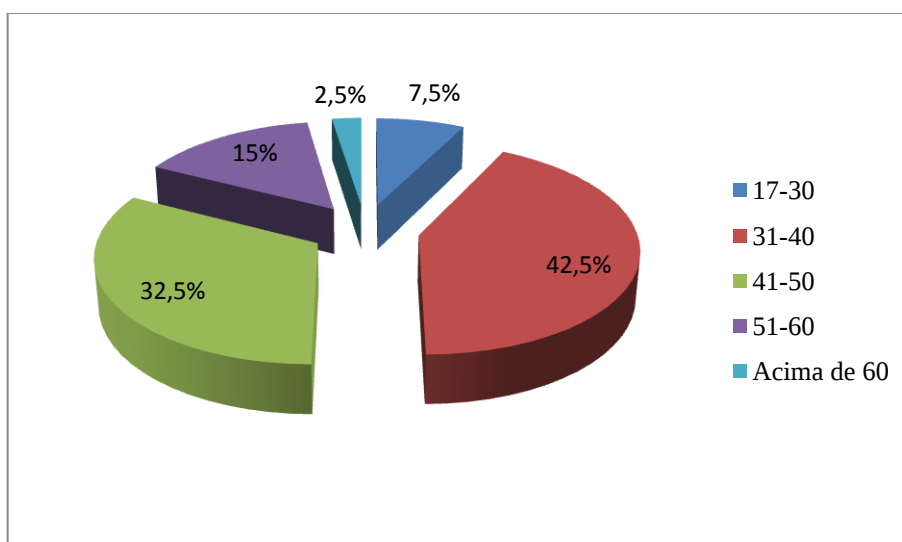
40 anos (42,5%). Nos distritos, 64,81% dos chefes de família são representados pelos homens, e nos assentamentos rurais e pequenas propriedades esse número é bem maior (92,5%). Percebe-se que o modo de vida entre as famílias que vivem nos distritos e assentamentos rurais diferencia-se devido a questões culturais. Nos assentamentos, percebe-se que o poder patriarcal é mais forte que nos distritos, pois nesses há uma influência maior do urbano.

GRÁFICO 13 - Faixa etária dos chefes de família residentes nos distritos



Fonte: Elaboração própria.

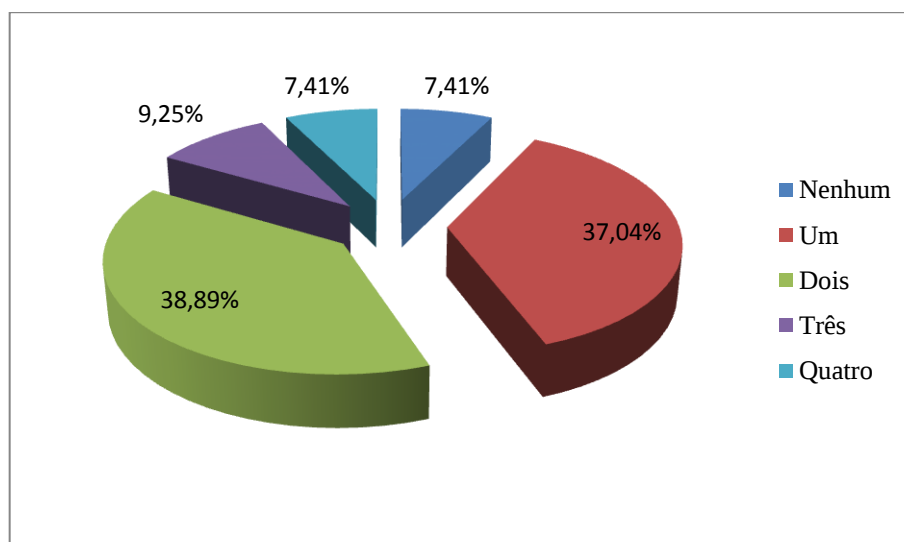
GRÁFICO 14 - Faixa etária dos chefes de família residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



Fonte: Elaboração própria.

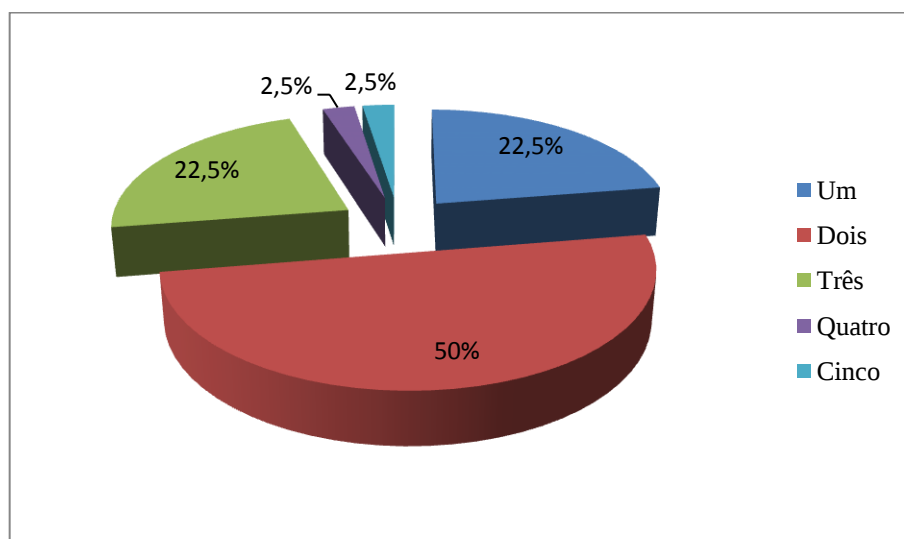
Os GRÁFICOS 15 e 16 indicam que na maioria dos domicílios há crianças e adolescentes menores de 18 anos. Dos entrevistados dos distritos, 38,89% possuem até dois filhos menores de 18 anos, e nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, 50%.

GRÁFICO 15 - Quantidade de filhos menores de 18 anos das famílias residentes nos distritos



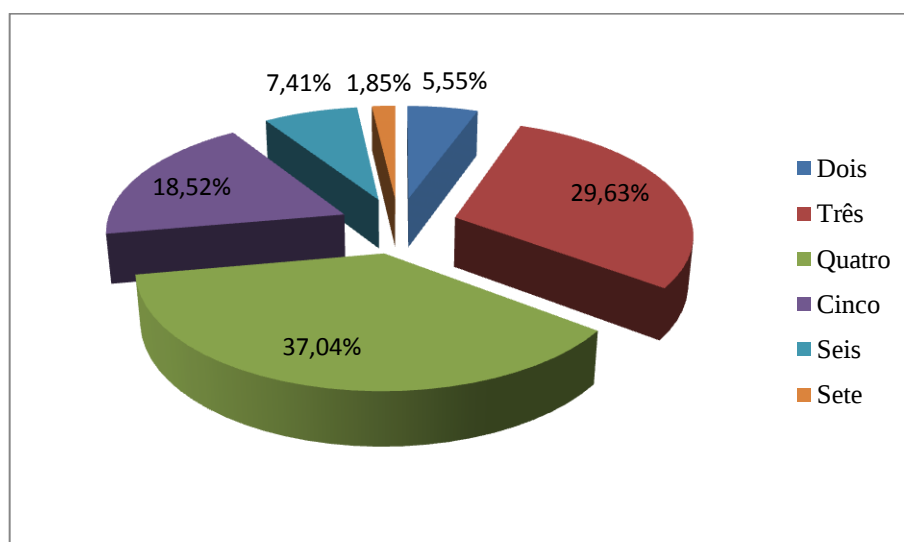
Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 16 - Quantidade de filhos menores de 18 anos das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades

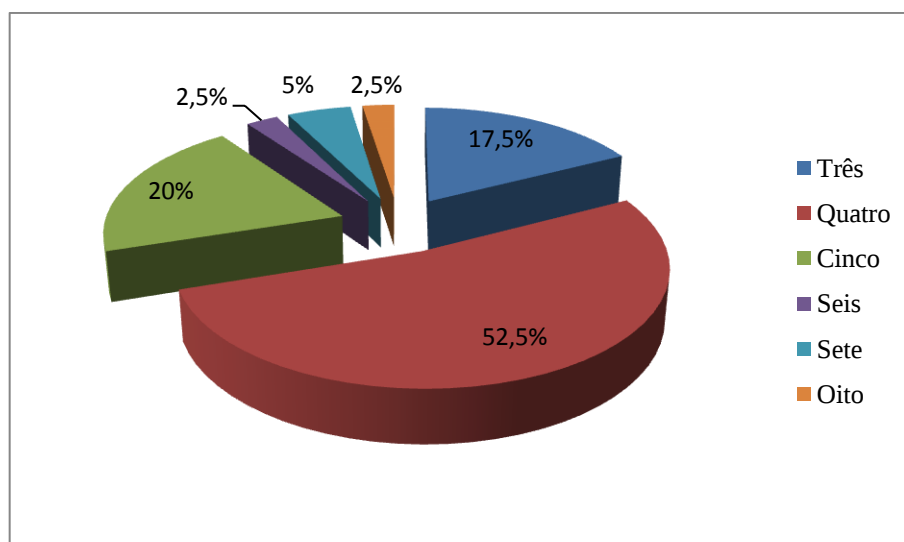


Fonte: Elaboração própria.

Os GRÁFICOS 17 e 18 indicam que na maioria dos domicílios há pelo menos quatro moradores, sendo 37,04% nos distritos e 52,5% nos assentamentos rurais e pequenas propriedades. Vale destacar que nos assentamentos rurais e pequenas propriedades o número de membros é um pouco maior que nos distritos, chegando, em alguns casos, a oito.

GRÁFICO 17 - Quantidade de membros no imóvel das famílias residentes nos distritos

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 18 - Quantidade de membros da família residentes no imóvel dos assentamentos rurais e pequenas propriedades

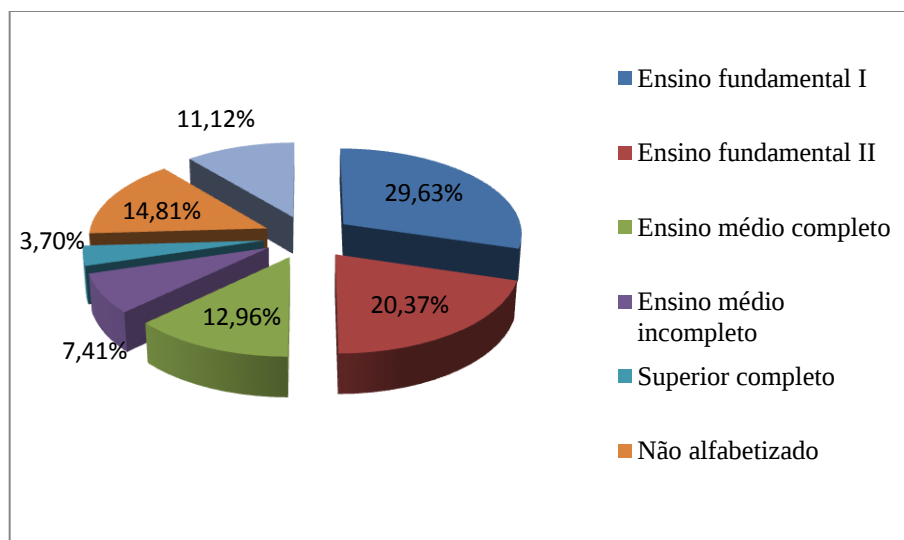
Fonte: Elaboração própria.

4.1.2.2 Escolaridade e renda

Os chefes de família possuem baixo grau de escolaridade. Tanto nos distritos quanto nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, a faixa maior concentra-se no ensino fundamental I, como pode ser visto nos GRÁFICOS 19 e 20. O que chama atenção é que nos

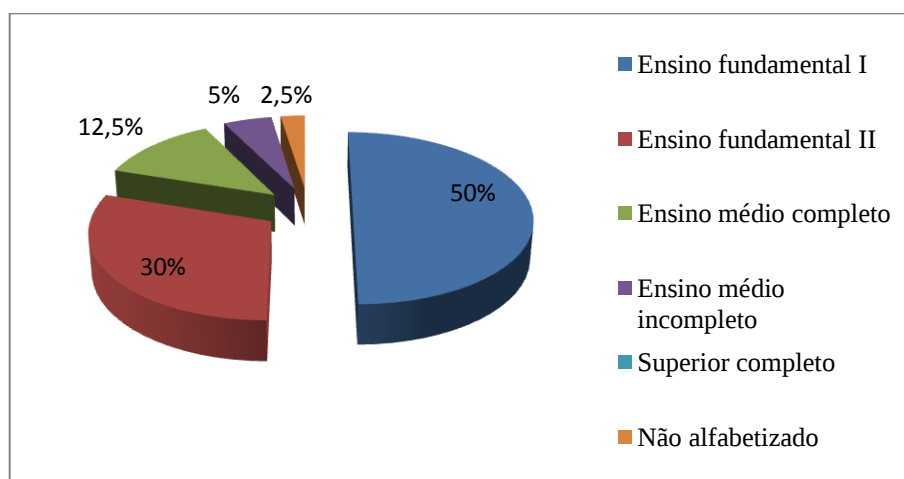
distritos 14,81% consideram-se não alfabetizados e nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, 2,5%.

GRÁFICO 19 - Escolaridade dos chefes de família residentes nos distritos



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 20 - Escolaridade dos chefes de família residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



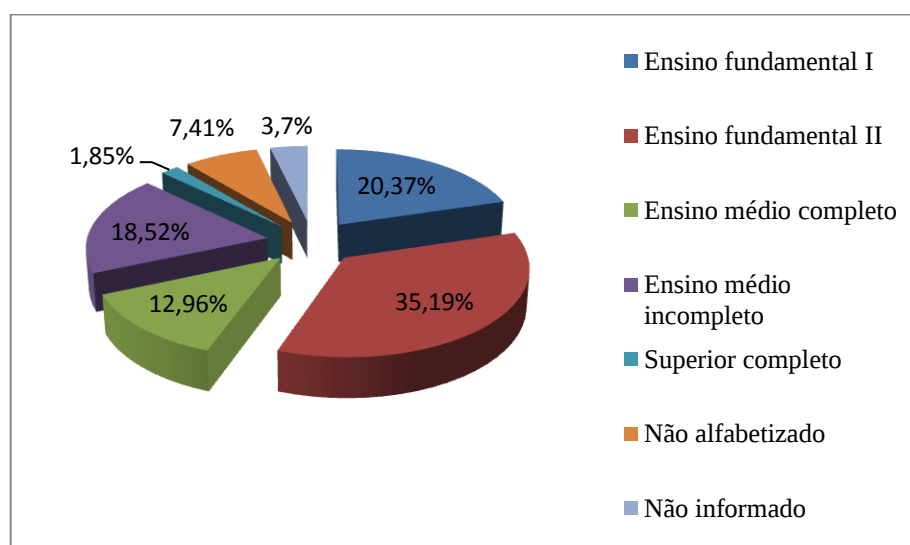
Fonte: Elaboração própria.

Os GRÁFICOS 21 e 22 evidenciam que os titulares do PBF, assim como os chefes de família, possuem um baixo grau de escolaridade, concentrando-se na faixa de Ensino fundamental I para aqueles que residem nos assentamentos rurais e pequenas propriedades e Ensino fundamental II para aqueles que residem nos distritos. Embora o índice de não alfabetizados entre os titulares seja menor do que dos chefes de família, o percentual dos que

residem nos assentamentos rurais e pequenas propriedades continua sendo menor (5%) do que nos distritos (7,41%).

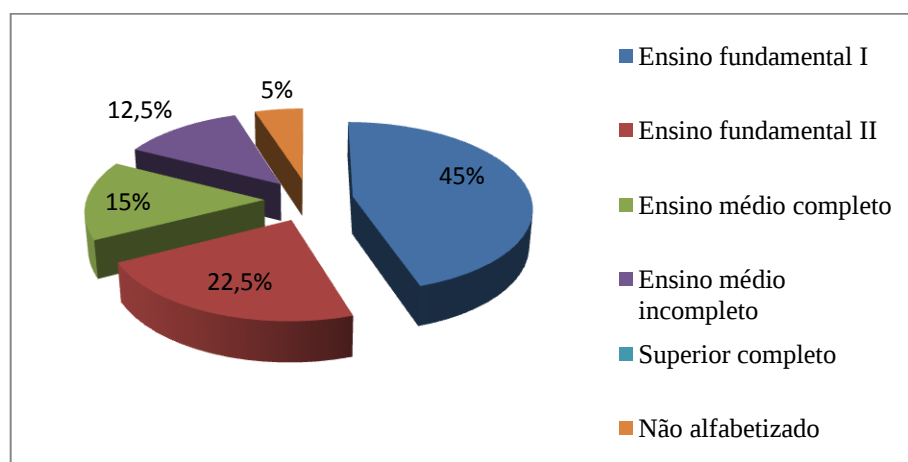
Todas as crianças e jovens dos distritos, assentamentos e das pequenas propriedades frequentam escolas. As crianças residentes nos assentamentos são transportadas por ônibus contratado pelo município. Alguns jovens estudam na cidade de Rio Verde e são também transportadas por ônibus fornecido pelo município. Observou-se que quando estes ônibus apresentam defeitos, as crianças e jovens não frequentam as aulas. As mães relataram na entrevista que, quando isso ocorre, elas justificam na secretaria da escola. Neste caso, a falta não é computada para efeito do controle de frequência do PBF.

GRÁFICO 21- Escolaridade dos titulares residente nos distritos



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 22 - Escolaridade dos titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



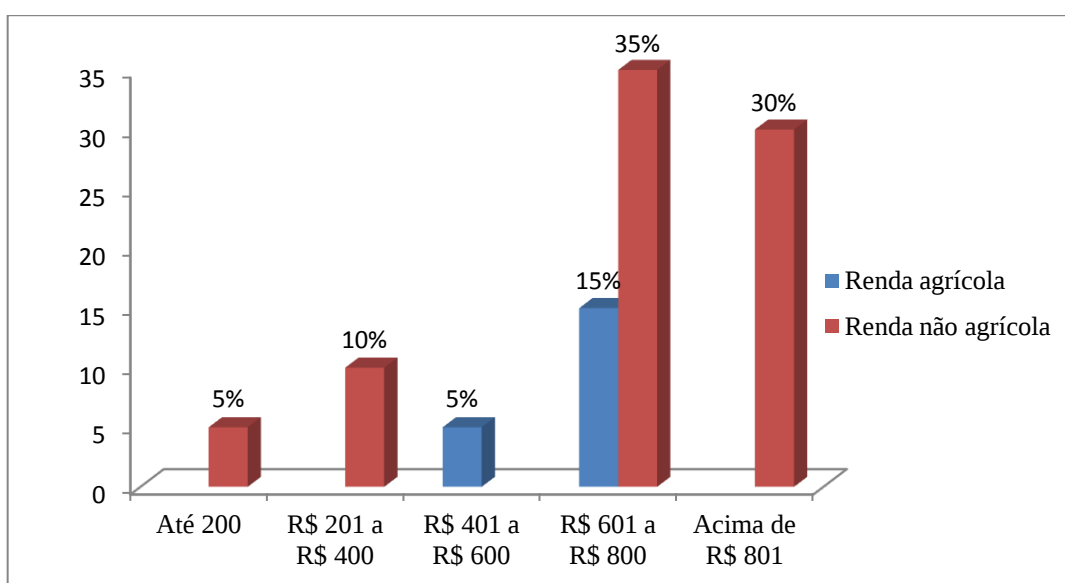
Fonte: Elaboração própria.

O GRÁFICO 23 indica a renda agrícola e não agrícola das famílias residentes nos distritos. Apenas 20% das famílias possuem renda advinda das atividades agrícolas; para os outros 80% a renda é proveniente de outras atividades. Detectou-se que 24,07% são trabalhadores rurais e 75,93% exercem outras atividades. A pesquisa apontou que nos distritos, além de trabalhadores rurais, existem servidores públicos nas diversas áreas, como educação, saúde e limpeza pública. O comércio local é bastante fraco, empregando apenas os proprietários e as indústrias próximas exigem mão de obra qualificada.

Segundo a subprefeita do distrito de Riverlândia, um dos maiores problemas enfrentados pelos distritos é o desemprego. Estes trabalhadores, em sua maioria, trabalham como safristas e diaristas e não têm emprego permanente. Na entressafra é muito comum encontrar estes trabalhadores em suas casas ou exercendo outras atividades não agrícolas.

No decorrer da pesquisa, foi possível detectar com as entrevistadas que existe carência de emprego para o gênero feminino. Na época da pesquisa, estava em estudo a vinda de uma empacotadora de carvão para o distrito de Riverlândia e existia uma expectativa de empregabilidade das mulheres. Nos demais distritos, a dificuldade de empregar a mão de obra feminina é a mesma. O trabalho encontrado é de faxineira, babá ou na limpeza pública da subprefeitura.

GRÁFICO 23 - Renda mensal agrícola e não agrícola das famílias residentes nos distritos

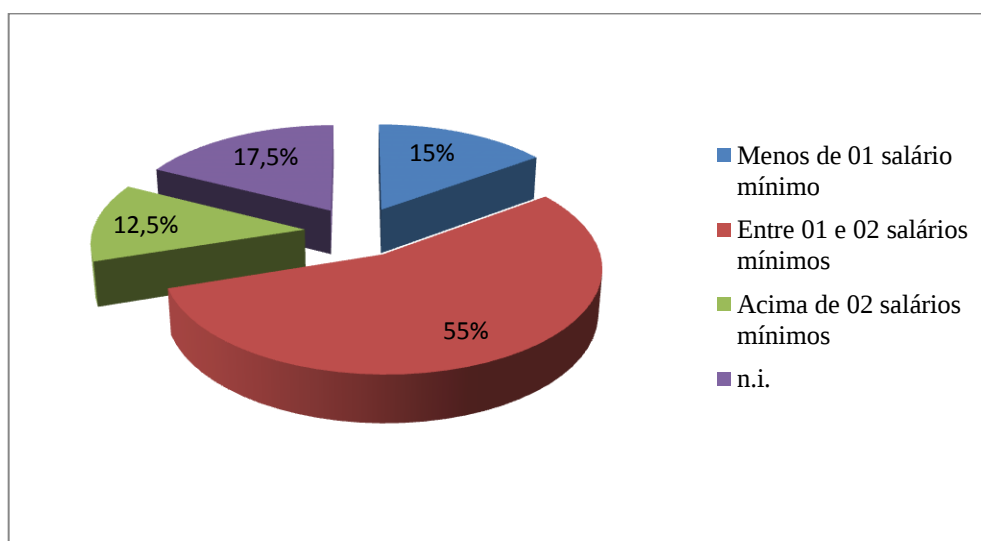


Fonte: Elaboração própria.

O GRÁFICO 24 mostra que 100% da renda das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades é proveniente da produção agrícola, o que configura apenas

renda agrícola. A maioria dedica todo o tempo de trabalho na propriedade, e em nenhuma das famílias detectou-se a pluriatividade. Observou-se que algumas famílias têm dificuldade em mensurar sua renda em valores monetários e mensal, em função desta dificuldade a renda foi indexada em salários mínimos. Vale destacar que 17,5% das famílias não informaram sua renda.

GRÁFICO 24 - Renda mensal agrícola das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



Fonte: Elaboração própria.

4.1.2.3 Alimentação, apoio e proteção social

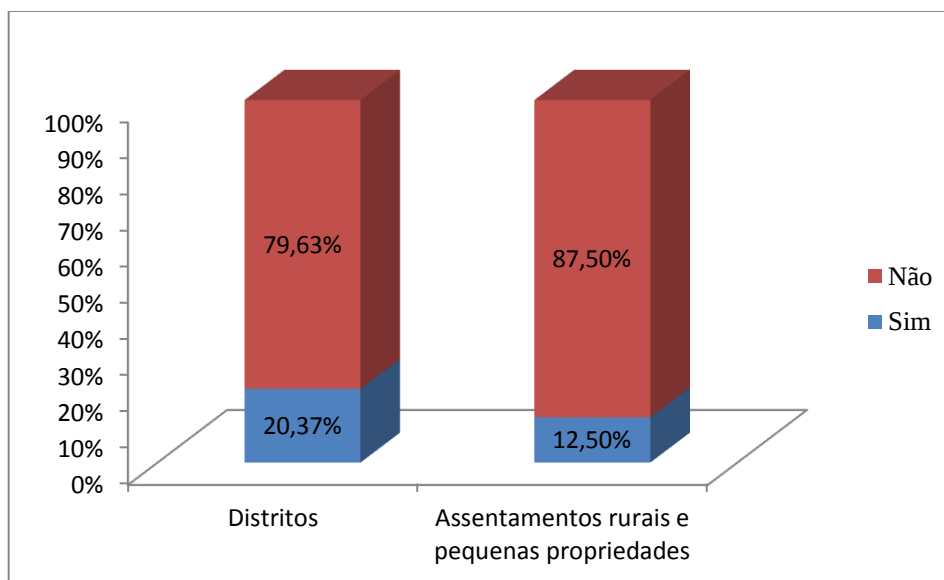
O GRÁFICO 25 retrata que a maioria das famílias não recebe qualquer tipo de ajuda além do PBF. Apenas 12,50% e 20,37% das famílias residentes nos assentamentos rurais, pequenas propriedades e distritos, respectivamente, afirmaram receber algum tipo de ajuda. Estes auxílios advêm de familiares, amigos e, em alguns casos de empregadores em forma de alimento.

O GRÁFICO 26 demonstra a participação dos beneficiários em organizações sociais; 80% das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades participam de pelo menos um grupo. Já nos distritos a situação é bastante diversa, apenas 43% participam.

Em todos os assentamentos rurais visitados existe uma associação constituída pelos assentados. Embora não seja atuantes em nenhuma, a maioria das famílias é associada. Merecem destaque duas cooperativas de agricultores familiares localizadas na região verificou-se que a maioria dos assentados é cooperado em uma delas. Em relação às famílias

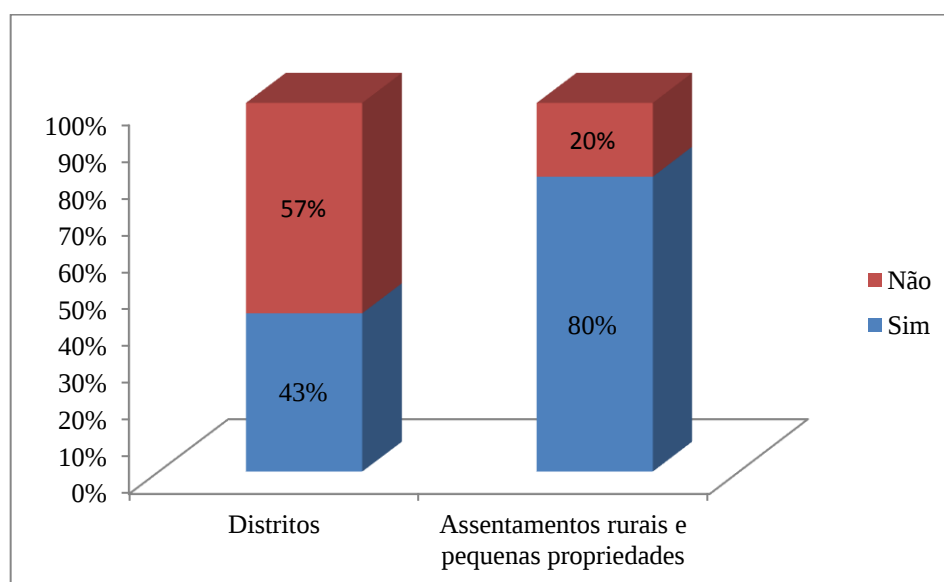
que residem nos distritos, sua participação em organizações sociais se dá em igrejas e na pastoral da criança.

GRÁFICO 25 - Proteção social/auxílio recebido



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 26 - Participação em grupos/organizações

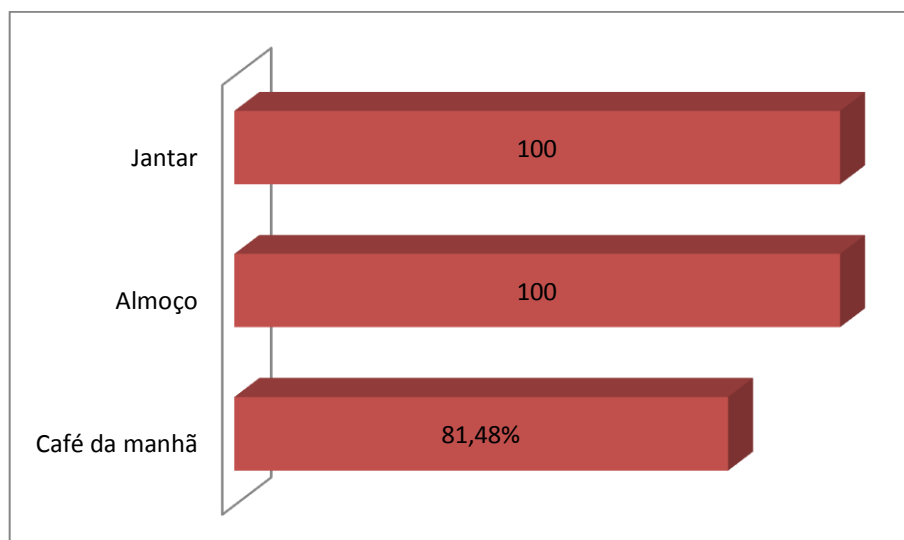


Fonte: Elaboração própria.

Em relação à alimentação, pode-se verificar nos GRÁFICOS 27 e 28, que a maioria das famílias dos distritos, assentamentos rurais e pequenas propriedades toma café da manhã (81,48% e 92,5% respectivamente), almoçam (100%) e jantam (100%) nos sete dias da semana. A porcentagem do café da manhã é a menor, pois muitos relataram não estar

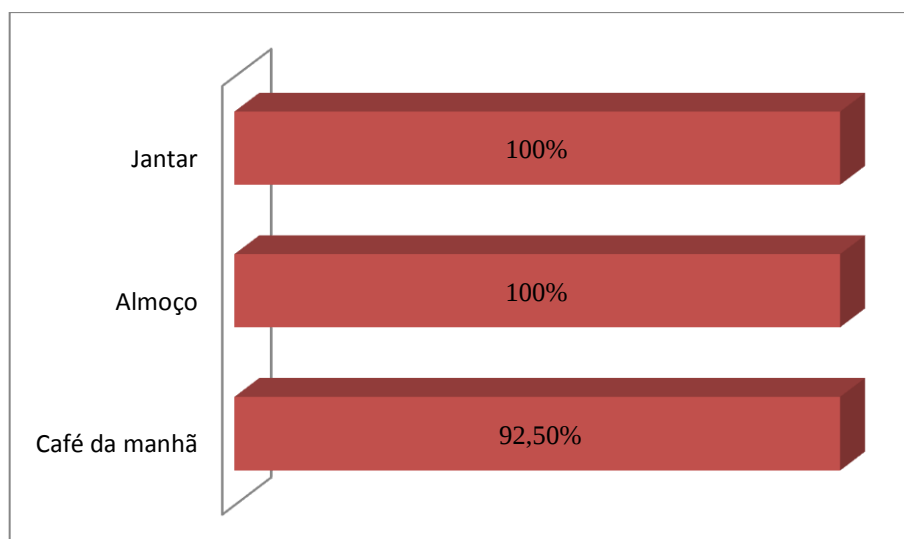
acostumados a fazer a refeição matinal, principalmente nos dias em que as crianças não têm aulas.

GRÁFICO 27 - Distribuição percentual das famílias residentes nos distritos por realização das refeições diárias



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 28 - Distribuição percentual das famílias residentes em assentamentos rurais e pequenas propriedades rurais por realização das refeições diárias



Fonte: Elaboração própria.

Das famílias que possuem crianças frequentando escolas ou creches, 100% recebem, refeição escolar em média, uma vez ao dia. Nos distritos, algumas escolas passaram a funcionar em período integral no ano de 2013 e as crianças que estão matriculadas nestas escolas recebem três refeições diárias, assim como nas creches. Percebeu-se a resistência de

algumas mães em mandar seus filhos para escolas de período integral. As entrevistadas relataram que existe uma pressão da direção e até mesmo ameaça de serem cortadas do PBF caso resistam.

As crianças matriculadas em escolas localizadas nos assentamentos e nas demais escolas dos distritos recebem apenas uma refeição diária. A merenda escolar é complementar e pode contribuir, mesmo que indiretamente, para a melhora dos níveis de insegurança alimentar, além de ser importante para o orçamento doméstico (menos gastos em casa com alimentação das crianças), de acordo com o IBASE (BRASIL, 2008).

Todas as famílias entrevistadas nos distritos afirmaram efetuar a compra de alimentos em supermercados, assim como as famílias dos assentamentos rurais e pequenas propriedades.

Nos distritos, 50,24% das famílias possuem dívidas com alimentos. Destaque para o distrito de Ouroana que apresentou o maior índice (65%). Essas dívidas são contraídas nos supermercados locais que trabalham com a forma de pagamento a prazo e o controle é feito em cadernetas. Nos assentamentos rurais e pequenas propriedades as famílias efetuam suas compras à vista ou com cheques pré-datados, e não é comum a sistemática de cadernetas.

Ao serem questionadas sobre o que acontece com a alimentação das crianças menores de 14 anos durante as férias escolares, 63% das famílias nos distritos disseram que não há alteração, 18,12% disseram que piora e 18,9% disseram que melhora. Nos Assentamentos rurais e pequenas propriedades, 15,21% responderam que melhora a alimentação, 77,08% disseram que não há alteração e 7,71% não tem filhos menores de 14 anos.

O principal gasto das famílias entrevistadas com o valor do benefício PBF é com a alimentação, com material escolar e com vestuário das crianças e adolescentes (roupas, uniformes e acessórios). Percebeu-se também que muitas das famílias, quando recebem o benefício, utilizam-no para a necessidade do momento e nem sempre segue essa ordem, como por exemplo pagar uma conta de água ou energia que está em atraso. Outro fator observado é que as famílias têm dificuldade de controlar os gastos, pois quando perguntadas dos valores empregados em cada área, ou seja, educação, saúde e alimentação, não souberam responder com exatidão.

4.1.2.4 Saúde e trabalho

Não foi possível levantar o percentual de famílias que apresentem problema crônico de saúde. De acordo com os agentes de saúde, as doenças mais comuns são hipertensão e/ou

colesterol alto. Eles disseram que é bastante comum entre as famílias residentes nos assentamentos rurais alguma destas doenças, principalmente nas mulheres. Grande parte das famílias necessita de cuidados em relação à saúde, principalmente no incentivo à prática de atividade física. Nos distritos, com a implantação do CRAS, serão oferecidas aulas com educador físico e palestras. Em todos os distritos, existem na praça alguns aparelhos que permitem a prática de atividade física com acompanhamento de educador físico que vem de Rio Verde em alguns dias da semana. Já nos assentamentos, a única atividade, quando praticada, é a caminhada.

Em uma das pequenas propriedades visitadas, havia uma mulher e uma criança recém-nascida com diagnóstico de leptospirose (doença causada por uma bactéria chamada leptospira presente na urina de ratos). A doença foi contraída durante a gravidez, no entanto não foi diagnosticada, pois a mãe não realizou os exames necessários e a criança também nasceu com a doença. Ambas já estavam fora de perigo e em tratamento.

Em todos os distritos existe posto de saúde, onde tanto a comunidade local, os assentados e residentes em propriedades próximas podem realizar consultas previamente agendadas. Quando necessária a realização de exames, as famílias são encaminhadas para Rio Verde. Pelo menos uma vez por ano existe a presença do *trailer* da saúde nos assentamentos rurais. Os agentes de saúde encaminham as famílias para atendimento nos postos de saúde e em Rio Verde.

No decorrer da pesquisa, aconteceu no Assentamento Pontal do Buriti o Dia da Saúde, promovido pela Secretaria Municipal da Saúde. Estes eventos têm sido constantes neste local devido ao acidente ocorrido em maio de 2013. Na ocasião, um avião agrícola contratado por um dos produtores da região fazia combate na lavoura próxima à escola e, segundo relato do presidente da associação e do diretor da instituição de ensino, o avião sobrevoou o prédio várias vezes, em especial a quadra de concreto, molhando 60 crianças que ali se encontravam com um tipo de pesticida. Os alunos, com idade entre 4 e 16 anos, que naquele momento lanchavam a céu aberto, engoliram o composto denominado piretroide (classe toxicidade 3 e 4). O caso teve repercussão nacional, e todas as crianças necessitaram de atendimento nos hospitais próximos e ainda recebem acompanhamento.

Ainda segundo o presidente da associação do Assentamento Pontal do Buriti, a água consumida pelo alunos e funcionários da escola estava sendo trazida em caminhões pipa da cidade. Em uma análise feita da água para verificar a contaminação pelo pesticida jogado pelo avião, detectou-se que era imprópria para consumo devido a grande quantidade de coliformes fecais.

Em relação à situação de trabalho dos chefes de família dos distritos, 20,37% têm trabalho permanente, ou seja, têm registro em carteira ou são servidores públicos efetivos/comissionados; 66,67% trabalham sem registro em carteira (temporariamente ou por conta própria); 1,85% são aposentados e 11,11% estão desempregados ou à procura de emprego. Segundo (BRASIL, 2008) o fato de os titulares serem, na maioria, mulheres pode explicar o baixo índice de trabalhadores permanentes, pois as mulheres dedicam-se mais à gestão da casa ou trabalham como diaristas.

No caso dos chefes de família dos assentamentos rurais e pequenas propriedades, 90% trabalham somente nos lotes, 2,5% trabalha como servidor público (auxiliar de serviços gerais na escola), 2,5% está procurando emprego e 5% são trabalhadores rurais com carteira assinada. Todas as mulheres exercem algum tipo de atividade na propriedade.

4.2 ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) X CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

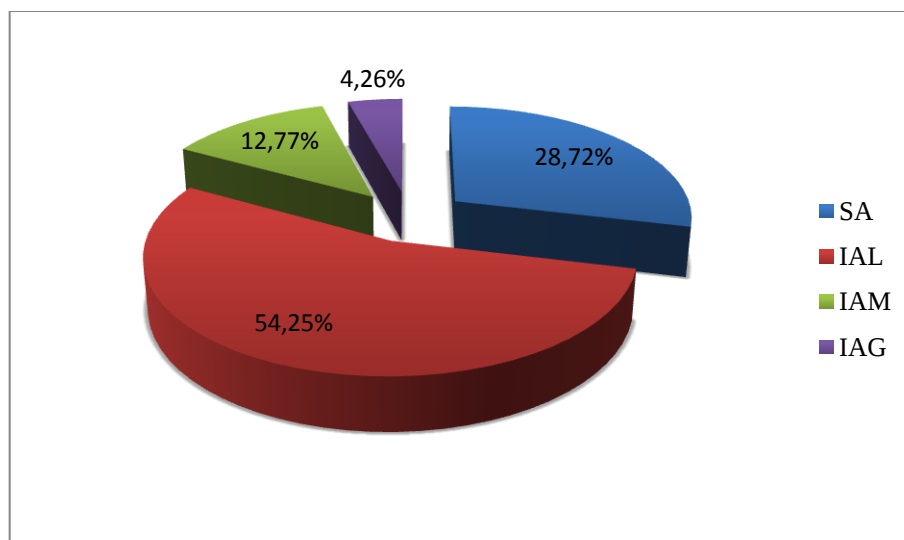
De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), 28,72% das famílias pesquisadas beneficiárias do PBF encontra-se em situação de Segurança Alimentar (SA), ou seja, não apresentam nenhuma restrição alimentar e preocupações futuras com a falta de alimentos; e 71,28% apresentam níveis de Insegurança Alimentar, ou algum tipo de privação de alimentos.

O GRÁFICO 29 indica que 54,25% das famílias apresentam insegurança alimentar leve (IAL), ou seja, as famílias têm medo ou receio de sofrer IA futuramente; 12,77% de insegurança alimentar moderada (IAM), onde há restrições na quantidade e qualidade de alimentos e apenas 4,26% de insegurança alimentar grave (IAG), caracterizada pela fome entre adultos e/ou crianças.

De acordo com a pesquisa IBASE, (BRASIL, 2008) com beneficiários do PBF, 16,9% das famílias em nível nacional apresentavam SA, seguido da região Centro-Oeste com 23,1%. Ainda de acordo com a pesquisa, as regiões Sul e Centro-Oeste tiveram percentuais mais elevados de SA. No GRÁFICO 30 pode-se observar que as famílias de Rio Verde estão um pouco acima da média nacional e da região Centro-Oeste. De acordo com a PNAD, cujos resultados foram divulgados pelo IBGE (2010a) na Região Norte, todos os estados apresentaram prevalências domiciliares de SA inferior à registrada para o Brasil. Já na região

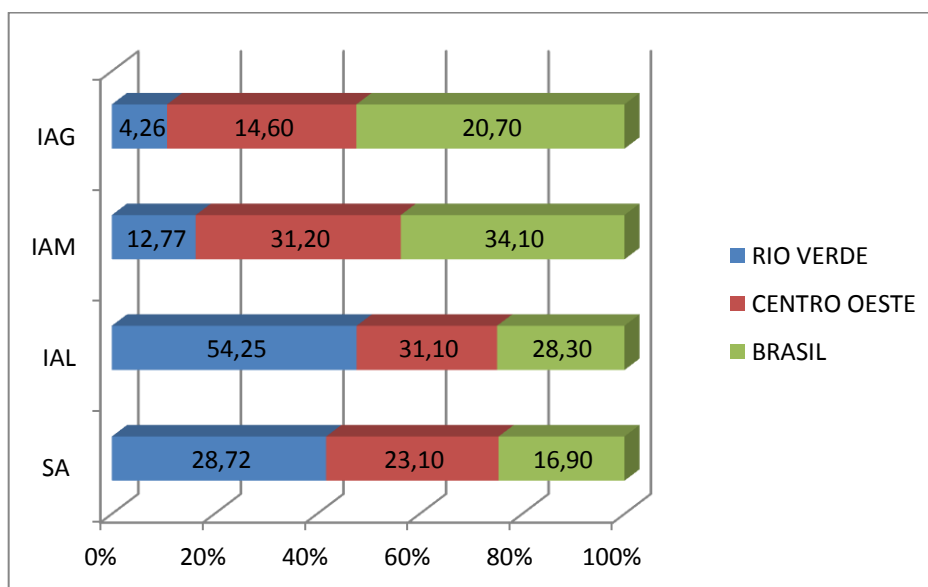
Centro-Oeste, apenas o estado de Goiás estava nestas condições, ou seja, estava abaixo da média nacional.

GRÁFICO 29 - Distribuição das famílias beneficiárias segundo a EBIA



Fonte: Elaboração própria.

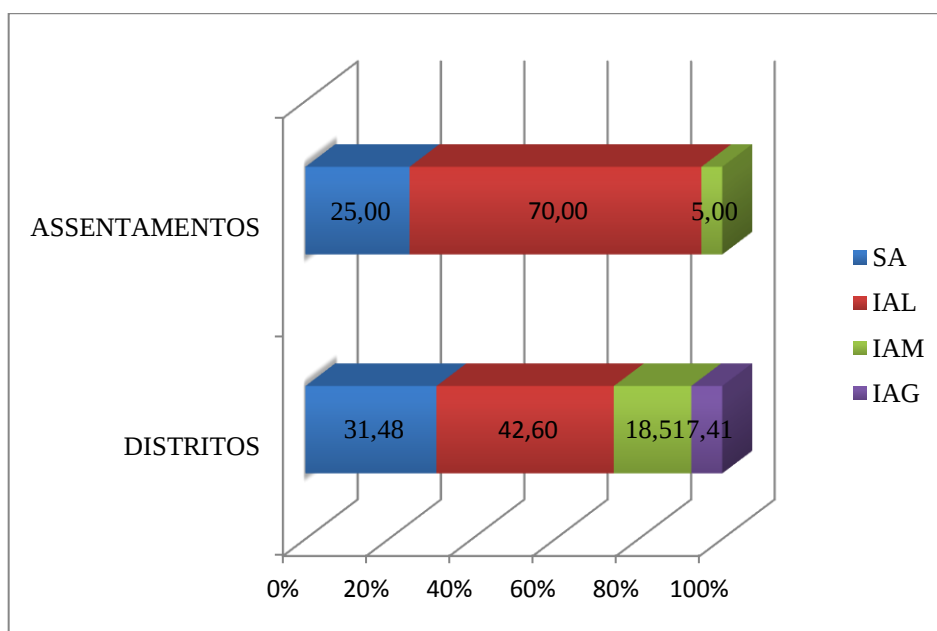
GRÁFICO 30 - Comparativo entre famílias beneficiárias segundo a EBIA por região



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBASE (2008).

Observa-se pelo GRÁFICO 31 que nos distritos (31,48%) o nível de segurança alimentar é maior do que nos assentamentos (25%). Em relação à IA, nos assentamentos não aparece a IAG, enquanto que nos distritos o índice é de 7,41%.

GRÁFICO 31 - Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a localização do domicílio e o nível (in) de segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria.

O distrito de Riverlândia, como pode ser visto no GRÁFICO 32, é o que apresenta maior índice SA (45%). A pesquisa também apontou que este é o único distrito que possui creche e uma unidade do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI). A creche não exige que as mães estejam trabalhando para receber as crianças na instituição, até porque se esta fosse uma exigência, segundo as mães entrevistadas, não haveria crianças suficientes para estar em funcionamento.

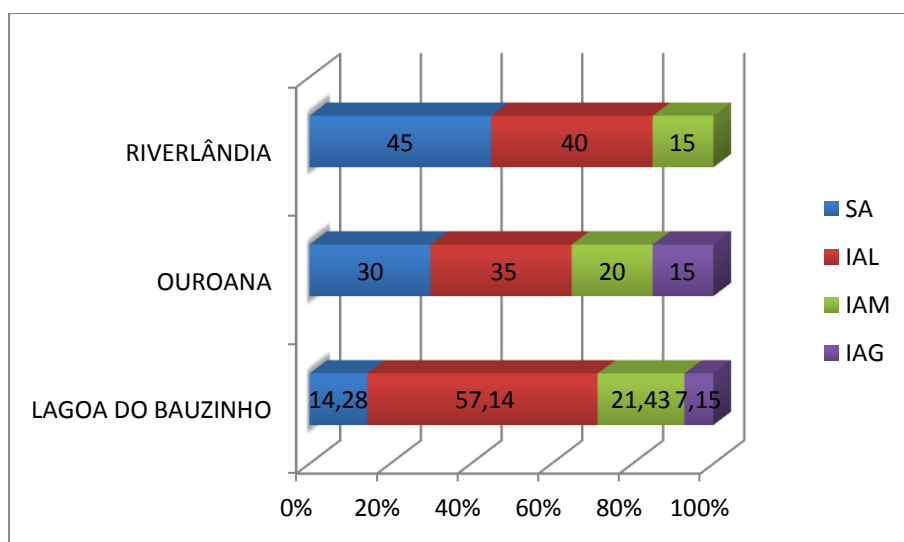
São oferecidas na creche, três refeições diárias, sendo café da manhã, almoço e lanche da tarde, isso pode favorecer o nível de segurança alimentar das famílias deste distrito. Os demais distritos, embora tenham uma população equivalente à de Riverlândia, não possuem creches. Segundo informações da comunidade local, a prefeitura municipal fez levantamento e o número de crianças é pequeno para implantação.

O GRÁFICO 33 apresenta o nível de (in) segurança alimentar dos assentamentos rurais; neste caso, as famílias residentes nas pequenas propriedades foram agrupadas com o assentamento. O que chama atenção é o resultado do assentamento Pontal do Buriti, que apresenta menor percentual de SA (6,67%) e o único com IAM (13,33%).

A pesquisa revela que 27,92% das famílias entrevistadas deste assentamento não plantaram na última safra e apontam a falta de crédito como uma das dificuldades. 93,33% não têm acesso a crédito no momento e o motivo é a falta de documentação e inadimplência. O assentamento Vale do Cedro apresenta segundo menor percentual de SA (16,67%); neste

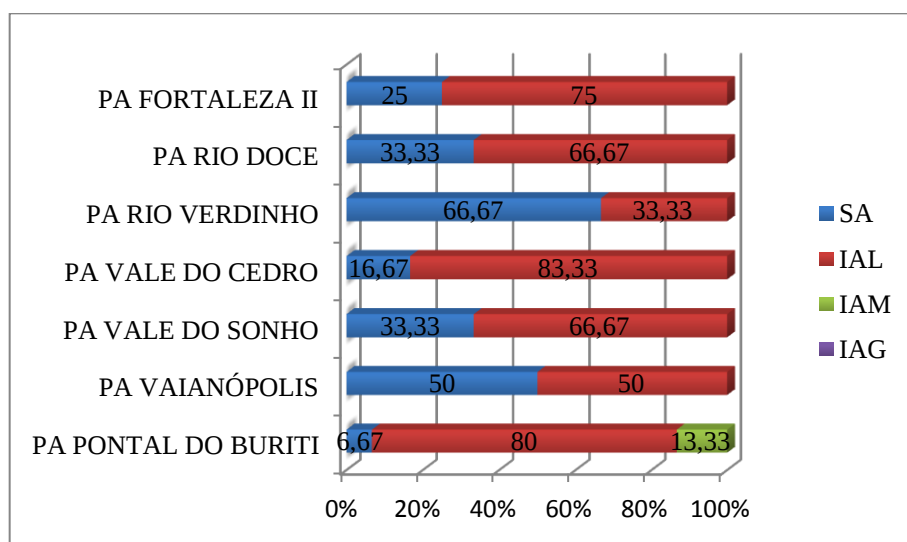
caso também existe um número elevado de famílias que não plantaram na última safra (16,67%) e 100% das famílias não acessam o crédito. O motivo apontado pelas famílias do Assentamento Vale do Cedro por não acessarem o crédito é falta de documentação, seguido de não quererem investir na produção.

GRÁFICO 32 - Distribuição das famílias beneficiárias residentes nos distritos e o nível (in) de segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 33 -: Distribuição das famílias beneficiárias residentes em assentamentos rurais e pequenas propriedades e o nível (in) de segurança alimentar

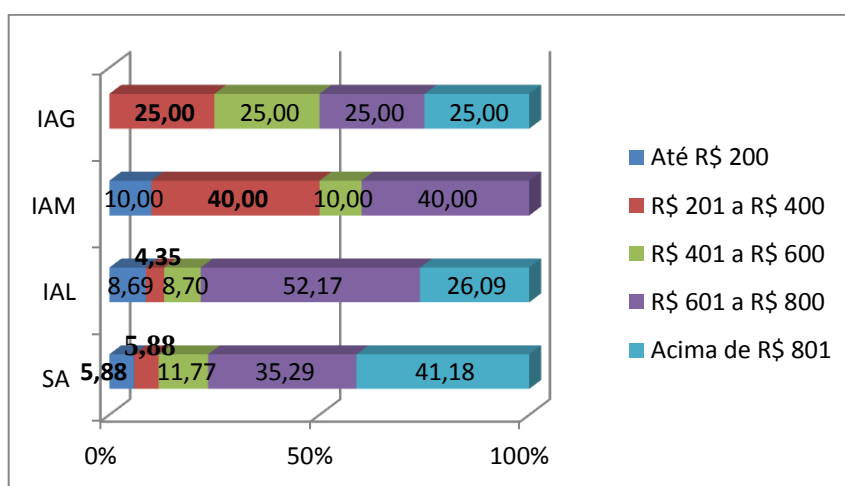


Fonte: Elaboração própria.

4.2.1 Escala Brasileira de insegurança alimentar x renda

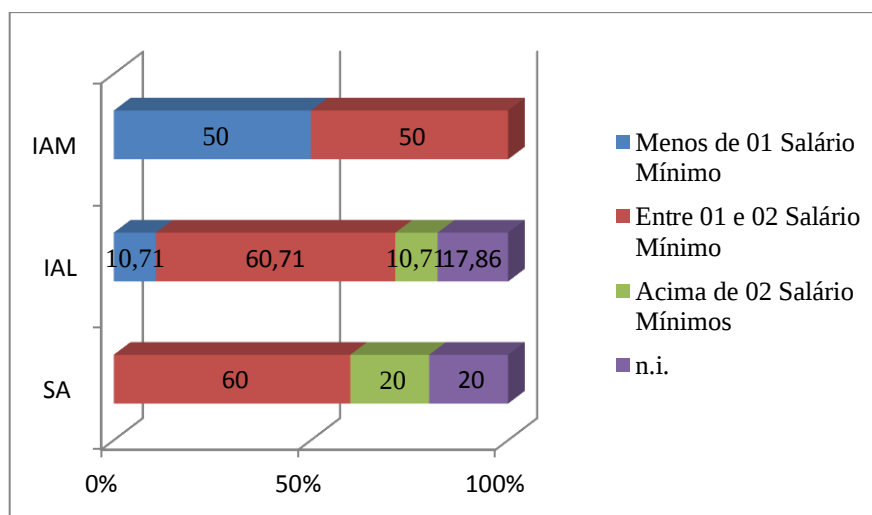
O GRÁFICO 34 indica que as famílias residentes nos distritos que recebem entre duzentos e quatrocentos reais são as que apresentam os menores níveis de segurança alimentar e as famílias que recebem acima de seiscentos reais apresentam um percentual maior de SA. O GRÁFICO 35 apresenta a situação das famílias residentes nos assentamentos, onde a prevalência de IA está entre aquelas que recebem menos de um salário mínimo e entre 01 e 02 salários mínimos. A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que quanto maior a renda, maiores os níveis de SA, ou seja, há uma ligação direta entre renda e SA.

GRÁFICO 34 - Relação entre renda mensal das famílias beneficiárias residentes nos distritos e o nível de (in) segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 35 - Relação entre renda mensal das famílias beneficiárias residentes nos assentamentos rurais e o nível de (in) segurança alimentar



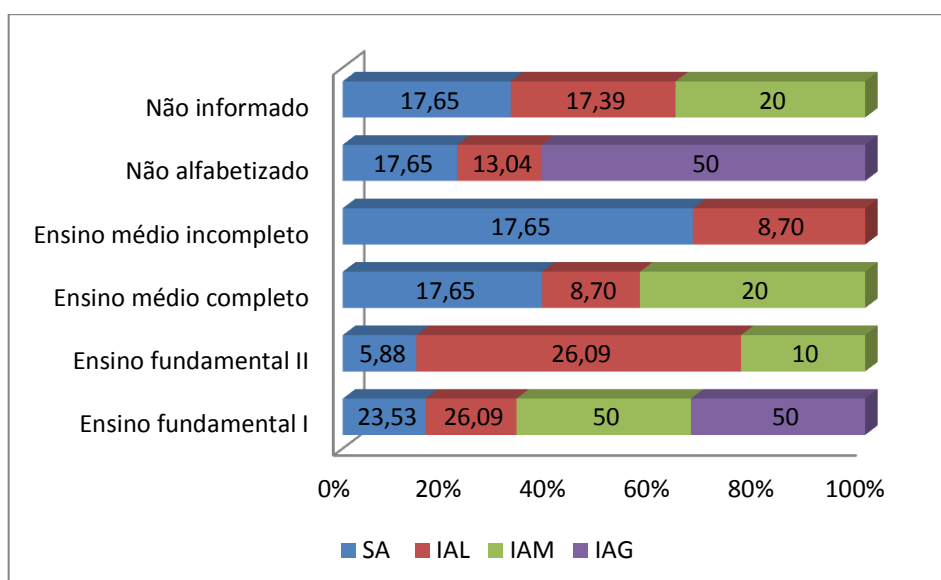
Fonte: Elaboração própria.

A renda foi o dado mais difícil de ser coletado, uma vez que havia um desconforto por parte das famílias em informar. A habilidade e a confiança transmitida foram fatores fundamentais para obtenção desta informação. Mesmo assim, pode-se dizer que é um dado frágil. As famílias, principalmente as que residem em assentamentos, têm dificuldade de mensurar a renda auferida. Em alguns casos, como pode ser visto pelo gráfico, esse valor não foi informado. Algumas famílias não tiveram produção na última safra e estavam sobrevivendo apenas com o valor do PBF, da produção para autoconsumo e da ajuda de parentes e amigos.

4.2.2 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar x escolaridade

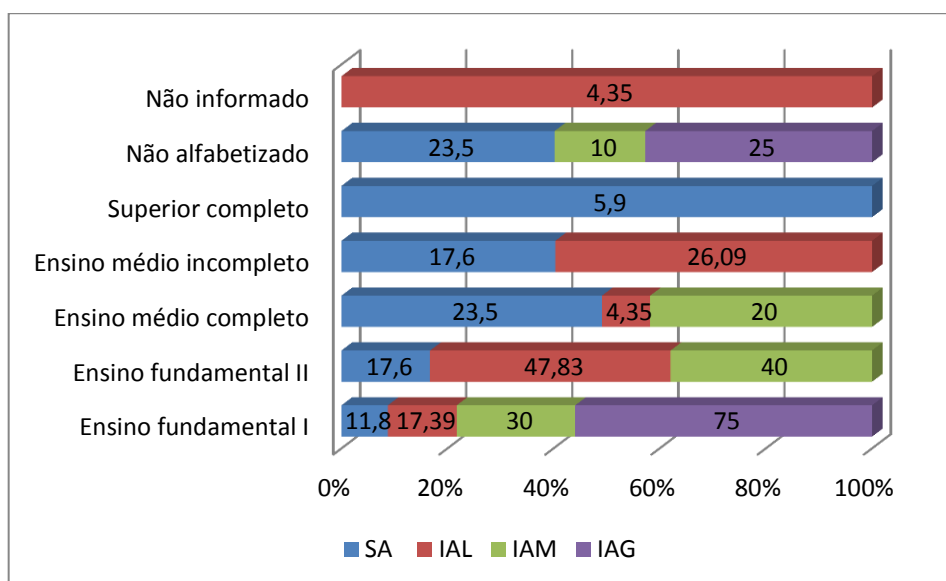
Os GRÁFICOS 36 e 37 apresentam o cruzamento dos dados do indicador EBIA com a categoria de análise escolaridade dos chefes de família e titulares residentes em distritos. Pode-se observar que em toda a amostra há prevalência de IA, com exceção da categoria superior completo. Outro dado importante e que chama atenção é que, entre os chefes de família que apresentaram IAG, 50% estão na categoria não alfabetizado e 50% com apenas ensino fundamental I. O mesmo ocorre com os titulares, ou seja, dos que estão em IAG, 25% estão na categoria não alfabetizado e 75% na categoria ensino fundamental I.

GRÁFICO 36 - Relação entre escolaridade dos chefes de família residentes no distrito e o nível de (in) segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria.

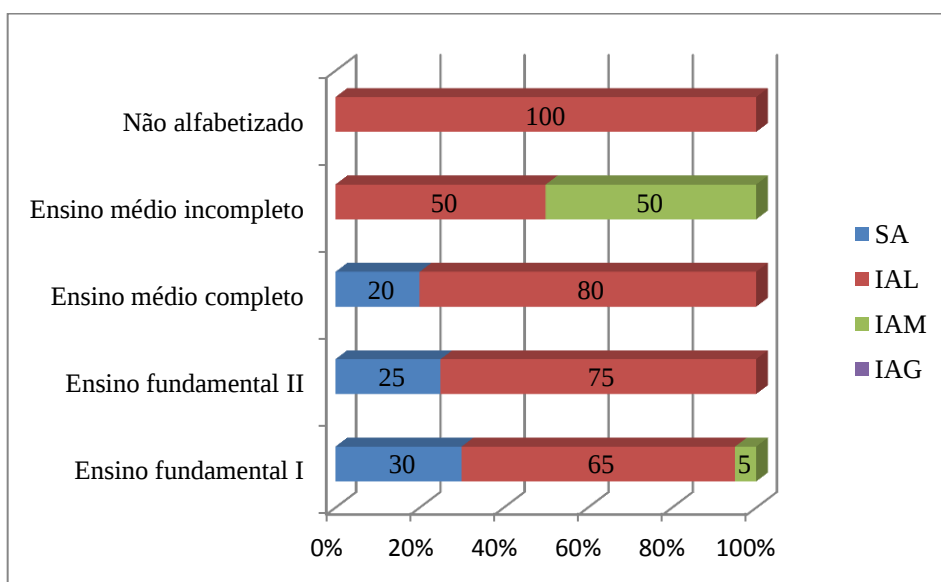
GRÁFICO 37 - Relação entre escolaridade dos titulares residentes nos distritos e o nível de (in) segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria.

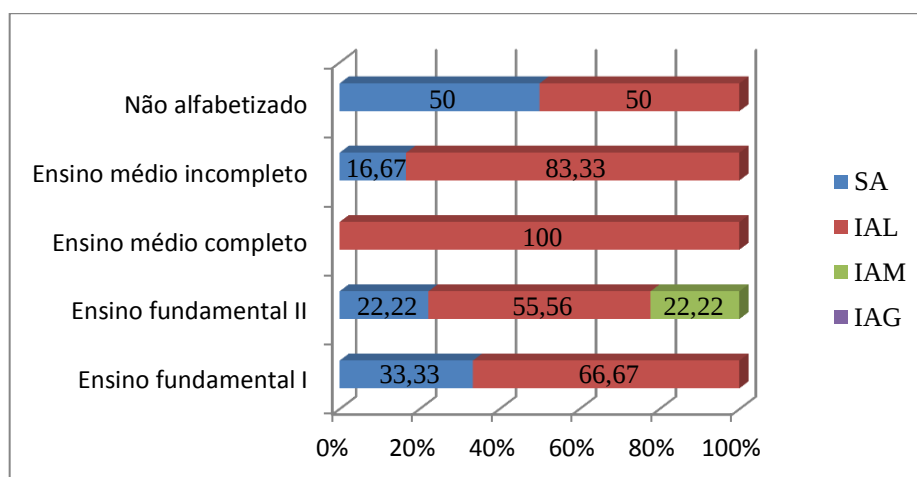
Os GRÁFICOS 38 e 39 também apresentam o cruzamento dos dados do indicador EBIA com a categoria de análise escolaridade dos chefes de família e titulares residentes em assentamentos. Embora tenha sido destacada alta prevalência de IA em toda a amostra, a categoria de não alfabetizado dos chefes de família tiveram percentuais mais elevado de IA.

GRÁFICO 38 - Relação entre escolaridade dos chefes de família residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades e o nível de (in) segurança alimentar



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 39 - Relação entre escolaridade dos titulares residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades e o nível de (in) segurança alimentar



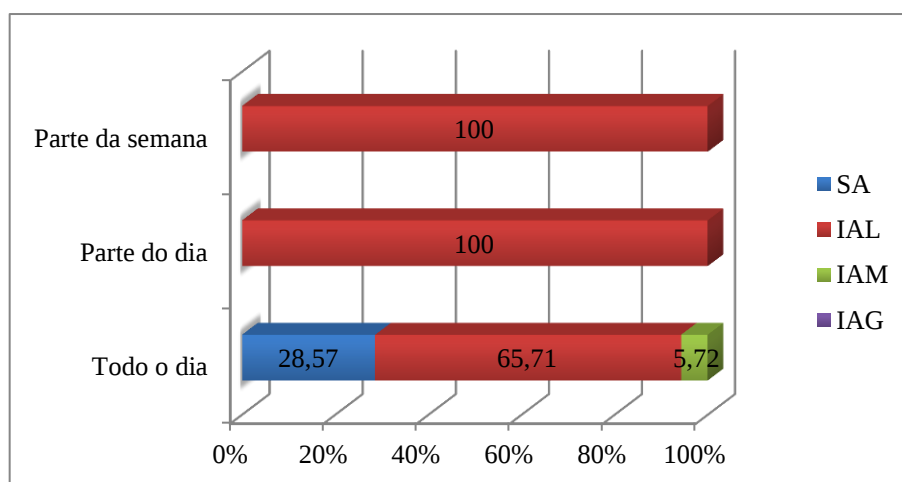
Fonte: Elaboração própria.

4.2.3 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar x trabalho

A análise a seguir refere-se à categoria trabalho direcionado à produção na parcela de terra. Constata-se que quanto maior o tempo dedicado ao trabalho, menores os níveis de insegurança alimentar e maior o nível de segurança alimentar, o que pode ser visualizado no GRÁFICO 40. A atividade agrícola aparece como a principal atividade destas famílias (51%), seguida da Pecuária (31%) e 18% não fizeram plantio na última safra. Na atividade agrícola a cultura da soja aparece como o principal produto, seguido do milho, sorgo (plantio apenas na safrinha) e hortaliças. No caso da pecuária, merecem destaque para gado de leite, suínos e aves. Os produtos soja, milho e sorgo são comercializados em duas cooperativas locais de agricultores familiares que revendem para as indústrias, sendo que a soja é vendida para produção de biodiesel. As hortaliças são vendidas em feiras locais e para feirantes que revendem nestas mesmas feiras. O leite é entregue para as cooperativas.

A atividade agrícola aparece como atividade principal destas famílias e exige uma dedicação diária, o que dificulta o aumento da renda com outras atividades não agrícolas. Todos que estão inseridos na atividade agrícola fazem duas safras anuais, sendo soja na primeira safra e milho/sorgo na segunda safra. Na última safra de milho e sorgo houve perdas significativas devido à falta de chuva, o que contribuiu, segundo as famílias entrevistadas, para aumentar o grau de endividamento, pois o prejuízo na segunda safra (milho e sorgo) absorveu todo o lucro da primeira (soja). Segundo relatos, quando isso ocorre, se não fosse a renda do PBF e o autoconsumo, estariam passando fome.

GRÁFICO 40 - Relação entre período de dedicação às atividades da propriedade e o nível de (in) segurança alimentar das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades

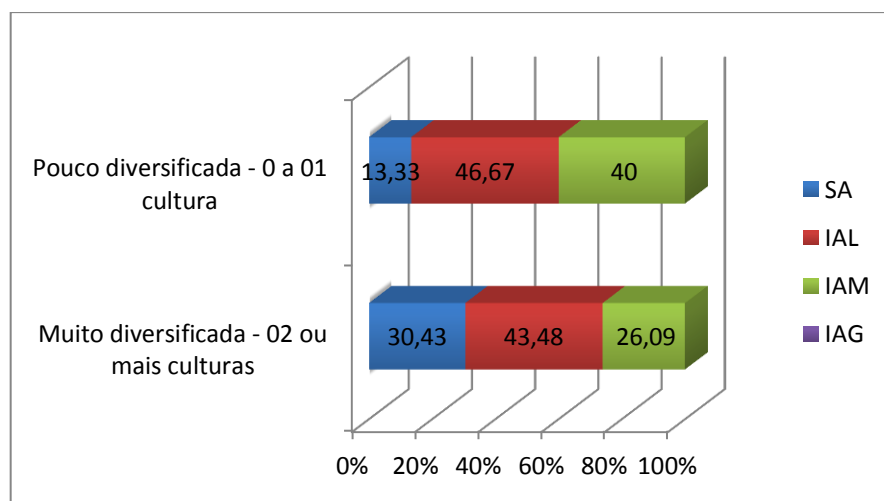


Fonte: Elaboração própria.

4.2.4 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar X perfil produtivo

A diversificação da produção das famílias proporciona estágios mais favoráveis quanto a segurança alimentar das mesmas, apresentando um percentual de 30,43% em condições de SA e reduz os percentuais de IAM. Conforme pode ser visto no GRÁFICO 41, as famílias com maior diversificação de culturas apresentam 69,57% de IA, enquanto que as pouco diversificadas apresentam 86,67%.

GRÁFICO 41 - Relação entre perfil produtivo e o nível de (in) segurança alimentar das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades



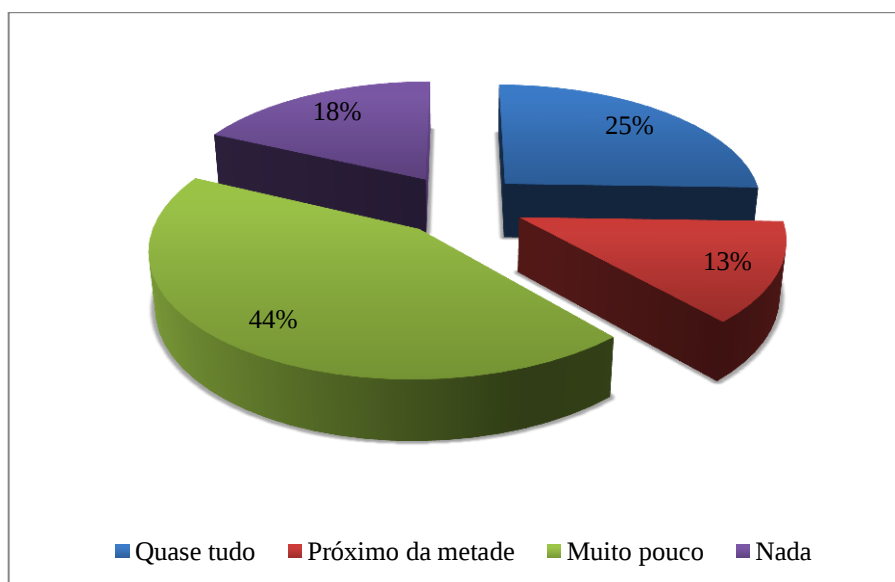
Fonte: Elaboração própria.

4.2.5 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar X autoconsumo

A categoria de análise autoconsumo é representada a seguir pelos GRÁFICOS 42, 43 e 44 (assentamentos e pequenas propriedades rurais) e pelos QUADROS 8, 9 e 10 (distritos), que demonstram a relação entre as faixas percentuais de consumo de produtos produzidos no próprio lote frente ao consumo total e os níveis de (in) segurança alimentar verificados. Alguns estudos revelam uma tendência à diminuição de níveis mais críticos de insegurança alimentar quanto maior for o percentual de autoconsumo.

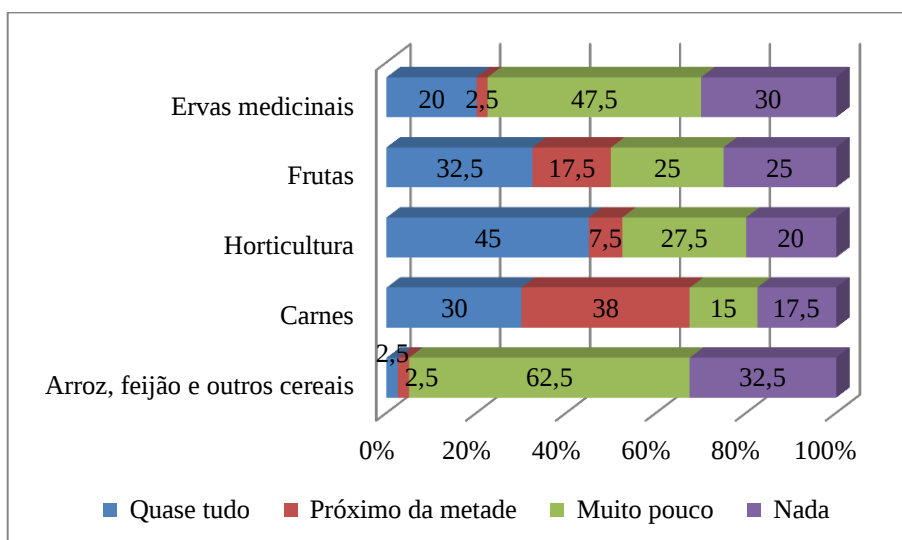
Pode-se afirmar que essa tendência não se confirmou na pesquisa realizada, o que pode ser visto nos GRÁFICOS 42 e 44. Muito pouco do que é consumido pelas famílias é produzido por elas.

GRÁFICO 42 - Produtos consumidos vindos da propriedade

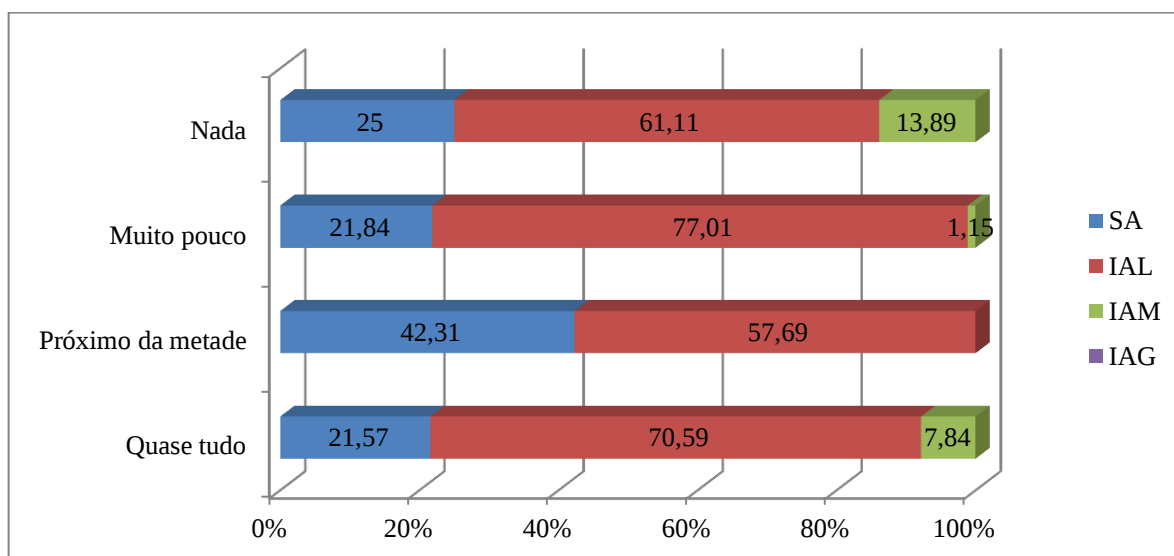


Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa apontou que 25% das famílias consomem quase tudo produzido na propriedade (GRÁFICO 43). Dentre elas que consomem quase tudo vindo da propriedade, 70,59% estão em condição de IA. A conclusão é que quanto menor a renda destas famílias, maior o autoconsumo.

GRÁFICO 43 – Tipos de produtos consumidos vindos da propriedade

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 44 - Classificação das famílias beneficiárias de acordo com produção alimentos para autoconsumo e o nível de (in) segurança alimentar

Fonte: Elaboração própria.

Optou-se por demonstrar essa categoria de análise para os distritos de forma diferente devido possuírem modo de vida com características urbanas e não possuem áreas suficiente para produção.

A aquisição no supermercado foi considerada pelos beneficiários dos distritos a principal forma de obtenção de alimentos, seguida pela produção de alimento para autoconsumo e por último pela ajuda de parentes e amigos. Vale destacar que a forma de acesso por meio de programas públicos de assistência alimentar não aparece em nenhum dos distritos.

Embora as famílias dos distritos tenham modo de vida diferente dos assentamentos, a produção de alimentos para autoconsumo aparece como uma das formas de acesso para obtenção de alimentos. No QUADRO 8, observa-se que no distrito de Ouroana 92,43% das famílias que estão em SA adquirem seus alimentos nos supermercados e que o maior percentual de famílias que produzem alimentos para autoconsumo estão em IA.

QUADRO 8 – Relação entre formas de acesso à alimentação das famílias residentes no distrito de Ouroana e o nível de (in) segurança alimentar

FORMAS DE ACESSO	EBIA			
	SA	IAL	IAM	IAG
	%	%	%	%
Compra de Alimentos no Supermercado	92,43	88,31	86,36	84,85
Doação/Ajuda de Parentes e Amigos	1,51	2,60	4,55	-
Produção de Alimentos para Autoconsumo	6,06	9,09	9,09	15,15
Programas Públicos de Assistência Alimentar	-	-	-	-
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Nos distritos de Riverlândia e Lagoa do Bauzinho (QUADROS 9 e 10) a situação também não difere quanto à ordem da forma de acesso a alimentação. A maioria das famílias adquire seus alimentos no supermercado.

QUADRO 9 – Relação entre formas de acesso à alimentação das famílias residentes no distrito de Riverlândia e o nível de (in) segurança alimentar

FORMAS DE ACESSO	EBIA			
	AS	IAL	IAM	IAG
	%	%	%	%
Compra de Alimentos no Mercado	94,95	95,46	90,91	-
Doação/Ajuda de Parentes e Amigos	1,01	3,41	9,09	-
Produção de Alimentos para Autoconsumo	4,04	1,14	-	-
Programas Públicos de Assistência Alimentar	-	-	-	-
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Entre as famílias que estão em SA, 6,06% produzem alimentos para autoconsumo e as que estão em IAG, 15,15% produzem alimentos para autoconsumo. A realidade apresentada pelo distrito de Ouroana remete a ideia que o fator renda influencia diretamente no aumento

da produção para autoconsumo. O distrito em questão foi o que apresentou menor percentual de famílias que ganham acima de oitocentos e um reais (10%).

QUADRO 10 – Relação entre formas de acesso à alimentação das famílias residentes no distrito de Lagoa do Bauzinho e o nível de (in) segurança alimentar

FORMAS DE ACESSO	EBIA			
	AS	IAL	IAM	IAG
	%	%	%	%
Compra de Alimentos no Mercado	90,91	97,73	100	100
Doação/Ajuda de Parentes e Amigos	4,54	2,27		
Produção de Alimentos para Autoconsumo	4,55			
Programas Públicos de Assistência Alimentar	-	-	-	-
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Nestes dois casos, as famílias que produzem para autoconsumo concentram-se na condição de SA, ao contrário do que ocorre no distrito de Ouroana, o que fortalece a ideia de que o fator renda nestes três casos influencia na forma de acesso a alimentação, ou seja, quanto maior a renda, menor produção de alimentos para autoconsumo. É importante ressaltar que, o distrito de Riverlândia, 30% das famílias têm uma renda acima de oitocentos e um reais e o distrito de Lagoa do Bauzinho esse índice é de 28,57% contra 10% do distrito de Ouroana. Outro fator que também chamou atenção na pesquisa é que o distrito de Ouroana é o que mais se aproxima do modo de vida rural.

4.2.6 Valor do benefício do PBF x EBIA

Este cruzamento só foi possível fazer para um dos distritos, uma vez que as famílias apresentaram dificuldade em informar o valor correto recebido. Por diversas vezes foram realizadas consultas no Portal da Transparência para confirmação e levantamento do valor recebido pelos titulares, mas o sistema apresentava erro.

Assim, optou-se por apresentar no QUADRO 11 dados de pelo menos um dos distritos, no caso Ouroana, por apresentar maior confiabilidade.

Observa-se que quanto maior o valor do benefício maior o nível de SA. As famílias que recebem entre cento e trinta e cinco reais e cento e noventa e oito reais apresentam

percentual maior de SA e menor nível de IA. Acredita-se que a conclusão seria a mesma em relação aos demais locais pesquisados.

QUADRO 11 – Relação entre valor do benefício do PBF das famílias residentes no distrito de Ouroana e o nível de (in) segurança

VALOR DO BENEFÍCIO	EBIA			
	SA	IAL	IAM	IAG
	%	%	%	%
Até R\$ 70,00	16,67	28,57	25,00	-
R\$ 71,00 a R\$ 134,00	16,67	42,87	25,00	66,66
R\$ 135,00 a R\$ 198,00	50,00	14,28	25,00	33,34
Acima de R\$ 199,00	-	14,28	25,00	-
n.i.	16,66	-	-	-
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido demonstra a importância da discussão da avaliação das políticas sociais direcionadas para a segurança alimentar das famílias rurais, em especial o Programa Bolsa Família. Observa-se interesse por parte do governo e da população na avaliação dos programas e das políticas públicas, avaliação essa que reflete maior transparência em suas ações.

Dentre as variáveis pesquisadas, foi observado que os principais entraves para a efetividade social do programa em elementos de segurança alimentar das famílias em questão consistem na baixa renda, baixa escolaridade, ausência de atividades pluriativas, dificuldade de acesso ao crédito, falta de qualificação, ausência de assistência técnica e trabalho informal no caso dos distritos.

Ao caracterizar as famílias foi detectada pouca participação das famílias dos distritos em grupos e organizações. Nos assentamentos, essa participação é mais efetiva e contribui principalmente no acesso de informações relacionadas à atividade desenvolvida.

Outro dado obtido pela caracterização é a quantidade de membros da família residentes no imóvel; tanto nos distritos quanto nos assentamentos há pelo menos quatro moradores. 95,75% das famílias pesquisadas possuem filhos menores de 18 anos. Levando em consideração que a renda destas famílias fica em torno de 01 e 02 salários mínimos, justifica-se o fator renda como um limitador ao acesso de bens de consumo, alimentação e melhores condições de moradia.

Ressalta-se que a maioria das famílias dos distritos tem dificuldade a emprego, e a maioria trabalha na informalidade. Embora a questão trabalho seja um pouco diferente para as famílias assentadas, por terem acesso a terra, as mesmas enfrentam dificuldade de permanecer na terra. Percebeu-se baixa qualificação das famílias, pouca diversificação da produção e uma grande dificuldade no acesso a políticas públicas. Existem políticas de crédito específicas, mas, devido à inadimplência que vem desde a fase inicial do assentamento essas famílias não conseguem acessá-las.

Em um dos assentamentos pesquisados 50% das famílias ali residentes não trabalham em seus lotes, buscando alternativas em propriedades vizinhas ou até mesmo na cidade. Segundo as famílias as condições do solo deste local não permitem muita diversificação, e a atividade da pecuária é a que prevalece (50%). As famílias só recebem assistência técnica por meio das cooperativas e associações a que pertencem. As famílias que não estão associadas às

cooperativas ou associações recebem gratuitamente assistência das empresas das quais adquirem insumos agrícolas.

Observou-se que as famílias residentes nos distritos têm uma alimentação bastante restrita, muitas delas não consomem frutas e verduras. Segundo os relatos, nem sempre há verduras e frutas frescas para aquisição nos supermercados locais, pois estes produtos normalmente vêm de Rio Verde (GO) e estão disponíveis para venda em poucos dias da semana, deteriorando-se rapidamente.

O cruzamento das variáveis com os níveis de (in) segurança alimentar permitiu identificar as principais dificuldades das famílias e oportunidades para alcançar a Segurança Alimentar. De acordo com a análise feita no capítulo anterior as variáveis renda e escolaridade interferem diretamente na Segurança Alimentar das famílias. Quanto maior a renda, melhor os níveis de Segurança Alimentar. A maioria das famílias complementa a renda com o valor do benefício do PBF que, segundo eles contribui de forma significativa nos gastos com alimentação.

A efetividade do programa, em relação à gestão, traduz-se no esforço e comprometimento quanto às metas de cadastramento e recadastramento das famílias. As famílias foram unânimes em informar que são bem atendidas e não tinham reclamações a fazer quanto à gestão local, que foi considerada por todos como “boa”, apesar de 100% afirmarem nunca terem sido visitados pela assistência social e educação.

Embora o município apresente bons índices em relação ao acompanhamento das condicionalidades, percebeu-se deficiência no Eixo Condicionais, especificamente na área da saúde e assistência social. No caso da saúde, exemplifica-se o caso de um dos assentamentos que está há vários meses sem cobertura de agentes de saúde. Em relação à assistência social, 100% das famílias entrevistadas nunca receberam ou tiveram algum contato com assistentes sociais. O único contato destas famílias com a gestão municipal é quando do cadastramento e recadastramento no Cadastro Único.

O Eixo Programas Complementares consiste no desenvolvimento de ações que envolvam as famílias de modo que os beneficiários consigam superar a situação da pobreza. Essas ações são bastante diversificadas e incluem capacitação profissional, geração de trabalho e renda, ampliação de escolaridade, acesso e melhoria nas condições habitacionais e desenvolvimento local. Identificou-se por meio das entrevistas que este eixo é bastante frágil. As famílias disseram que nunca foram informadas, nunca fizeram nenhum curso de capacitação profissional oferecido pelo PBF e desconhecem esse tipo de ação.

Em um dos assentamentos estava acontecendo um treinamento por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego¹⁴ (PRONATEC) promovido pelo Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde (IF Goiano). Em conversa com o coordenador adjunto do PRONATEC do IF Goiano, o mesmo informou que este curso estava sendo realizado com a articulação da associação do assentamento. Disse ainda que nunca foram procurados pelas entidades municipais para a realização de cursos no rural e que recentemente haviam procurado a Secretaria Municipal da Educação para articular a realização do PRONATEC no campo, mas não foram bem recebidos e que por isso hoje só estão atendendo o urbano. De acordo com informações levantadas junto aos órgãos locais que oferecem o PRONATEC, ainda não foi formada nenhuma turma do PRONATEC no campo em Rio Verde devido a problemas burocráticos. Inclusive o treinamento que foi oferecido no assentamento foi realizado com recursos do PRONATEC urbano.

Percebe-se que na área urbana existem muitas ações sendo realizadas no CRAS, no entanto na área rural nenhuma ação que contempla o Eixo Programas Complementares está sendo desenvolvida. O papel do CRAS é fundamental junto às famílias, e isso só ocorre nos distritos.

Propõe-se que seja criada área específica na gestão local para atender especialmente as famílias rurais devido às suas peculiaridades. As famílias têm dificuldade de deslocamento até a cidade para atendimento nas diversas áreas, principalmente da saúde e assistência social. Em todos os assentamentos existe uma sede que é destinada ao atendimento de atividades conjuntas da comunidade. Este espaço poderia ser utilizado para oferecimento de cursos, palestras, atendimento médico e funcionar como um ponto de apoio para os agentes de saúde e assistentes sociais. Dentro do Eixo Programas Complementares, sugere-se o envolvimento e comprometimento da Secretaria Municipal da Agricultura, proporcionando assessoria técnica, o que permitiria maior qualificação destas famílias e até mesmo aumento da renda.

Na problematização do estudo, foram levantados os seguintes questionamentos: Quais são as efetividades do Programa Bolsa Família para os elementos de Segurança Alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde (GO)? Existe diferença na efetividade do Programa Bolsa Família entre as famílias residentes nos distritos e assentamentos rurais?

Para estes questionamentos levantaram-se as seguintes hipóteses: a) o PBF traz resultados relevantes no que diz respeito à exclusão de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza e tem efeitos significativos em elementos de segurança alimentar; b) as

¹⁴ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2012b).

famílias residentes em assentamentos rurais possuem prioridades e modo de vida diferenciado, com isso a efetividade do programa é diferente.

Os estudos já realizados em nível nacional e dados divulgados pelo governo apontam que o Programa Bolsa Família traz benefícios à segurança alimentar de seus beneficiários, e o governo reitera que o programa retirou um número satisfatório de famílias da linha de extrema pobreza.

Partindo de todas as análises, a pesquisa aponta que o PBF contribui parcialmente no que diz respeito à efetividade em elementos de segurança alimentar. É importante ressaltar que, no universo empírico estudado, apenas o Eixo Transferência de Renda que promove o alívio imediato da pobreza é contemplado. Percebeu-se que a renda, propicia uma evolução dos níveis de segurança alimentar dos beneficiários e neste sentido o PBF traz efetividade. O Eixo das Condicionalidades e Programas Complementares não atendem aos objetivos propostos, como já foi relatado acima.

A efetividade revela em que medida a correspondência entre os objetivos traçados em um programa e seus resultados foram atingidos. Em consonância com este conceito conclui-se que o programa traduz parcialmente em efetividade por entender que os objetivos propostos nos eixos do programa não estão sendo atingidos e os resultados não estão sendo monitorados.

Percebe-se que existe uma preocupação da gestão em monitorar as famílias e auxiliá-las a superar as dificuldades. No entanto, essa gestão concentra-se esforços apenas nas famílias urbanas. As famílias residentes em áreas urbanas estão mais próximas da gestão e isso talvez implique maior cobrança.

Em relação à diferença na efetividade do Programa Bolsa Família entre as famílias residentes nos distritos e assentamentos rurais, verificou-se que as famílias residentes nos distritos têm maior facilidade em acessar as ações desenvolvidas pela gestão local para atender o Eixo das Condicionalidades e Programas Complementares. Com a implantação do CRAS nos distritos irá gerar oportunidades de capacitação, de trabalho e renda, que são elementos necessários à emancipação destas famílias e irá ter reflexo direto nos níveis de segurança alimentar e traduzirá em maior efetividade do programa nos distritos.

O ciclo da política pública é constituído de agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação. A pesquisa revelou que o PBF no universo empírico estudado não completa o ciclo com o estágio de avaliação. A avaliação constitui exame sistemático do programa e destaca-se como um instrumento valioso para a gestão. Ela permitiria, no caso específico, a identificação das fragilidades levantadas pela pesquisa, a transparência das ações

e correções do programa. Os resultados do programa com as famílias rurais não são monitorados pelo governo e atores sociais.

Atualmente as famílias só são excluídas do programa caso haja descumprimento das condicionalidades, denúncia de irregularidades e cruzamentos de dados que identifiquem renda superior ao permitido. O diagnóstico, o acompanhamento e a busca ativa das famílias vulneráveis permitiriam identificar beneficiários que não se enquadram nas exigências do programa a inclusão de famílias que estão em vulnerabilidade social.

Todas as famílias entrevistadas estão há mais de dois anos no programa, a maioria delas não sabe precisar desde quando. Existem famílias que estão sendo beneficiadas desde a implantação, ou seja, há dez anos.

Os resultados da pesquisa alertam para a importância da integração do PBF com outros programas sociais para melhoria nos índices de segurança alimentar; da saúde; da educação (pelo baixo grau de escolaridade); da capacitação (pela grande porcentagem de famílias residentes nos distritos) sem registro em carteira e desempregados; e principalmente na alimentação, visto que os maiores gastos das famílias são com alimentos, na qual o PBF tem grande representatividade, principalmente nas famílias com os níveis mais altos de IA. Há a necessidade de intensificar estratégias de comunicação em relação ao conhecimento do programa pelos beneficiários, pois a falta de comunicação dificulta a inserção das famílias em outros programas sociais.

Diante disso sugerem-se algumas propostas que contribuiriam para a garantia de maior independência, inclusão na sociedade e retirada destas famílias da situação de vulnerabilidade social:

- Estratégias de divulgação do programa para as famílias (melhorar comunicação);
- Diagnóstico e acompanhamentos das famílias pela assistência social;
- Ações específicas que possam contribuir na qualificação profissional;
- Implementação de programas direcionados à educação alimentar e à saúde das famílias rurais;
- Plano de ação de atividades conjuntas entre as secretarias da educação, saúde, assistência social e agricultura;
- Implementação do Conselho de Segurança Alimentar;
- Envolvimento da secretaria da agricultura, Meio ambiente e órgãos oficiais que fornecem assessoria técnica e desenvolvem pesquisas;
- Implantação do PRONATEC no campo;
- Incentivo e campanhas de práticas ambientais sustentáveis;

- Incentivo para que as famílias assentadas produzam alimentos sem riscos tóxicos ou nocivos para autoconsumo;
- Busca ativa das famílias vulneráveis e monitoramento das famílias já beneficiadas através de diagnóstico pelas assistentes sociais.

Os produtos propostos nesse estudo serão caminhos importantes de avaliação continuada e de transferência de conhecimento ao poder público dessa política social tão relevante, especificamente para as famílias rurais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar**: análise comparativa entre municípios paulistas. Campinas: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008.

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo *et al.* Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.

ALVES FILHO, Manuel. Lançado portal para diagnosticar a real dimensão da fome no Brasil. **Jornal da Unicamp**, 20 fev./5 mar. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2006/ju313pag04.html>. Acesso em: 17 jan. 2013.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia para avaliação de políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BENINI, Édi A. *et al* (Org.). **Gestão pública e sociedades**: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Disponível em: <<http://cirandas.net/cfes-nacional/livro-gestao-publica-sociedade.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/Lei_Bolsa_Familia_10_836_09_01_2004.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 31 mar. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar**. 2012a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. _____. O impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise das diferenças a partir da PNAD. **Boletim de Estudos Educacionais do INEP**, Brasília, ano 3, n. 6, 2011. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/na_medida/BNMedida-ano-3-N6-Jan2011.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas. **Documento síntese**. 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/seg-al-repercussões-do-bolsa-família.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2006b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuário.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

_____. _____. **Levantamento sistemático da produção agrícola de Rio Verde (GO)**. Cidade, 05 mar. 2014a. Dados recebidos por e-mail de <gislene@ibge.gov.br> em: 5 mar. 2014.

_____. _____. **Segurança alimentar**. 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2012.

_____. _____. **Censo demográfico**. 2010b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521880&search=goias|rio-verde>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Pronatec**. 2012b. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil Sem Miséria**. 2014b. Disponível em: <<http://www.brasilemmiseria.gov.br/apresentação>>. Acesso em: 31 março 2014.

_____. _____. **Bolsa Família**. 2013a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Bolsa Família – Benefícios**. 2013b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Bolsa Família – Cadastro Único**. 2013c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Bolsa Família – Condicionalidades**. 2013d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Bolsa Família – Gestão Descentralizada**. 2013e. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestãodescentralizada>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Bolsa Família – Controle Social**. 2013f. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/controlesocial>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Bolsa Família – Fiscalização**. 2013g. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/fiscalizacao>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Bolsa Família – Capacitação**. 2013h. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. _____. **Relatório de Informações Bolsa Família e Cadastro Único**. 2014c. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

_____. _____. **A extrema pobreza no seu município**. 2014d. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza>. Acesso em: 19 abr. 2014.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome o dilema brasileiro: pão ou aço**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. **Interfaces de Saberes**, João Pessoa, v. 6, p. 1-13, 2006.

CRAVEIRO, Clélia Brandão; XIMENES, Daniel de Aquino. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. p. 109-124.

CUNHA, Carla Giane Soares. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

FREY, Klaus. **Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira**. 1999. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/site/arquivos/Cadernos%20PPGSP%2018.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

GOIÁS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás. **Emater Regional Sudoeste**. 2013a. Disponível em: <<http://www.emater.go.gov.br/w/556/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB. **PIB: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 2010**. Goiânia: SEGPLAN, 2012. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2010/pibmun2010.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2013.

_____. _____. **PIB: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 2011**. Goiânia: SEGPLAN, 2013b. Disponível em:

<<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2011/pibmun2011.pdf> >. Acesso em: 17 jan. 2013.

_____. _____. _____. **Perfil Socioeconômico - Rio Verde**. Goiânia: SEGPLAN, 2013c. Disponível em:

<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/perfil_bde.asp?vprint=1&munic=198&ASP=4,5,7,2,3,6,>. Acesso em: 17 jan. 2013.

GUERRERO, Iris Cecília Ordonez. **Segurança alimentar no assentamento rural Horto Vergel - Mogi Mirim/SP**. 2009. 89f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola)– Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

MACEDO, Fernando C. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 35-50, jan./abr. 2013.

MAGALHÃES JÚNIOR, Helvécio Miranda Magalhães; JAIME, Patricia Constante; LIMA, Ana Maria Cavalcante de. O papel do setor saúde no Programa Bolsa Família: histórico, resultados e desafios para o Sistema Único de Saúde. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013. p. 93-108.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. **Caderno “Segurança Alimentar”**. Rio de Janeiro: Fórum Social Mundial, 2000. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

MALUF, Renato S; VALENTE, Flávio. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, 1996. p. 66-88. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2011.

MENEZES, Francisco. **Panorama atual da segurança alimentar no Brasil**. Brasília: IBASE, 1998. Disponível em: <<http://amar-bresil.pagesperso-orange.fr/documents/secual/san.html> >. Acesso em: 5 nov. 2012.

MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (Org.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Edur, 2010; Maud X, 2010.

ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas-SP: Alínea, 2007.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. p. 25-46.

PAULILLO, Luiz Fernando; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 45-67, 2005.

PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco (Org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

PAULILLO, Luiz Fernando; PESSANHA, Lavínia. Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Conexões, Implicações e Regionalização. In: PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco (Org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Edufscar, 2009.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Política nas políticas**. Rio de Janeiro: Edur, 2009; Maud X, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. 1998. Disponível em: <<http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/Analisepoliticaspublicas.PDF>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 1., 2007, Belo Horizonte/MG. **Resumos...** Belo Horizonte/MG: Cedeplar/UFMG, 2007. p. 1-19.

SANTOS, Leandro de Lima. **Políticas públicas de reforma agrária e segurança alimentar: análise comparativa dos agricultores familiares no território rural Vale do Rio Vermelho - GO**. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio)–Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; SALLES-COSTA, Rosana. Novas possibilidades de alimentação a caminho? **Democracia Viva**, n. 39, p. 68-73, jun. 2008.

SILVA, Pedro Luis Barros (Coord.). **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final**. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas: NEPP-UNICAMP, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada (Coord.). **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

TAKAGI, Maya; BELIK, Walter. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: ORTEGA, Antônio Cesar; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 187-207.

TRALDI, Daiane Roncato Cardozo. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP**: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. 2011. 192f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente)–Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2011.

TUDE, João Martins. Conceitos gerais de políticas públicas. In: FERRO, Daniel dos Santos; SANTA, Fábio Pablo; TUDE, João Martins (Org.). **Políticas públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2009.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ANEXOS

ANEXO A - Autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Verde (GO)



Prefeitura Municipal de Rio Verde-GO
Secretaria Municipal de Assistência Social
Fundação Municipal de Assistência Social
"Altair Coelho de Lima"

Rio Verde, 18 fevereiro de 2013.

AUTORIZAÇÃO

Eu, Clarice Leão Ferreira Martins, na condição de Secretária Municipal de Assistência Social de Rio Verde, autorizo Frankcione Borges de Almeida, portadora RG 3122605-794813 SSP-GO, aluna do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás a realizar aplicação de entrevista e questionários juntamente a família rurais beneficiárias do Programa Bolsa Família e sua Gestão a fim de coletar dados para sua pesquisa de mestrado.


Secretária Municipal de Assistência Social
Clarice Leão Ferreira Martins
Clarice Leão F. Martins
Secretária de
Promoção Social

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ENDEREÇO: RUA AUGUSTA BASTOS Nº 882 – CENTRO
TELEFONE: (64) 3602-8800 / Fax: (64) 3602-8804

ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Goiânia, 25/03/2013.

PARECER CONSUBSTANCIADO REFERENTE AO PROJETO DE PESQUISA, PROTOCOLADO NESTE COMITÊ SOB O Nº: 047/13

I – Identificação

- Título do projeto: *Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde – GO*
- Pesquisador Responsável: Frankcione Borge de Almeida
- Orientador (quando necessário): Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
- Pesquisadores participantes: Não há.
- Instituição onde será realizado o estudo: Programa de Pós-Graduação em Agronegócio/ Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos/ UFG
- Data de apresentação ao CEP/UFG: 21/02/2013
- Área Temática:

Comentários do relator frente à Resolução CNS 196/96 e complementares em particular sobre:

II – Estrutura do Protocolo (verificação dos documentos solicitados)

O pesquisador apresentou os seguintes documentos: Folha de Rosto do CEP, Folha de Rosto da CONEP, Endereço de Curriculum Lattes do pesquisador adequado à proposta de pesquisa, Termo de Compromisso assinado pelos pesquisadores, Termo de Anuência, TCLE, Projeto de Pesquisa com Cronograma adequado e instrumento de coleta. O pesquisador não apresentou o orçamento viável da Pesquisa.

III – Projeto de pesquisa

O pesquisador propõe no presente projeto de pesquisa investigar a eficácia da gestão, dos entraves institucionais, e da efetividade das políticas sociais na segurança alimentar de famílias rurais, através de uma avaliação da efetividade do Programa Bolsa na segurança alimentar de famílias rurais assistidas no município de Rio Verde (GO), e a eficácia de sua gestão local. O pesquisador utilizará como metodologia quantitativa e qualitativa, através da aplicação de questionário semi-estruturado, entrevistas abertas com a população beneficiada com o Programa Bolsa Família e gestores do programa na Secretaria de Assistência Social.

Palavras-chave: Política Social, Bolsa Família, Família Rural

IV- Análise das Questões Éticas

À luz das questões éticas, o pesquisador define como sujeitos de pesquisa 100 pessoas maiores de 18 anos, entre beneficiados do Programa Bolsa Família e gestores do Programa na Secretaria de Assistência Social de Rio Verde. No projeto de pesquisa, o

1

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFG, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1,
Campus Samambaia (Campus II) - CEP:74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.
Email: cep.prppg.ufg@gmail.com

V2
BS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



pesquisador define os critérios de participação, inclusão/exclusão e interrupção da pesquisa. Há uma descrição clara do desenho e metodologias do projeto adequados aos objetivos da pesquisa. O pesquisador faz uma avaliação dos riscos e benefícios da pesquisa. O pesquisador não dá esclarecimentos suficientes sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo, em que lugar.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O TCLE informa, em linguagem clara, dados suficientes sobre a pesquisa, como a identificação do pesquisador, os objetivos e aspectos da metodologia da pesquisa. Este documento também situa os sujeitos envolvidos quanto à participação ser voluntária, sobre os possíveis desconfortos, riscos e benefícios da participação na pesquisa.

V- Parecer do CEP

- Protocolo "Com pendência", s. m. j. deste Comitê. Listar as pendências que deverão ser atendidas pelos pesquisadores antes do início da coleta de dados.

O pesquisador tem 60 dias (sessenta) para responder as pendências solicitadas. Após esse prazo, o projeto será considerado retirado e posteriormente havendo interesse, deverá ser apresentado novo protocolo e reiniciado o processo de registro (CNS 196/96). Verificar datas de entrega de relatórios parciais e finais.

Pendências:

- 1) O pesquisador precisa apresentar um orçamento viável da pesquisa, incluindo, principalmente, a fonte do financiamento.
- 2) O pesquisador precisa dar esclarecimentos suficientes sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo, em que lugar.

VI – Data da reunião: 25 de março de 2013

Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Goiânia, 15/04/2013

PARECER CONSUBSTANCIADO REFERENTE AO PROJETO DE PESQUISA, PROTOCOLADO NESTE COMITÊ SOB O Nº: 047/13

I – Identificação

- **Título do projeto:** Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde – GO.
- **Pesquisador Responsável:** Frankcione Borge de Almeida
- **Orientador (quando necessário):** Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
- **Pesquisadores participantes:** Não há.
- **Instituição onde será realizado o estudo:** Programa de Pós-Graduação em Agronegócio/ Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos/ UFG
- **Data de apresentação ao CEP/UFG:** 21/02/2013
- **Área Temática:**
- **Atendimento de Pendências:**
 - 1) O pesquisador precisa apresentar um orçamento viável da pesquisa, incluindo, principalmente, a fonte do financiamento.
 - 2) O pesquisador precisa dar esclarecimentos suficientes sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo, em que lugar.

Parecer do CEP

Após análise do projeto “Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde – GO”, verificou-se que o mesmo atendeu às pendências solicitadas e encontra-se aprovado, s.m.j. deste comitê.

Data da reunião: 15 de abril de 2013

Prof. João Batista de Souza

Coordenador / CEP / UFG

Prof. João Batista de Souza

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFG

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFG, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1,
Campus Samambaia (Campus II) - CEP:74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.
Email: cep.prppg.ufg@gmail.com

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é **Frankcione Borges de Almeida**, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é **Agricultura Familiar e Agronegócio**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es) responsável(is), **Frankcione Borges de Almeida** nos telefones: (64) 3613-3220, (64) 9643-9028. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

Título: Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO).

Justificativa: O presente estudo irá apresentar a discussão da eficácia da gestão, dos entraves institucionais e da efetividade das políticas sociais na segurança alimentar de famílias rurais. Um dos maiores desafios do governo é conciliar o crescimento econômico com a erradicação da pobreza, principalmente no meio rural, salientando a necessidade de diminuir a desigualdade social e setorial. Segundo Menezes (1998), o Brasil segue uma tendência mundial em que se identifica uma maior pobreza e a maior carência nutricional no meio rural. Mesmo com os significativos avanços obtidos nos últimos oito anos em nível de gestão do governo federal em termos de formulação de política pública, mudanças na legislação, ampliação do crédito produtivo e aumento da produção, de acordo com os dados do IBGE (2010), a prevalência de Insegurança Alimentar (IA) moderada ou grave foi maior nos domicílios das áreas rurais do que nos das áreas urbanas. Sabe-se que os maiores problemas na dimensão dessas políticas públicas são a eficiência, a eficácia e a continuidade. Isso deixa aberto o caminho dessas iniciativas, isto é, se elas poderão representar casos concretos de políticas públicas locais, se são apenas programas que duram determinado período ou ainda apenas instrumentos sem políticas e políticas com instrumentos ineficazes (ALMEIDA, 2008). Os produtos propostos nesse estudo serão caminhos importantes de avaliação continuada e de transferência de conhecimento ao poder público dessa política social tão relevante, especificamente para as famílias rurais. Para tanto, será realizado um estudo com famílias rurais beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Rio Verde (GO).

Objetivos e Procedimentos:

Avaliar a eficácia da gestão, entraves institucionais e organizacionais e a efetividade social do Programa Bolsa Família na segurança alimentar tratada de maneira ampla, dando enfoque à realidade das famílias rurais do município de Rio Verde (GO) e apontar as diferenciações com o meio urbano do município de Araraquara (SP).

Caracterizar a situação socioeconômica e o nível de (in) segurança alimentar das famílias rurais beneficiárias do Programa Bolsa Família;

Correlacionar o nível de (in) segurança alimentar das famílias com as variáveis socioeconômicas;

Avaliar a eficácia e entraves da Gestão Municipal nos eixos de atuação do Programa Bolsa Família;

Analisar o estudo feito no município de Araraquara – SP com famílias urbanas beneficiárias do Programa Bolsa Família e fazer um comparativo com o presente estudo;

Propor condicionalidades específicas do Programa Bolsa Família para o rural.

A sua participação da pesquisa não representará nenhum risco para si.

Não está previsto qualquer tipo de benefício, pagamento ou gratificação financeira pela sua participação da pesquisa.

Não está prevista qualquer tipo de indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa;

Você não será de forma alguma cobrado valor algum pela sua participação da pesquisa, sendo que todos os custos envolvidos são da inteira responsabilidade do pesquisador.

Para a realização da nossa entrevista/questionário, precisaremos entre 1 a 2 horas de tempo e a nossa sessão poderá ter lugar em sua casa, na sua comunidade ou no seu local de trabalho.

Para o registro das informações utilizaremos um gravador e máquina fotográfica com a sua prévia autorização.

Ao responder o questionário, lembre-se que você não está obrigado a responder às perguntas que possam ocasionar-lhe constrangimentos de alguma natureza.

Você pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

As informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e não serão fornecidas a terceiros e serão utilizadas somente para os objetivos da pesquisa.

Frankcione Borges de Almeida
(Pesquisadora)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)** como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) **Frankcione Borges de Almeida** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

**ANEXO D - Formulário Socioeconômico e Sócio-Demográfico das Famílias Rurais
Beneficiárias do Programa Bolsa Família em Rio Verde (GO).**



UFG

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

QUESTIONÁRIO

**Pesquisa do perfil socioeconômico das famílias rurais beneficiárias do
Programa Bolsa Família em Rio Verde (GO)**

Nº do questionário: _____

Data: ____/____/____

Nome do entrevistador: _____

Nome do Entrevistado: _____

Sexo: () Feminino () Masculino Data de Nascimento: ____/____/____

Município de Nascimento: _____ UF: _____

Local da entrevista: () Assentamento () Distrito () Outros

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Área total da propriedade: _____ ha ou _____ alqueires;

Número de pessoas da família que trabalha na propriedade agrícola: _____;

Responsável pela gestão da produção agrícola (grau de parentesco): _____;

A renda da produção agrícola é responsável por:

- ☐ 0 a 25% do total da renda familiar;
☐ De 25,1 a 50% da renda familiar;
☐ De 50,1 a 75% da renda familiar;
☐ De 75,1 a 100% da renda familiar.

É beneficiário (a) de qual (is) programa (s)?

- ☐ Pronaf tipo: _____;
☐ Programa de Assentamentos Rurais;
☐ Programa Bolsa Família (PBF);
☐ Programas de Segurança Alimentar;*
☐ Outros. Qual (is)? _____.

*Merenda Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Restaurante Popular, Programa Direto do Campo, Banco de Alimentos, Hortas Escolares e Comunitárias, Agroindústrias familiares (processa algum produto?), Cozinhas Comunitárias.

Quem é responsável pela alimentação familiar? (Essa pessoa responderá o Módulo II. Caso não for possível, verificar se o próprio entrevistado tem informações da alimentação da própria residência)

_____.

MÓDULO I- INFORMAÇÕES GERAIS DO DOMICÍLIO

Qual a área de localização do domicílio?

(referência do lugar:_____)

Qual é o seu ENDEREÇO?

Tipo de logradouro |____|(Av; R; Pç; Tv)

Nome do logradouro |_____

Nº do logradouro |_____

Bairro/lote |_____

CEP |_____-_____-_____|

Telefone residencial |_____-_____-_____|

Celular |_____-_____-_____|

Cidade: |_____

Qual a situação do domicílio?

- 1() Própria, já paga 2() Própria, ainda pagando 3() Alugada
4() Cedida 5() Outra condição

Qual o material predominante na construção das paredes externas?

- 1() Alvenaria 2() Madeira 3() Taipa não-revestida 4() Palha 5() Outros

5.1. A água utilizada para consumo neste domicílio é proveniente de:

- 1() Rede geral de distribuição 2() Poço ou nascente 3() Caminhão Pipa
4() Cisterna de placa 5() Açude 6() Bica pública 7() Outra forma (anotar)

5.2. A água utilizada neste domicílio é proveniente de:

- 1() Rede geral de distribuição 2() Poço ou nascente 3() Caminhão Pipa
4() Cisterna de placa 5() Açude 6() Bica pública 7() Outra forma (anotar)

_____.

Existe banheiro com privada na sua casa?

- 1() Não 2() Sim (fora da casa) 3() Sim (dentro da casa)

Qual o destino dado ao lixo do domicílio e da propriedade? (Pode ser assinalada mais de uma opção)

- 1() Coletado pela prefeitura;
2() Queimado e/ou enterrado na propriedade;
3() Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à casa;
4() Jogado no córrego, rio, lago ou mar;
5() Outra forma (anotar) _____.

Qual o tipo de esgoto que há na casa?

- 1() Rede coletora de esgoto ou de chuva 2() Fossa 3() Vala 4() Direto para o rio, lago ou mar
5() Outra forma (anotar) _____.

Você tem fornecimento de energia elétrica em casa?

- 1() Sim, relógio próprio 2() Relógio compartilhado 3() Sem relógio 4() Não tem energia elétrica
5() Outra forma (anotar) _____.

O que mais usam para cozinhar?

- 1() Eletricidade 2() Gás de botijão 3() Gás encanado 4() Carvão ou lenha

5() Outros (especificar) _____. 6() Não utiliza nada/ não cozinha

Em sua residência existe? (1 – Sim; 2 – Não)

- () TV
 () Rádio
 () Telefone fixo
 () Telefone celular
 () Geladeira
 () Fogão
 () Microcomputador
 () Internet

Nos últimos 12 meses, quantas vezes sua residência recebeu visitas de agentes comunitários de saúde ou de assistentes sociais?

1() Nenhuma vez 2() Entre 1 e 2 vezes 3() Entre 4 e 6 vezes 4() Mais de 6 vezes 5() Não sabe/ não lembra

MÓDULO II- CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

01	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) teve preocupação que a comida acabasse antes que pudesse comprar mais comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
02	Nos últimos 03 meses, a comida acabou antes que o Sr. (a) tivesse dinheiro para comprar mais? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER

EM TODOS OS QUESITOS, O ENTREVISTADOR DEVE REFERIR OS ÚLTIMOS 03 MESES PARA ORIENTAR

03	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
OS QUESITOS DE 04 A 06 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS NOS DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS/ADOLESCENTES)	
04	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para sua (s) criança (s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque o dinheiro acabou? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
05	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescentes(s),

	menores de 18 anos, uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
06	Nos últimos 03 meses, a(s) criança(s)/adolescentes menores de 18 anos, não comeu(comeram) quantidade suficientes porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
07	Nos últimos 03 meses, o Sr. (a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
08	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
09	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) sentiu fome mas não comeu porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
10	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
11	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
	OS QUESITOS DE 12 A 15 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS NOS DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS/ADOLESCENTES)
12	Nos últimos 03 meses, o Sr.(a) alguma (s) vez (es) diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s) menores de 18 anos, porque não tinha dinheiro para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
13	Nos últimos 03 meses, alguma vez(es) o Sr.(a) teve que deixar de fazer uma refeição da sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque não havia dinheiro para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
14	Nos últimos 03 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, teve (tiveram) fome mas o Sr.(a) simplesmente não podia comprar mais comida?

	1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER
15	Nos últimos 03 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, ficou (ficaram) sem comer um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? 1() SIM 2() NÃO 3() NÃO SABE OU RECUSA A RESPONDER

MÓDULO III - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS:

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio.

Nº de ordem	Primeiro nome do morador	Sexo	Idade (anos ou meses)	Qual é sua raça/cor?	Relação de parentesco com o chefe do domicílio	Situação conjugal do chefe da família
		1-M 2-F	Anos/meses (anotar 00 para menor de 1 ano)	1. Branca 2. Negra 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena 6. Não sabe/ não responde	1. Chefe do domicílio 2. Esposo(a) /companheiro(a) 3. Filho(a) /enteado(a) 4. Pai, mãe, sogro(a) 5. Irmão(ã) 6. Neto(a), bisneto(a) 7. Nora, genro 8. Outro parente 9. Agregado(a)	1. Solteiro (a) 2. Casado (a) 3. Amasiado (a) 4. Separado (a) 5. Divorciado (a) 6. Viúvo (a)
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DA ESCOLARIDADE E TRABALHO:

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio.

	Frequênta creche ou escola? 1. Não 2. Sim, pública 3. Sim, privada	(Se frequênta creche ou escola) Qual o nível que frequênta? 1. Creche 2. Pré-escola 3. Ensino Fundamental 4. Ensino Médio 5. Supletivo do E. Fundamental 6. Supletivo do E. Médio 7. Pré-vestibular 8. Superior 9. Mestrado/Doutorado 10. Não sabe	Qual série está frequêntando? 1. Primeira 2. Segunda 3. Terceira 4. Quarta 5. Quinta 6. Sexta 7. Sétima 8. Oitava 9. NA	(se não frequênta) Até que série estudou e completou? 1. Sem escolaridade 2. Não sabe ler e escrever 3. Sabe ler e escrever 4. Fundamental (1ª a 4ªsérie) 5. Fundamental (5ª a 9ªsérie) 6. Ensino Médio Incompleto 7. Ensino Médio Completo 8. Superior Incompleto 9. Superior Completo 10. Não sabe	Qual é a condição de atividade e ocupação? (poderá ser assinalada mais de uma opção) 1. Empregado permanente, sem contar o trabalho na propriedade 2. Empregado temporário 3. Conta própria 4. Empregador 5. Trabalhador não remunerado (para membros da família) 6. Aposentado 7. Pensionista 8. Procura emprego 9. Estudante 10. Dona de casa 11. Não se aplica	Trabalha com carteira assinada? 1. Não 2. Sim	(Apenas para a área RURAL) Toca a lavoura/criação? 1. Não 2. Sim, o dia todo 3. Sim, parte do dia 4. Sim, parte da semana 5. Sim, no fim de semana 6. Sim, durante a safra 7. Não se aplica
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							

QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MENORES DE 14 ANOS:

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio.

	(Somente para menores de 14 anos) A escola/creche oferece alguma refeição? 1. Não 2. Sim, 1 vez/dia 3. Sim, 2 vezes/dia 4. Sim, mas não come porque não gosta	O que acontece com a alimentação das crianças durante as férias escolares? 1. Melhora 2. Piora 3. Não há alteração	O transporte escolar é gratuito? 1. Não 2. Sim	(Somente para menores de 02 anos) A criança mama no peito? 1. Não 2. Sim	(Somente para menores de 02 anos) Além do leite materno a criança toma água, suco, outro leite ou come algum alimento? 1. Não 2. Sim	Alguma criança menor de 14 anos tem algum trabalho fora de casa? 1. Não 2. Sim, não remunerado 3. Sim, com algum tipo de remuneração
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

MÓDULO IV - CARACTERIZAÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR

Quantos dias por semana a(o) Sra.(Sr.) faz as seguintes refeições?

Refeição	Nº de dias por semana
1. Café da manhã/desjejum/quebra - torto	
2. Almoço	
3. Jantar/lanche da noite	

Percepção sobre o consumo de alguns alimentos:

Alimentos	Nº de vezes consumidos nos últimos 7 dias (anotar o nº de vezes)	A maior parte dos alimentos desses tipos são: 1. Comprados 2. Produzidos pela família 3. Doados
Arroz e cereais (macarrão, farinha de mandioca, de milho ou fubá, de trigo ou pão, tapioca, amido de milho)		
Biscoitos (bolachas ou bolos)		
Leite (queijos, iogurte, coalhada e achocolatados)		
Ovos		
Frutas e sucos naturais		
Vegetais (verduras e legumes)		
Feijões (outras leguminosas e milho)		
Carnes (vermelhas, frango, pescados, de porco, de bode, de caça)		
Óleos (margarina, manteiga)		
Industrializados (embutidos, bebidas alcoólicas, café, chá, produtos enlatados e prontos pra consumo – sucos, macarrão, salgadinhos)		
Raízes (mandioca, batata, cará, inhame)		
Açúcares (mel, rapadura, melado de cana, doces, sorvetes, geléias, balas, gelatinas, refrigerantes, bombons)		

MÓDULO V - REDES DE COOPERAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

Os moradores deste domicílio recebem ajuda, em forma de alimento, de alguma instituição ou de alguma pessoa não moradora da casa para sua alimentação?

1() Sim 2() Não (pular para 3) 3() Não sabe/ não responde (pular para 3)

Que tipo de ajuda? LEIA TODAS AS OPÇÕES, IDENTIFIQUE QUANTIDADE, FREQUÊNCIA E DOADOR.

TIPO	A quantidade é:	DOADOR
	1. Regular 2. Não regular	1. Governo 2. Familiares 3. Amigos 4. Igreja 5. Empregador de algum morador 6. Feira livre (sobras) 7. Restaurantes/padaria/lanchonete 8. Outros
1. Cesta básica		
2. Leite em pó/caixinha/saquinho		
3. Vegetais e frutas		

4. Outros alimentos		
5. Refeições prontas		

Nestes últimos 6 meses, algum morador deste domicílio recebeu ajuda em dinheiro?

- 1() Sim, Bolsa Família;
 2() Sim, do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil);
 3() Sim, Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos;
 4() Sim, Programa Estadual;
 5() Sim, Programa Municipal;
 6() Sim, de parentes, amigos ou organizações comunitárias;
 7() Outros;
 8() Não.

Participam de alguma organização comunitária, associações, cooperativas ou reuniões com ações conjuntas a outros beneficiários? Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar.

Tipo de Organização ou Grupo	Nome da Organização ou Grupo	Quantidade de membros familiares que participam do grupo
Grupo ou cooperativa agrícola/ de pescadores		
Grupos de outros tipos de produção		
Associação de comerciantes ou de negócios		
Associação profissional (de médicos, professores, veteranos)		
Sindicato dos comerciantes ou dos trabalhadores		
Comitê do(a) bairro/localidade		
Grupo religioso ou espiritual (ex: igreja, mesquita, templo, grupo religioso informal, grupo de estudo religioso)		
Grupo ou movimento político		
Grupo ou associação cultural (ex. arte, música, teatro, cinema)		
Sociedade organizadora de festivais		
Grupo financeiro, de crédito ou de poupança		
Grupo educacional (ex: Associação de pais e professores, comitê escolar)		
Grupo de saúde		
Grupo ligado ao meio ambiente (água e resíduos)		
Grupo esportivo		
Grupo de jovens		
ONG ou grupo cívico (ex: Rotary Club, Cruz Vermelha)		
Grupo baseado na comunidade étnica		
Outros grupos		

MÓDULO VI - CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA

Preencha o quadro abaixo com as informações de renda de todos os moradores do domicílio que trabalham como empregados ou em propriedade agrícola, que são aposentados ou pensionistas e de programas de transferência de renda – Bolsa Família, PETI, Renda Cidadã, etc. (utilize a coluna Renda principal). Especifique sempre que existirem segundo e terceiro trabalhos na coluna outro trabalho.

N ° de	Rendimento Mensal em R\$
--------	--------------------------

Ordem	Nome	Renda principal	Outro trabalho	Benefícios sociais (Bolsa Família e/ou aposentadoria)
01	_____ (chefe do domicílio)			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				

A família costuma comprar alimentos em: (1 – Sim; 2 – Não)

- () Supermercados e mercadinhos (armazéns, mercearias)
 () Tenda, cantina, vendinhas
 () Feiras/mercados municipais
 () Sacolão, varejão, frutaria

Ao adquirir os alimentos para o consumo da família, como são feitos os pagamentos desta compra? (Pode haver mais de uma opção)

- 1() Pagamento à vista 2() Pagamento a prazo (prestações/cheque pré-datado)
 3() Sistema de cadernetas 4() Com o trabalho 5() Outros 6() Não sabe/não responde

Os moradores deste domicílio têm dívidas relativas à compra de alimentos?

- 1() Sim 2() Não 3() Não sabe/não responde

Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de alimentação durante o mês? (Se não souber, perguntar quantos % da renda é gasto)

R\$ _____ 1() Não sabe/não responde

Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de educação durante o mês? (Se não souber, perguntar quantos % da renda é gasto)

R\$ _____ 1() Não sabe/não responde

Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de saúde durante o mês? (Se não souber, perguntar quantos % da renda é gasto)

R\$ _____ 1() Não sabe/não responde

Em sua opinião, a renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1() Muita dificuldade 2() Dificuldade 3() Facilidade 4() Muita facilidade

MÓDULO VII – INSERÇÃO DO PROGRAMA NA FAMÍLIA

Qual o valor total dos benefícios recebidos? R\$ _____

Em sua opinião, o valor do benefício do programa é suficiente?

- 1() Sim 2() Não

Há quanto tempo a família participa do programa?

_____anos _____meses

Qual sua avaliação do programa Bolsa Família?

- 1() Muito Bom 2() Bom 3() Regular 4() Ruim

Por quê (justificar resposta)?

Qual o destino do benefício, ou seja, com o que é gasto? Ou em prioridade de gastos (1 maior prioridade a 10 menor prioridade) (Poderá ser assinalada mais de uma opção)

1() Alimentação 2() Remédios 3() Material Escolar 4() Vestuário 5() Aluguel 6() Gás
7() Luz 8() Lazer 9() Outros

Qual é o gasto (R\$) com cada um?

1() Alimentação 2() Remédios 3() Material Escolar 4() Vestuário 5() Aluguel 6() Gás
7() Luz 8() Lazer 9() Outros

Como você ficou sabendo do Programa Bolsa família?

Você possui o conhecimento dos valores corretos dos benefícios, a quem são destinados e as condicionalidades do programa?

Quais os documentos você precisou para entrar no programa? Você tinha ou precisou tirá-los?

Em sua opinião, a entidade social local (Secretarias, CRAS, Conselho) responsável pelo programa é?

1() muito bem vista junto aos cidadãos
2() pouco bem vista junto aos cidadãos
3() nada bem vista junto aos cidadãos
4() não sabe

Já fez reclamação contra a entidade local?

1() sim 2() não

Quais foram as reclamações? _____

Onde fez as reclamações? _____

Em sua opinião, o esforço empreendido pela entidade para manter os beneficiários no programa é:

1() forte 2() moderada 3() fraco 4() não sabe

Quais são esses esforços?

A entidade que atende as famílias do programa é fundamental para o benefício chegar até você?

1() sim 2() não

Por quê?

Você procura a entidade responsável pelo programa bolsa família quanto tem algum problema com o benefício?

1()sim 2()não

Ela te ajuda a resolver os problemas de forma adequada?

1()sim 2()não 3()mais ou menos/às vezes

Você já participou de algum curso de capacitação profissional oferecido pela entidade responsável pelo programa bolsa família?

1()sim 2()não

Por quê?

MÓDULO VIII – PRODUÇÃO E AUTOCONSUMO

Produção Agrícola (referente ao último ano agrícola/safra) – 2012/2013

Tipo de Cultura	Área (ha)	Produção/ano	Renda (R\$)	Quem cuida? 1. Titular 2. Conjugue 3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outros	Destino Principal e Secundário 1. Venda mercado tradicional 2. Venda mercado institucional 3. Autoconsumo 4. Venda mercado institucional e autoconsumo 5. Venda mercado tradicional e autoconsumo 6. Troca, doa

Produção Pecuária e Pequenos animais – 2012/2013

Criação / Atividade	Quantidade	Produção (nasc.) / ano	Renda (R\$)	Quem cuida? 1. Titular 2. Conjugue 3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outros	Destino Principal e Secundário 1. Venda mercado tradicional 2. Venda mercado institucional 3.

					Autoconsumo 4. Venda mercado institucional e autoconsumo 5. Venda mercado tradicional e autoconsumo 6. Troca,do

Sua família tem dificuldades na agricultura e/ou criação de animais? (Marcar até 03 opções)

- 1() Não há dificuldades;
 2() Sim, pouca terra;
 3() Sim, acesso limitado ou inadequado à crédito;
 4() Sim, baixa formação técnica;
 5() Sim, alto custo dos insumos e mão-de-obra;
 6() Sim, riscos associados à produção (seca, pragas, enchentes);
 7() Sim, infraestrutura para comercialização;
 8() Sim, falta de tempo.

Quanto da alimentação é preenchido com produtos vindos da propriedade?

- 1- Quase Tudo 2- Próximo da metade 3 – Muito Pouco
 () Arroz, feijão e outros cereais;
 () Carnes;
 () Horticultura;
 () Frutas;
 () Ervas medicinais.

Você adquiriu crédito para custeio ou investimento nas últimas safras? (Caso não, pular para a 07)

- 1() Sim;
 2() Não.

Tipo de crédito:

- 1() Custeio;
 2() Investimento.

O crédito foi por qual programa ou instituição?

- 1() Pronaf;
 2() Cooperativas;
 3() Bancos;
 4() Empréstimos de terceiros.

O crédito adquirido foi suficiente para a realização do pretendido?

- 1() Não foi suficiente;
 2() Pouco suficiente;
 3() Muito suficiente.

Por que sua família nunca usou crédito?

- 1() Não quer investir na produção;
 2() Não sabe como acessar;
 3() Não tem a documentação;

- 4() Não tem avalista;
- 5() Pediu crédito e não foi atendido;
- 6() Outro. Qual(is) motivo(s)? _____.

Recebe Assistência Técnica Rural: (Caso não, pule para o próximo módulo)

- 1() Sim;
- 2() Não.

Com que frequência? _____.

De onde? _____.

Defina um grau de satisfação sobre a assistência técnica rural disponibilizada à sua propriedade:

- 1() Insatisfatória;
- 2() Pouco satisfatória;
- 3() Satisfatória;
- 4() Muito satisfatória.

Muito obrigado(a) pela sua participação e colaboração!

ANEXO E - Roteiros das Entrevistas Semiestruturadas à Gestão Local do Bolsa Família em Rio Verde



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

EFETIVIDADE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE (GO)

Entrevista semi-estruturada
Gestor local do Programa Bolsa Família

(nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Perfil da entidade

Qual a condição da sede?
Qual a idade da sede?
Teve mudanças provocadas pela inclusão do programa, como entidades criadas?

Gestão do programa

Qual a função do gestor?
Quais as principais atividades do gestor?
Que órgão está gerindo o PBF? Esse órgão já fazia parte da estrutura organizacional da prefeitura? Quais foram os critérios utilizados para definir o órgão gestor?
Quando o PBF começou a ser implementado no município?

Recursos Humanos e Financeiros

Qual a quantidade de profissionais atuantes na gestão?
Como analisa a capacitação, qualificação, remuneração e motivação desses profissionais?
E em relação à disponibilidade, agilidade, reputação e cooperação dos profissionais?
Como é a comunicação interna entre os profissionais? Há flexibilidade de diálogos?
Quais os recursos disponíveis atualmente para implementação e atendimento do programa?

Cadastramento

Como é feita a divulgação do programa e a comunicação com os beneficiários?
Quantas famílias, atualmente, são atendidas no município? Como esse número foi definido?
Há perspectiva de ampliação? Qual sua opinião sobre esse número?
Quais são os critérios e como está sendo (foi) utilizado o processo de seleção, captação, cadastramento e recadastramento do PBF?

Como avalia a atuação da prefeitura para definir quem entra no programa?
 Como avalia a vulnerabilidade das famílias para o cadastro no PBF? Existem fatores para além dos requisitos estabelecidos pelo MDS que influenciam a seleção das famílias? Quais?
 Você adota alguma estratégia específica para chegar até as famílias mais vulneráveis? Quais?
 Na sua opinião, atingidas as metas de credenciamento, quais passaram a ser as principais tarefas do gestor local?

Condicionalidades

Como é realizado o acompanhamento para o cumprimento das condicionalidades?
 Existe algum tipo de acompanhamento das famílias no que se refere, especificamente, às contrapartidas exigidas pelo programa (mecanismos de acompanhamento da evolução das condições da família)?
 Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, especificamente aqueles que se referem às condicionalidades do PBF?
 Quais são as dificuldades encontradas no acompanhamento das condicionalidades?
 Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Controle social

Em que instância acontece o controle social do Programa Bolsa Família?
 Quais as competências dessa instância com relação ao Bolsa Família?
 Se a instância não é específica para o Bolsa Família, quais têm sido as implicações?
 No seu município, como é a atuação da instância de controle social? Comente.
 Na sua opinião, a instância de controle social tem um papel na integração entre o Bolsa Família e outros programas sociais? Que iniciativas são realizadas nesse sentido?

Intersetorialidade

Quais secretarias atuam/participam do Programa Bolsa Família? Como se dá o diálogo entre as secretarias envolvidas em torno do programa?
 Como se dá o processo de tomada de decisão com relação à implementação do programa?
 Que outros atores atuam na gestão do programa?
 Na sua opinião, quais são parcerias estratégicas para otimizar o programa? Por quê? Com relação:

- à comunicação com o beneficiário;
- ao credenciamento;
- ao cumprimento das condicionalidades;
- à articulação com outras políticas sociais;
- ao controle social.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas com o Bolsa Família que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

Gestão compartilhada

O que você acha do papel do município na gestão compartilhada? Quais as vantagens e desvantagens para o município?
 Quais são os incentivos para as administrações locais implementarem o programa?

O que você acha do recurso ser transferido diretamente ao beneficiário pelo governo federal?

Segurança alimentar

Como está a segurança alimentar no seu município?

O que já está sendo feito, e o que deveria ser feito, para garantir a segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família no seu município?

Que políticas nessa área estão sendo implementadas no seu município?

Portas de saída

Como a gestão do PBF trabalha a perspectiva do desligamento das famílias com relação ao PBF?

Na sua opinião, que outras políticas sociais são estratégicas para que as famílias possam encontrar “portas de saída” (deixar de precisar) do programa?

Opinião

Na sua opinião, por que o governo federal criou o Bolsa Família?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

**EFETIVIDADE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
 SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
 RIO VERDE (GO)**

Entrevista semi-estruturada
 Secretarias Educação/Assistência Social

(nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

Atribuições

Quais são as atribuições desta secretaria com relação ao Programa Bolsa Família?

Condicionalidades

Quais são as condicionalidades no campo da educação/assistência social acompanhadas no seu município?

Como é feito esse acompanhamento?

Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, especificamente aqueles que se referem às condicionalidades do PBF?

Quais as principais dificuldades enfrentadas no acompanhamento das condicionalidades?

Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

Intersetorialidade

Como é a relação desta secretaria com a equipe gestora do Bolsa Família?

Existem iniciativas de articulação ou ações conjuntas entre as secretarias?

Como a secretaria vê a relação do PBF com outros programas que visam a combater a fome e a pobreza?

Que outras ações no campo da saúde/educação poderiam estar articuladas ao Bolsa Família com o objetivo de:

- ampliar a rede de proteção social;
- garantir a segurança alimentar das famílias;
- abrir portas de saída.

No seu município, aconteceram iniciativas articuladas ao Bolsa Família que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

Controle social

Qual a instância de controle social que acompanha o programa Bolsa Família?

Como é a atuação da instância de controle social do PBF no seu município? Comente sobre o assunto.

Qual a participação das instâncias de controle social da saúde/educação no acompanhamento do programa?

Quais as questões que têm sido tratadas no âmbito desses conselhos que considera de maior relevância para o campo da segurança alimentar e nutricional?

Segurança alimentar

Como está a situação de segurança alimentar no seu município?

O que já está sendo feito e o que deveria ser feito para garantir a segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família no seu município? Que políticas você identifica nesta área na secretaria da qual você faz parte?

Opinião

Na sua opinião, quais são os impactos do Bolsa Família na educação/assistência social?

Quais são as principais diferenças do Bolsa Família com relação aos programas de transferência de renda anteriores?

Na sua opinião, por que o governo federal criou o Bolsa Família?

Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?

Qual é o maior mérito do programa?